



**MENSURAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS: Estudo aplicado
na Festa do Divino em Pirenópolis - GO**

VINICIUS MASCARENHAS GUERRA CURVINA

BRASÍLIA
2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

Reitor:

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo

Vice-Reitor:

Professor Doutora Sônia Nair Bão

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação:

Professor Doutor Jaime Martins de Santana

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade:

Professor Doutor Roberto de Goes Ellery Junior

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais:

Professor Doutor José Antônio de França

**Coordenador Geral do Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós Graduação
em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN**

Professor Doutor Rodrigo de Souza Gonçalves



VINICIUS MASCARENHAS GUERRA CURVINA

**MENSURAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS: Estudo aplicado
na Festa do Divino em Pirenópolis - GO**

Dissertação
apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Ciências
Contábeis do
Programa Multiinstitucional e Inter-
Regional de Pós-
Graduação em Ciências Contábeis da
Universidade de Brasília, da Universi-
dade Federal da Paraíba e da Universi-
dade Federal do Rio Grande do Norte.

Linha de Pesquisa: Valoração
Econômica de Bens
Ambientais/Culturais

Grupo de Pesquisa: Contabilidade
para Usuário Externo.

Orientadora: Professora Dra.
Fátima de Souza Freire.

BRASÍLIA

2015

GUERRA, Vinícius Mascarenhas Curvina
MENSURAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS: Estudo aplicado na Festa do Divino em Pirenópolis - GO /Vinícius Mascarenhas Guerra Curvina –Brasília/DF,2015.

101f.

Orientadora: Professora Dra. Fátima de Souza Freire

Dissertação(mestrado)–
Universidade de Brasília. Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis e Atuariais –FACE. Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN).

1. Mensuração de *Heritage assets*. 2. Método do Custo de Viagem. 3. Valoração Contingente. 4. Teoria Econômica do Bem-Estar. 5. Contabilidade Pública. I. FREIRE, Fátima de Souza. II. Universidade de Brasília. III. Universidade Federal da Paraíba. IV. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

VINICIUS MASCARENHAS GUERRA CURVINA

**MENSURAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS: Estudo aplicado
na Festa do Divino em Pirenópolis - GO**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em Ciências
Contábeis do Programa Multi-institucional e
Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências
Contábeis da Universidade de Brasília, da
Universidade Federal da Paraíba e da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Comissão Avaliadora:

Prof^a. Dr^a. Fátima de Souza Freire

Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da
UnB/UFPB/ UFRN
(Presidente da Banca)

Prof. Dr. Jorge Madeira Nogueira

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Departamento de Economia –
ECO/UnB
(Membro Examinador Externo)

Prof^a. Dr^a. Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da Costa

Instituto de Artes – IdA. Departamento de Artes Visuais– VIS/UnB
(Membro Examinador Externo)

BRASÍLIA

2015

*Àqueles que me aturam desde o meu
nascimento: meus pais.*

AGRADECIMENTOS

Vou aproveitar esse espaço para fazer o que em muitas noites durante todo esse curso fiz sozinho, agradecer o grande privilégio de tê-lo vivido. Ninguém, nessa Odisséia, sai sem a marca n'alma de ter passado aqui.

Então, ao curso por me preparar, dos pequenos detalhes e lições, da manutenção do ritmo e o controle, mesmo que seja para ficar calmo em meio à dura partida em La Bombonera. Por ter me mergulhado e preparado para o sacerdócio da vida acadêmica.

No meu roteiro, aos coadjuvantes desta história, de fiéis escudeiros, dos pequenos aos grandes detalhes deste trabalho ou do curso, sem os quais a minha participação não teria sido como foi. Cronologicamente, ao amigo Wolney Oliveira, por ter me conectado ao mundo acadêmico, sendo duro e num gesto raro de preocupação e de verdadeiro altruísmo, ao qual tenho enorme respeito e gratidão. Aos meus amigos: Lissandra, pelos ensinamentos e pela firmeza, ao Josimar, pela participação e ajuda, ao Tiagão (Tiago Borges), por ser parceiro o tempo todo. Ao apoio dos meus alunos, e cobaias, quando tive a oportunidade de ministrar aulas pela UnB, em especial, à Larissa de Paula Pereira (*in memoriam*). À professora/amiga Fernanda Lopes, pela ajuda e por compartilhar um pouco a loucura comigo, por me entender, por me ajudar.

A minha orientadora-mãe Prof^a Dra. Fátima de Souza Freire, por ter sido até mais que mãe, e ter sempre acreditado, seja rindo ou me dando bronca, que não se engane, faz muito bem. Que a Popota não veja com maus olhos ser minha orientadora-mãe. Muito obrigado!

A minha família, meus pais pela disposição de se prepararem para tudo o que der e vier mesmo diante dos maiores desafios e problemas. Às minhas irmãs pela seleta ajuda e prazerosa convivência.

À Sasha, quem possivelmente mais me escutou nesses anos, por ser essa companheira disposta a ajudar. Por ter sido nos momentos mais difíceis uma montanha de repouso.

Estes últimos dois anos, os que mais me amadureceram e que mais coisas aconteceram em minha vida, em parte o mestrado tem reflexo nisso, agradeço, e também a todos que me inclinei aqui e a todo esse mosaico, que me fez capaz de entender e lidar melhor com as consequências morais das escolhas da vida.

A Deus por tudo, e pelas bênçãos.

“Ora aí está como isso, que a ti parece bacia de barbeiro, é para mim elmo de Mambrino, e a outros se figurará outra coisa.”

(Dom Quixote)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo mensurar o valor da Festa do Divino, evento cultural de Pirenópolis – GO, além de explorar a influência da felicidade nos aspectos de valoração de eventos populares. A mensuração de *heritage assets* comporta diversos problemas nas métricas de valoração, na interpretação e compreensão dos valores. Neste eixo, a contabilidade se posiciona como ferramenta capaz de produzir informações que tenham relevância para a gestão dos bens culturais. Em outros países, especialmente de origem anglo-saxônica, que se orientam pela norma IPAS 17, há a tendência do registro contábil destes bens para ganhos não só na decisão de políticas públicas, mas também por envolver liames axiológicos e deontológicos, ou seja, que superam aspectos monetários que tangem valores humanos que devem ser protegidos. Pautado por essas preocupações e pela compreensão de sistemas sociais, diversos de outros estudos paralelos, acrescentou-se às técnicas de valoração econômica, variáveis ligadas ao bem-estar subjetivo do indivíduo e percepções, nos processos de valoração. Para efeitos empíricos, foram aplicados questionários aos turistas, que forneciam subsídios para o uso da técnica de valoração Método dos Custos de Viagem (MCV) e também para Método de Valoração Contingente (MVC), além de outros dados marginais ligados à percepção dos entrevistados. Para a técnica do MCV pela abordagem individual foi encontrado o valor de R\$ 22.248,91 por visitante e pela técnica da Disposição a Pagar (DAP) foi apurado o valor de R\$ 31,17, após as correções estatísticas. Por derradeiro, há a análise dos resultados entendendo que os valores fornecidos pelas duas técnicas, além dos aspectos qualitativos depreendidos do questionário, robustecem o processo de gestão e compreensão dos valores de bens culturais. Assim, a relevância e interpretação de valores contábeis dependem de informações satélites como as de aspecto qualitativo, e tem utilidade vista sua aplicação prática.

Palavras-chaves: Método dos Custos de Viagem, Valoração Contingente, Disposição a Pagar, Valoração de Bens Culturais, Bem Estar Subjetivo, Felicidade.

ABSTRACT

This paper aims to measure the value of the Divine Festival, a cultural event in Pirenópolis - GO, and explore the influence of happiness on aspects of valuation of popular events. The measurement of heritage assets involves various problems in valuation metrics, in the interpretation and understanding of the values. In this axis, the accounting is positioned as a tool capable of producing information that has relevance for the management of cultural property. In other countries, especially of Anglo-Saxon origin, which are guided by the standard of IPAS 17, there is the tendency of the accounting records of these assets to gain not only in public policy decision, but also involve axiological and ethical bonds, that is, outweigh monetary aspects that concern human values that must be protected. Guided by these concerns and understanding of social systems, various other parallel studies, it was added to the techniques of economic valuation, variables related to subjective well-being of the individual and perceptions in the valuation process. For empirical effects, questionnaires were applied to tourists, which provided subsidies for the use of valuation techniques Travel Cost Method (TCM) and to Contingent Valuation Method (CVM), and other marginal data linked to the perception of respondents. For the TCM technique by individual approach it was found the value of R\$ 22,248.91 per visitor and by the technique of Willingness to Pay (WTP) it was calculated the value of R\$ 31.17, after statistical corrections. Finally, there is the analysis of the results considering that the figures provided by the two techniques, in addition to qualitative aspects gathered from the questionnaire, strengthen the process of managing and understanding cultural property values. Thus, the relevance and interpretation of accounting values depend on satellite information such as the qualitative aspect, and it has utility considering its practical application.

Keywords: Travel Cost Method, Contingent Valuation, Willingness to Pay, Valuation of Cultural Assets, Subjective Wellness, Happiness.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero.....	67
Gráfico 2 - Origem dos turistas	68
Gráfico 3 - Escolaridade.....	68
Gráfico 4 - Faixa Etária.....	69
Gráfico 5 - Meio de Transporte de chegada	70
Gráfico 6 - Ocupação Profissional.....	71
Gráfico 7 - Renda.....	72
Gráfico 8 - Hospedagem	72
Gráfico 9 - Número de vezes na Festa do Divino.....	73
Gráfico 10 - Entendimento sobre a Festa do Divino	73
Gráfico 11 - Atrativos da Cidade de Pirenópolis.....	74
Gráfico 12- Motivo da Viagem à Pirenópolis	74
Gráfico 13 - Infra-Estrutura da Cidade de Pirenópolis	75
Gráfico 14 - Serviços Turísticos da Cidade de Pirenópolis	75
Gráfico 15 - Histograma caracterizado pelos pontos médios.....	80
Gráfico 16 - Forma de distribuição de Frequência	81
Gráfico 17 - Forma de distribuição da Frequência excluídos outliers	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Excedente do Consumidor	62
Figura 2 - Box Plot ou Caixa de Bigodes.....	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização dos custos de viagem	52
Quadro 2 - Variáveis socioeconômicas.....	53
Quadro 3 - Sinal esperado das variáveis independentes	55
Quadro 4 - Sinal Esperado para as variáveis independentes no Método DAP.....	65
Quadro 5 - Resumo das hipóteses da regressão de Poisson comparando sinais esperados das variáveis independentes	78
Quadro 6 - Resultados da Regressão Logit da DAP.....	84
Quadro 7 - Resumo das hipóteses da DAP comparando sinais esperados.....	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Custo de deslocamento por Quilômetro	57
Tabela 2 - Faixa Etária	59
Tabela 3 - Escolaridade.....	60
Tabela 4 - Renda.....	60
Tabela 5 - Resultados da Regressão de Poisson.....	76
Tabela 6 - Resultados do Teste de Fatores de Inflacionamento da Variância.....	77
Tabela 7 - Comentários livres sobre à DAP	81
Tabela 8 - Resultados da Técnica Box Plot (Caixa de bigodes).....	83
Tabela 9 - Teste de Inflacionamento da variância para a regressão logit	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ANP	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
CCA-UnB	Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
DAA	Disposição a Receber
DAP	Disposição a Pagar
DAPT	Disposição a Pagar Total
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
FIB	Felicidade Interna Bruta
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i>
GNH	<i>Gross National Happiness</i>
GRETl	<i>Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFAC	<i>International Federation of Accountants</i>
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPSASB	<i>International Public Sector Accounting Standards Board</i>
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MCV	Método dos Custos de Viagem
MVC	Método de Valoração Contingente
PNB	Produto Nacional Bruto

Sumário

LISTA DE GRÁFICOS	10
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE QUADROS	12
LISTA DE TABELAS	13
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	14
1 INTRODUÇÃO	17
1.1 OBJETIVOS	21
1.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	22
1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA	22
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	24
2 REFERENCIAL TEÓRICO	26
2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL.....	26
2.1.1 BENS CULTURAIS E A TEORIA DO VALOR	27
2.1.2 BENS E SERVIÇOS CULTURAIS COMO BENS PÚBLICOS	29
2.2 TEORIA DO BEM-ESTAR.....	31
2.3 ATIVOS CULTURAIS E CONTABILIDADE	34
2.3.1 NORMAS CONTÁBEIS PARA ATIVOS CULTURAIS	35
2.3.2 MENSURAÇÃO DE ATIVOS CULTURAIS	36
2.4 TÉCNICAS DE VALORAÇÃO ECONÔMICAS	38
2.4.1 MÉTODO DO CUSTO DE VIAGEM.....	40
2.4.2 MÉTODO DE VALORAÇÃO CONTINGENTE	43
2.5 HEURÍSTICA DA ANCORAGEM	45
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	47
3.1 EVENTO CULTURAL.....	47
3.2 AMOSTRA E COLETA DE DADOS	48

3.3 QUESTIONÁRIO.....	50
3.4 MÉTODO DO CUSTO DE VIAGEM	54
3.4.1 CÁLCULO DO CUSTO DE VIAGEM	56
3.4.2 VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS.....	59
3.4.3 VARIÁVEL BEM-ESTAR.....	61
3.4.4 CÁLCULO DO EXCEDENTE DO CONSUMIDOR.....	61
3.5 VALORAÇÃO CONTINGENTE	63
3.5.1 ESTIMATIVA DA FUNÇÃO DE DISPOSIÇÃO A PAGAR.....	65
3.5.2 ESTIMATIVA DO VALOR DA FESTA DO DIVINO PELA DAP	66
4 ANÁLISE DE RESULTADOS	67
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA.....	67
4.2 MÉTODO DO CUSTO DE VIAGEM INDIVIDUAL	76
4.3 MÉTODO DA VALORAÇÃO CONTINGENTE.....	79
4.4 RELAÇÃO ENTRE OS RESULTADOS	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICE A	100
ANEXO 1.....	101

1 INTRODUÇÃO

As nações têm se preocupado com aspectos econômicos que até então restavam sem o devido enfrentamento, especialmente de natureza imaterial, tais como o desenvolvimento da consciência social e a percepção ambiental, que à medida que avançam procedimentos de privatização, emergem novas faces de uma nova espécie de capitalismo híbrido, que dá espaço, a medidas focadas em fluxos monetários da economia que não demonstram a riqueza nacional como: estradas, parques, entre outros (HENDERSON, 1996).

Essa nova abordagem, quebra o paradigma de que cultura seria algo esotérico destinado a elites e sem importância econômica (FONSECA, 2008). Assim, se analisado o paralelo finito da vida e seu apelo retórico, problemas oriundos desta nova consciência inundam a forma de administrar as metrópoles de dimensões sem precedentes em um planeta pequeno e poluído (HENDERSON, 1996). Essa preocupação faz com que se tenha uma percepção de que ao longo de cada dia precisa levar em consideração os dias que virão e por consequência a perspectiva de se enxergar o amanhã (GIANNETTI, 2005). Logo, há maior demanda, também, de preservação por bens ligados a características ambientais e culturais.

Há uma dificuldade de balizar como deve ser o papel e a natureza da intervenção governamental, visto que bens e atividades culturais geram benefícios àqueles que os consomem (STAMPE, TOCHETTO e FLORISSI, 2008). Ora quando as condições de mercado mudam, ou a consciência, os consumidores alteram o ponto de equilíbrio para outro ponto de equilíbrio e exigência (HICKS, 1946). Por esse motivo, tende-se a notar que há diversos aspectos, especialmente psicológicos dentro do uso e valoração de bens ambientais e culturais.

As primeiras análises econômicas do ambiente natural, décadas de 60 e 70, se preocupavam apenas com retorno econômico a base de menor custo, estando economia da cultura associada ao lançamento do livro de John Kenneth Galbraith *The Liberal Hour* em 1960 (IORGULESCU *et al*, 2011). Na década de 90 passaram a enfatizar o custo-benefício e a ter reforço por meio de estudos econômico-ecológicos de valoração (ANGELO e CARVALHO, 2007). Tal forma de pensar no ambiente economicamente dissipou efeitos sobre demais áreas que estabelecem conexões com a sociedade.

Neste sentido, acompanhando esse processo de compreensão econômica sobre outras áreas, a cultura e o meio ambiente se mostram importantes sob aspectos políticos, sociológicos, turísticos e psicológicos, dando ensejo à necessidade de mensuração de valor

para bens culturais e ambientais, permeados por outras noções como: análises qualitativas, aspectos financeiros e impactos na economia (SNOWBALL, 2005). Nesta perspectiva, os procedimentos de valoração visam entender a formação do valor monetário de determinados bens culturais e ambientais.

Tais bens, aos quais está voltada a análise sobre uma perspectiva econômica, manifestam seu valor por aspectos: estéticos, religioso, social, histórico, simbólico e de autenticidade (THROSBY, 2011). Com efeito, a noção ampla de cultura está ligada a um processo em desenvolvimento, destes elementos sociais e culturais que se conectam a fatores íntimos e exercem influência sobre nossas vidas (KING, 2003).

De modo geral, a economia cultural ganha força porque se preocupa com certos valores humanos que devem ser protegidos. A propósito, a conservação e a qualidade do patrimônio cultural devem ser fundadas em nossa capacidade de reconhecer os seus valores estéticos, históricos, científicos, sociais, *etcetera*, e que não está ligada apenas ao tangível, mas também ao intangível, portanto, não se deve determinar pela consistência física (VECCO, 2010). Além disso, reconhecer que é preciso recuperá-lo, preservar e promover que as cidades conservem seus pontos de referência como um ecossistema urbano mundial, atrelado ao convencimento de cidadania global (INSTITUTO DE TURISMO RESPONSABLE, 2004). Essa noção de quantificação de bens culturais, também acontece pela interligação das nações e a importância de determinados bens a outras pessoas, visto que o planeta funciona como uma máquina e sendo cada nação uma pequena engrenagem de todo o conjunto.

Neste paralelo de importância econômica, é necessário que os Governos se atentem aos benefícios de organizar os demonstrativos contábeis públicos, para que sejam capazes de mensurar e reconhecer adequadamente os ativos que compõem seu patrimônio cultural e encontrar na contabilidade, suporte para tomada de decisões políticas e de gestão e manutenção desses bens.

Evidente que respeitados os parâmetros diversos de propriedades e equipamentos, pois esses ativos têm características especiais que não seguem o mesmo parâmetro de outros ativos mais comuns à contabilidade pública. Como exemplo, a depreciação de um bem cultural não segue uma cadeia lógica, visto que sua deterioração pode acarretar uma valorização no preço do bem e, portanto, não deveria seguir a mesma regra de outros bens (IFAC, 2010). Assim, se quiser apresentar o valor contábil do bem, a norma exige que se mostre a metodologia aplicada para chegar à base contábil, o método de amortização e amortização acumulada ao final do período.

Alguns países já possuem normas relacionadas à contabilização de ativos de infraestrutura e *heritageassets*, tais como: Austrália, Reino Unido e Nova Zelândia (PALLOT, 1997). Para atender as normas surgem metodologias de avaliação de bens culturais, a destacar: método dos custos de viagem, método do valor contingente e o método de preços hedônicos (IORGULESCU *et al*, 2011). Inicialmente, tais metodologias eram utilizadas para bens ambientais e foram adaptadas para bens culturais, mas de toda forma não capturam todo o valor patrimonial do bem, apenas parte dele (VECCO, 2010).

No entanto, a miopia nos padrões de valoração contábil, não capta o impacto econômico dos bens, que devem ser dimensionados sobre todas as externalidades positivas que produzem. Por exemplo, o Caribe depende do Turismo, então a preservação dos ativos ambientais, conjugado com outros elementos essenciais, tais como: aeroportos, parques, museus, e outros, mesmo que incompatível ao crescimento econômico, por parques industriais, é o que mantém a economia viva (SILVA, 2000).

Outrossim, cabe à teoria econômica dimensionar e elucidar os valores dos bens culturais, levando em consideração que os indicadores econômicos devem evoluir e continuar a ter dimensões específicas a depender do local estudado (HENDERSON, 1996).

Sendo assim, este estudo tem por escopo analisar os problemas de mensuração contábil de bens culturais, que fazem parte do patrimônio cultural, por meio das metodologias de valoração econômica, em especial, o método dos custo de viagem (MCV), se pautando por aspectos qualitativos e quantitativos da amostra, combinado com aspectos como a influência do bem-estar subjetivo, felicidade, bem como pelo método de valoração contingente (MVC).

Estudos correlatos já seguiram no sentido de mensurar bens por meio do método dos custos de viagem (LOOMIS, 2006; GUIA; 2008; MAIA e ROMEIRO, 2008; ANGELO e CARVALHO, 2007; STAMPE, TOCHETTO e FLORISSI, 2008; CHOI, 2009; IORGULESCU *et al*, 2011), além de outros meios para estudos de eventos e festivais (MAUGHAN e BIANCHINI, 2004), bem como outros que se pautaram pelo método de valoração contingente, especialmente para eventos (HERRERO, SANZ e DEVESA, 2011; NOONAN, 2002; KING, 2003). Todas as pesquisas visam fornecer subsídios para utilização desses métodos, mas sua compreensão envolve diversos fatores de dimensão qualitativa que variam de pessoa pra pessoa, sendo difícil taxar um valor que assente todos os entendimentos.

Nesse diapasão, em que a atmosfera do evento não tende a captar sutilezas individuais ou comportamentos de grupos de pessoas, especialmente, quanto à satisfação e o bem-estar,

esta pesquisa combina as ferramentas de valoração com análise dos estímulos pessoais por meio do dimensionamento da felicidade correlacionando com os resultados da valoração.

Mesmo que sopesse a crítica que perguntas sobre felicidade permitem que cada pessoa faça uso de sua própria definição de bem-estar, o que tornaria a comparação interpessoal inviável, na prática, o teor das respostas mudam muito pouco entre o íntimo da pessoa e a manifestação dada (MENEZES-FILHO e CORBI, 2006). A felicidade se caracteriza por um estado emocional positivo, com sentimentos de bem-estar e prazer (FERRAZ, TAVARES e ZILBERMAN, 2007), esta simplificação reforça o entendimento quanto à possibilidade das respostas divergirem pouco do estado presente dos entrevistados.

Contudo, em eventos culturais, como esportivos, manifestações religiosas, folclóricos, shows, entre outros, a depender do momento, o estado emocional, e o bem-estar da pessoa podem não ser o mesmo, afetando a sua visão da valoração. Nessa perspectiva é que encontra guarida o uso da felicidade para melhor compreensão das ferramentas de valoração.

Diante do exposto, temos que a possibilidade de os bens culturais poderem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis dos entes públicos, exige uma melhor valoração destes bens, não só para o setor público, pois a perspectiva de entendimento do valor de eventos na esfera privada pode levar a entender se padrões subjetivos beneficiam a avaliação de determinados bens culturais, levando ao uso mais adequado do bem. Esta possibilidade é justamente o fio que conduz ao problema deste estudo, que gravita sob o eixo da mensuração do patrimônio cultural, em especial, eventos culturais, e a complexidade procedimental que lhes é inerente neste processo de valoração e o tratamento contábil.

O estudo se divide nesse *trade-off* entre a relevância da mensuração do Patrimônio Cultural, parada tomada de decisões de gestão técnica e a subjetividade na mensuração destes ativos. Para tanto, se põe a entender a subjetividade na precificação do bem cultural em questão a Festa do Divino de Pirenópolis – GO, munindo os mecanismos de valoração com variáveis psicométricas, para entendimento dos padrões de procura de bem-estar podem estar atrelado à formação do valor.

Nesse sentido, se determinado bem tem uma função que marginaliza efeitos positivos para a sociedade deve ser bem administrado e coberto das melhores políticas públicas, para tanto, é interessante aos gestores, entenderem o processo de monetização destes bens e entender a contabilidade como uma ferramenta na gestão estratégica desses bens.

1.1 Objetivos

O presente estudo tem por objetivo geral **mensurar o valor econômico da Festa do Divino, evento cultural da cidade de Pirenópolis – GO, além de entender e explorar a influência do bem-estar subjetivo dos indivíduos em um processo de avaliação de determinado bem público, a fim de uma melhor interpretação dos resultados e aspectos do processo de valoração, pelas técnicas do Método dos Custos de Viagem e pelo Método de Valoração Contingente, eo tratamento contábil desses valores.** A abordagem do bem-estar subjetivo com o processo de valoração econômico dos bens públicos e a compreensão dos sistemas sociais que estruturam os mecanismos metodológicos da avaliação dos bens extrapolam as medidas meramente quantitativas. Por conseguinte, outros objetivos satélites deverão ser atingidos nesta pesquisa, que respondem pelos seguintes objetivos específicos:

- Elucidar as abstrações e implicações no uso das técnicas de valoração econômica de bens culturais, em especial, o método do custo de viagem, com análise específica dos critérios de bem-estar subjetivo;

- Contrastar os aspectos qualitativos da informação e os ganhos intelectuais captados com a interpretação das variáveis qualitativas propostas;

- Estabelecer a aplicabilidade dos métodos combinados com outros aspectos e expandir o entendimento da análise dos valores encontrados;

- Determinar se há rivalidade em abastecer os mecanismos de valoração econômica com dados e aspectos psicológicos dos indivíduos;

- Contrastar os valores fornecidos pelos dois métodos de valoração utilizados, e com os gastos emitidos pela Prefeitura;

- Compreender se os valores fornecidos pelo Método do Custo de Viagem, pelo cálculo do excedente do consumidor, e pelo Método de Valoração Contingente, por meio da disposição a pagar, são mutuamente excludentes ou complementares, e estender seus efeitos para a contabilidade.

1.2 Delimitação do Estudo

Este estudo busca caminhar em direção à compreensão de aspectos abstratos presentes nas metodologias de valoração econômica e, para tanto, a fim de instrumentalizar o processo e os resultados fez a avaliação da Festa do Divino, da cidade de Pirenópolis. Foram aplicados questionários, perfazendo uma amostra de 208 questionários dos quais dois foram descartados por falta de respostas e incompletude de dados, pois em ambos, houve a negativa em responder determinadas perguntas, que acabaram por invalidar os questionários, e outros oito questionários de respondentes que se declararam estrangeiros, visto a impossibilidade de estimar o custo de deslocamento com outros meios de transporte, procedimento também observado em outras pesquisas (FLEMING e COOK, 2008), totalizando 198 dados válidos. Foi feita a valoração econômica pelo método do custo de viagem, combinando aspectos psicológicos como a avaliação de bem-estar pessoal dos indivíduos, tanto com relação ao sentimento deles, quanto com a avaliação do ambiente, bem como a relação de disposição a pagar pelo evento.

Assim, como fito principal a análise multidisciplinar calcada em outras variáveis pode fornecer uma melhor compreensão da valoração dimensionada pelo método do custo de viagem. Vale destacar que o objeto de avaliação, trata-se de uma manifestação popular, que ocorre por toda à cidade e que há momentos, horários e locais diferentes onde os questionários foram propostos, podendo essas variáveis também afetar o conjunto e interpretação dos valores obtidos.

1.3 Justificativa e Relevância

Um grande problema intelectual com a abordagem de valoração econômica de bens públicos é a suposição de que uma floresta tropical ou um monumento tem um valor entre zero e infinito (HENDERSON, 1996). A natureza dos bens públicos, ambientais e culturais, tem no horizonte infinito de tempo, perspectivas imensuráveis de ganhos e perdas, e interpretações diversas sobre seu uso e sua conservação.

Apoiar a valoração de bens públicos apenas em medidas de estimativas de benefício em moeda, como usar uma régua de medir, encontra amparo por diversas razões, a melhor dentre elas, é a de que valor, traduzido em aspecto monetário carrega um senso comum.

Todavia, há um limbo entre a valoração e entendimento desta expressão numérica e políticas de bem-estar, sustentabilidade e políticas ambientais e de conservação (BELLIA, 1996).

Noções especialmente contábeis, que não flertam com o custo de oportunidade que é inato a estes bens, que geralmente não tem suas externalidades positivas em um rol fixo e limitado, além de outros aspectos multidisciplinares, que provêm sustentáculos para interpretações dos valores mensurados devem ser trazidos ao debate contábil e, portanto, se faz necessária uma análise multidisciplinar.

Ainda, encontra motivação na aplicação prática, visto que a avaliação adequada destes ativos promove o aperfeiçoamento da exploração e o entendimento firme do valor do bem, se traduzindo em melhores resultados na gestão e para a contabilidade pública, notadamente ao que se refere às orientações expressas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação.

Também encontra amparo com a abordagem internacional, Normas Internacionais de Contabilidade, em uso na Nova Zelândia e Reino Unido, que apresentam estes bens nos demonstrativos financeiros (NECO *et al*, 2013).

O entendimento do valor do patrimônio cultural não é intrínseco à natureza do bem, haja vista, não há mercado para testar esse valor e não é próprio da sociedade lhes atribuir qualquer valor monetário. Vale destacar, que as metodologias de abordagem para estes bens por vezes parecem gasosas, o que promove extensas discussões quanto à concretude de seus resultados.

Assim, a simplificação em termos monetários de ativos ligados à cultura e meio ambiente, acabam por parecer reduzi-los a mercadorias. Entretanto, as características singulares destes bens reforçam argumentações contrárias à inclusão em demonstrativos financeiros (CARNEGIE e WEST, 2005). Reconhecidamente, os métodos de mensuração possuem insuficiências, que aliada à mutabilidade das características dos bens culturais, abala a segurança das estimativas dos valores destes. No entanto, estas imperfeições devem ser compreendidas pelo usuário da informação, para a correta análise do valor, e entendimento dessa expressão.

Não obstante, alguns trabalhos na seara de mensuração de ativos culturais (NECO, RODRIGUES e SANTOS, 2011; THROSBY e WITHERS, 1986; LOOMIS, YORIZANE e LARSON, 2000; ORTIZ *et al*, 2001; KING, 2003; BEDATE *et al*, 2004; SALAZAR e MARQUES, 2004; LOOMIS, 2006; ANGELO e CARVALHO, 2007; BLAKEMORE e

WILLIANS, 2008; GUIA, 2008; FONSECA e REBELO, 2010; MAIA e ROMEIRO, 2008; PACHECO, 2011; MARQUES, 2012; IORGULESCU *et al*, 2011), entre outros, ainda há extenso campo de discussão acadêmico e prático quanto a uma métrica adequada para a valoração de ativos culturais e entende-lo sobre outras óticas e deprender a semântica do valor manifestado.

Nota-se que a cada dia as pessoas viajam mais por motivos de conhecimentos históricos e arqueológicos, a fim de explorar o capital cultural formado por bens tangíveis e intangíveis que possuem determinada capacidade de atração (RIGANTI, 2007). De forma calculada ou impulsiva, a demanda dos indivíduos avalia os *trade-offs* entre recompensas abstratas, inclusive a que se espera desfrutar obter em prazos mais longos (GIANNETTI, 2005). Esta análise do indivíduo pode ser captada por indicativos de bem-estar que podem dar contornos diversos a forma de avaliação e entendimento sobre determinados bens culturais.

Recentemente, na Europa, alguns países estudaram a possibilidade de introduzir impostos ambientais, em análises de implicações fiscais e econômicas, e avaliações de bens ambientais, sendo importante a avaliação destes aspectos psicológicos (CLINCH, *et al*. 2002). Estas possibilidades de criação de taxas, pode se estender a bens culturais e variáveis comportamentais são importantes para os gestores estimarem estes efeitos. Em síntese, os bens culturais, frequentemente, são únicos, possuem vida indefinida e possuem razões sociais para serem mantidos (LANDRIANI e POZZOLI, 2014).

Face o exposto, depreende-se então, que a motivação deste estudo se liga ao aperfeiçoamento e desenvolvimento da valoração de bens culturais e mesmos as metodologias utilizadas, e estender o debate da mensuração do patrimônio cultural, eventos culturais, a variáveis de foro psicológico dos indivíduos. Além de demonstrar que os resultados obtidos na valoração destes bens culturais ou ambientais necessitam de interpretações específicas e entendimento das métricas aplicadas.

Cumprе ressaltar, que há escassez em estudos ligados a mensuração do patrimônio cultural relacionados a eventos, combinados com entendimentos ou manifestações psicológicas ou de bem-estar dos indivíduos.

1.4 Estrutura do Trabalho

Além desta introdução, este trabalho é composto por mais quatro seções. Na segunda seção é apresentado o referencial teórico, onde estão descritos as teorias e os embasamentos

do contexto de pesquisa, que são o liame para a aplicação da metodologia do método dos custos de viagem (MCV) e do método de valoração contingente (MVC). Na terceira seção, há a descrição da aplicação do método do custo de viagem, do método de valoração contingente e a interação com os outros elementos do questionário, que foram instrumentalizados por meio da observação da avaliação do evento cultural escolhido, a Festa do Divino de Pirenópolis - GO. Os resultados e as análises são apresentados na seção seguinte, bem como os testes de robustez e ajustes se necessários à métrica utilizada. Por derradeiro, na quinta seção, são apresentadas as considerações finais de pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Patrimônio Cultural

O papel da cultura na sociedade é complexo e evasivo, reside sobre a ambigüidade de seus benefícios, e a complexidade de níveis que esses benefícios podem se acumular (KING, 2003). O patrimônio cultural desempenha um importante papel para cada nação, melhorando história, cultura, ambiente natural e lazer, e cabe ao governo lhes conceder tratamento especial (BARTON, 2005). Além da subjetividade, a mutabilidade é característica dos valores culturais que estimula essa complexidade em seu entendimento, ora podendo ter valores de uso, ora podendo ter valores afetivo, estético e cognitivo mais aguçado (STEIGLEDER, 2010).

O patrimônio cultural de uma sociedade é construído com o tempo, demanda uma série de interações sociais, e é necessário conhecimento e que este passe pelas gerações como uma herança, a fim de que os valores da cultura sejam percebidos. Para Klamer (apud KING, 2003) o capital cultural é a capacidade de ser inspirado, de dar significado a objetos, à vida humana, e precisa ser compartilhado para ter significado.

Assim, o patrimônio cultural deve ser entendido sobre a perspectiva evolutiva e criativa (GUIA, 2008), em que a sociedade deve reconhecer estes valores a fim de que construa sua própria identidade cultural (VECCO, 2010). Parte da complexidade neste entendimento, deriva da falta de mercado natural para recursos culturais, que além de tangível, também é intangível, mas que a economia já consolidou a sua importância (FONSECA, 2008).

O patrimônio cultural está ligado à comunidade, e é mantido pelo Governo para fins culturais, lazer e outros fins comunitários e por isso, o Governo reconhece o valor desses ativos e a importância de sua manutenção (BARTON, 2000). Este desenvolvimento, reconhecimento, de manutenção e importância da imaterialidade e oralidade, supera conceitos meramente tangíveis, pois tais bens comportam uma história social e não podem ser substituídos em caso de perda ou dano maior (RIGANTI e NIJKAMP, 2005).

Tais ativos, pela complexidade de mensuração, bem como outros aspectos a serem abordados, encontram em alguns grupos de contadores enfrentamento de que não há necessidade de demonstração destes nos relatórios financeiros, quer da empresa, quer do governo, pois não geram qualquer informação contábil (HOOPER, 2005). Tal interpretação encontra amparo na própria característica desses bens que são mantidos pelo governo unicamente para fins sociais

não tendo vínculo com ganho financeiro, e também porque não podem ser vendidos (BARTON, 2000). Com efeito, se não há ganho aqueles contadores contrários a não divulgação se pautam no *trade-off* entre relevância e objetividade e custo da informação.

Entretanto, a implementação de estratégias para crescimento de visitante e o entendimento de seu papel social e político passam pela valoração dos bens culturais (FONSECA e REBELO, 2010). É necessário entender e compreender o sentido da mensuração e registro do valor de bens culturais, pois balizam políticas públicas que geram oportunidades de ganho para o Governo e de satisfação com a manutenção para a população.

2.1.1 Bens Culturais e a Teoria do Valor

Bens culturais estão ligados a termos que remontam aspectos patrimoniais tal como o termo inglês *heritage*, herança, e do francês *patrimoine* que diverge da visão simplificada de patrimônio, e alcança uma dimensão semântica de patrimônio social, termos que remetem a consciência nas pessoas de herança comum, e no século XX, houve diversas normatizações entre os países a fim de defender este tipo de patrimônio, que segue o interesse público, artístico e histórico (VECCO, 2010).

As abordagens econômicas deveriam compreender os sistemas sociais e as funções produtivas dos ecossistemas, e se distanciar de mecanismos neoclássicos e fórmulas de mercado, tentar superar estas expectativas mensurando o valor dos recursos incalculáveis, como opção, pelo preço de reposição (HENDERSON, 1996). Ativos culturais são recursos escassos e devem ser geridos para atender as necessidades e desejos da sociedade, e a problemática que isso implica.

No entanto, as escolhas e os impulsos de mecanismos multidisciplinares de cálculo de valores de bens culturais estão ligados ao modo de vida (GIANNETTI, 2005), e mudam conforme o interesse do indivíduo. Essa mensuração de valor do bem cultural, deve respeitar um equilíbrio de mercado e Ótimo de Pareto, o que lhe rende a noção apropriada de equilíbrio (LOOMIS, *et al*, 2009), e sem que uma pessoa fique em melhor situação, sem que ninguém seja prejudicado (BELLIA, 2009). Este dilema subjetivo de valoração antagoniza economistas e ambientalistas e aqueles preocupados com os valores humanos e estéticos (HENDERSON, 1996).

Assim, a apresentação e formulação de valores para bens culturais não acaba em si mesma. Entender o processo de valoração de bens culturais requer certo nível de abstração do

raciocínio e formalização matemática, a fim de entender diferenças metodológicas e compreensão final de resultados. A interpretação destes valores evidencia a sutil necessidade agora em foco da leitura de elementos multidisciplinares e o discernimento de diferenças metodológicas de valoração.

Throsby (2011) define o capital cultural como a adição a qualquer valor econômico que o bem possa possuir. Determinar o valor econômico destes bens, ora por conta de se situar em um ambiente com diversos atrativos culturais e ambientais, onde a noção também pode estar ligada a sua capacidade de rivalizar com outros pontos turísticos, ora podendo ser pela observação de rivalizar com outras atividades e bens disponíveis na economia (HERRERO e GÓMEZ-VEGA, 2014).

Neste caminho, por mais que fique claro o problema intelectual de monetizar os bens culturais, inclusive por esses não terem mercado e não poderem ser transacionados, há impacto da cultura sobre a economia, onde transparece as variedades de benefícios sociais e econômicas depreendidas que se obtém das atividades culturais (THROSBY, 2011). Uma dessas é a necessidade humana de tempos em tempos se desconectar de atividades cotidianas estressantes e os bens culturais e ambientais promovem essa anestesia.

Ora se há uma demanda pelo uso desses bens, há um claro aspecto de valoração, mesmo que este, como dito anteriormente esteja muito ligado ao íntimo da pessoa. Motta (1997) faz uma divisão conceitual dos aspectos e valores que servem de sustentáculo a formação do valor econômico do recurso ambiental (VERA), em sentido análogo, estende-se o uso para entendimento de bens culturais, conforme a equação 1, abaixo demonstrada.

$$VERA = (VUD + VUI + VO) + VE \quad (1)$$

A primeira parte da equação de se refere ao Valor de Uso (VU), e é dividido em três perspectivas: 1) VUD – Valor de Uso Direto, que é dado pela visitação ou consumo direto do bem; 2) VUI – Valor de Uso Indireto, quando o benefício decorre por vias indiretas, onde a manutenção de uma floresta e a melhora do ar na cidade; 3) VO – Valor de Opção, este está ligado a opções de uso direto e indireto no futuro (MOTTA, 1997).

Por derradeiro, a segunda parte da equação 1 a variável Valor de Existência (VE), está associada ao valor de não uso (VNU), onde a existência do produto, e não representam uso agora ou no futuro, e são importantes para o ambiente social que existam, estão mais ligadas a valores

públicos (KING, 2003). E ainda, a conceitos que derivam de posições axiológicas, deontológicas e altruístas (MOTTA, 1997). Na realidade, busca-se uma temática que seja uma média estatística, onde deve se contabilizar custos médios e benefícios médios, onde todos os indivíduos sejam considerados. (BELLIA, 1996)

Logo, a noção de valor para bens culturais e ambientais está cerceada desta profusão de sentimentos e características sociais, estéticas e emocionais que devem ser observadas, para a compreensão do sentido de valor e para tanto é necessário esforço interdisciplinar. A estimativa desses valores se dá por funções de produção ou de demanda, e tende a ser complexa por ter certo exercício de futurologia e por se tratar de bens públicos (FONSECA, 2008).

2.1.2 Bens e Serviços Culturais como Bens Públicos

A cultura suscita na teoria econômica os mesmos problemas de outros domínios econômicos. Assim, promover a cultura implica abdicar de fundos destinados a bens e serviços (FONSECA, 2008).

No entanto, a alocação ótima de recursos ambientais e culturais poderia ser resolvida, via mercado, sem intervenção governamental, desde que pudessem ser substituídos ou transformados na relação com outros bens, e assim os custos e os benefícios não são captados pelo sistema de mercado, e não lhes atribuem à medida correta (MOTTA, 1997). Os bens culturais são bens que têm um caráter fundamentalmente público e se preenchidos todos os requisitos estamos perante um bem público (FONSECA, 2008).

Os bens públicos possuem duas grandes características: 1) não exclusão dos benefícios, no sentido de que se encontra disponível para todos os consumidores e 2) não rivalidade no consumo, no sentido que o aumento do consumo não eleva o custo (GUIA, 2008). Um exemplo de um bem não-excludente, seria a defesa nacional, que não pode defender uma pessoa sem que também defenda seu vizinho, quanto a não-rivalidade, podemos observar que o consumo de um não exaure o bem para o outro, ou seja, mais de uma pessoa pode assistir a um programa de televisão sem influenciar o consumo da outra (MOTTA, 1997).

Já os bens de domínio privado são o inverso, onde parte do consumo do indivíduo reduz a quantidade disponível para os demais (MARQUES, 2012). Nessa esteira e para todos os bens, é impossível melhorar a função utilidade dos recursos para um indivíduo sem piorar a dos restantes (ESCALEIRA, 2001).

Segundo Di Pietro (2006) o direito brasileiro faz uma classificação tripartite dos bens públicos, entre: 1) bens de uso comum do povo, 2) bens de uso especial e 3) bens dominicais. Os da primeira são destinados, por natureza ou por lei, ao uso coletivo; os da segunda, ao uso da Administração, para consecução dos seus objetivos; os da terceira não tem destinação pública definida, razão pela qual podem ser aplicados pelo Poder Público para obtenção de renda ou outra finalidade do interesse público.

Os bens públicos se destinam ao uso comum do povo ou a uso especial (MEIRELLES, 1998), há bens públicos puros, onde nenhum indivíduo pode ser excluído do seu consumo e dos benefícios que estes propiciam, e bens públicos não puros, onde os consumidores podem ser excluídos (GUIA, 2008).

Pelo exposto o conceito de bem público pode albergar os bens culturais, pois promovem externalidades positivas, pois geram benefícios não apropriadamente pagos e geram custos e perdas de utilidade, quando do seu mau uso (MOTTA, 1997). Por exemplo, a exposição de obras de artes em lugares públicos, rodoviárias e aeroportos, tende a promover externalidades positivas e a degradação das mesmas tende a promover uma perda de utilidade.

A concepção doutrinária atribui os bens públicos à titularidade das pessoas jurídicas estatais, sem prejuízo da finalidade pública que lhes é inerente (DI PIETRO, 2006). Logo, os bens culturais que suportem as características desses devem ser tratados como tal. E decorre desse tratamento, obrigações similares, tais como, desempenhar a função social que envolve o dever de utilização, que não é compatível com a propriedade pública, pois já tem uma característica coletiva inerente e apenas pode ser ampliada para melhor atender à sociedade (DI PIETRO, 2006).

Os bens públicos são fortemente regulados por legislação, para que esses ativos fiquem protegidos, sendo que para se tornarem ativos públicos, primeiro devem diferir fundamentalmente daqueles do mercado privado, e em um segundo momento devem ser contabilizados (BARTON, 2005). Assim, por contemplarem a definição de bens públicos, os bens culturais, deveriam ser de titularidade do estado que deveria tomar para si toda a responsabilidade. Contudo, como a preservação e a valorização dos bens culturais é extremamente importante, na opinião de alguns autores não deve ficar exclusivamente sob a responsabilidade das autoridades públicas (IORGULESCU *et al*, 2011), e por outro lado é o governo que mais se preocupa com o bem-estar social da nação, e claro na estruturação dos benefícios gerados por seus bens (BARTON, 2005).

Os bens culturais, podem não satisfazer todas as características de forma ampla, e sendo assim podem ser bens públicos não puros, na medida em que apesar de não rivalidade de consumo, são passíveis de exclusão (FONSECA, 2008). Como características dos bens de clube Guia (2008) destacou os seguintes: 1) Voluntarismo, o indivíduo só adere ao grupo se o benefício que advir for ao menos igual ou maior; 2) Custo, há um custo para contrabalancear o ingresso de novos participantes; 3) Exclusão, há situações de exclusão e apenas um subgrupo da população pode estar apto a aderir ao clube; 4) Mecanismos de exclusão, há a criação de mecanismos de exclusão como a criação de bilhetes de entrada; 5) Decisão Dual, os privilégios dos utilizadores deve ser diferente dos não-membros; e, por derradeiro, 6) Optimalidade, que está associada a provisão voluntária de um bem público puro, o que pode conduzir a intervenção governamental.

Devido às manifestações de preços ineficientes, fruto de direito de propriedade não completamente definidos, características que vestem os bens ambientais, assim pautados pelos princípios da não exclusividade e da não rivalidade, por mais que o mercado valore esses bens, não consegue transformar essa medida em preço, além disso, as perdas pelo mau uso não conseguem ser equitativamente distribuída entre os afetados (MOTTA, 1997). Esta suposição para bens ambientais pode ser evocada para bens culturais.

2.2 Teoria do Bem-Estar

A felicidade é tema amplamente debatido entre filósofos, sociólogos, psicólogos e economistas comportamentais, especialmente, sob os pontos de tentar explorar ambientes ideais, aspectos metodológicos que sirvam para mensuração deste atributo.

Inicialmente, uma das doutrinas mais difundidas sobre o tema refere-se ao hedonismo, que se configura na maximização do prazer e ausência da dor. Tal doutrina foi articulada primeiramente por Epicurus (342-270 a.C.) que explora o hedonismo ético, sustentado pela obrigação moral dos indivíduos é de maximizar sua experiência de prazer. Já no século XVIII, o filósofo Jeremy Bentham (1748-1832) usou a doutrina do hedonismo para estabelecer as bases do utilitarismo, baseando-se na compreensão de que os homens regulam suas ações conforme o prazer e a dor, tentando alcançar a primeira e evitando a segunda (LAYARD, 2005).

Os utilitários foram os precursores intelectuais das pesquisas sobre bem-estar subjetivo, focando nos prazeres emocionais, mentais e físicos e na dor que os indivíduos experimentam, surgindo um novo campo: a psicologia hedônica (KAHNEMAN; DIENER; SCHWARZ, 1999).

Em contraste, há outra tradição, traçada pela noção de eudaimonia, dada por Aristóteles (348-322) em que o indivíduo deve ser fiel ao seu interior, através de uma conduta virtuosa e uma reflexão filosófica (LAYARD, 2005). O indivíduo identifica suas virtudes, deve cultivá-las, e viver de acordo com elas, sendo a razão da felicidade escolhida por si e nunca por razão qualquer outra coisa.

As pesquisas com felicidade vêm ganhando novos campos de abordagem, entre historiadores, neurologistas, economistas e psiquiatras, e diversos estudos vêm enfocando a importância da felicidade, especialmente por se tratar de um desejo obrigatório (BENDASSOLLI, 2007). A compreensão do que leva as pessoas à felicidade está além de questões filosóficas e dos valores dados como prioridade por costumes tipicamente ocidentais (RODRIGUES E SILVA, 2010).

Pereira (1997) classificou a qualidade de vida em dois componentes principais: bem-estar objetivo (do inglês, *welfare*), no qual se incluem circunstância objetiva de vida e o bem-estar subjetivo (do inglês, *well-being*), composto de experiências subjetivas e de apontadores emocionais, incluindo satisfação com a vida.

Em pesquisas, a mensuração do bem-estar subjetivo procura capturar a percepção que a pessoa possui da qualidade de sua vida fundamentada em seus próprios parâmetros (DIENER e SUH, 197). O mais comumente utilizado é por meio de escalas de autoavaliação.

Estudo empírico mostra que a capacidade de ser feliz é sinal de adaptação e saúde mental (LYUMBOMIRSKY, SHELDON e SCHKADE, 2005). Alguns estudos relacionam bem-estar subjetivo e aspectos ambientais (cultura), aspectos relativamente controláveis (renda, casamento), e aspectos fora do controle individual (sexo, idade) (LYUBOMIRSKY, 2001, HAILU, BOXALL e MCFARLANE, 2005).

Nesta esteira, estudos que correlacionam à felicidade as mais diversas variáveis possíveis avançam seus horizontes, avaliando a relação com o nível da qualidade do ar e renda (LEVINSON, 2012), e a relação com a poluição se mostra estatisticamente significativa no bem-estar subjetivo, felicidade (WELSCH, 2006), além de outros que se reportam ao consumo, renda e outras variáveis (CORBI e MENEZES-FILHO, 2006; TORRES, 2012; FERRAS, TAVARES e ZILBERMAN, 2007; LEVINSON, 2012; BARBOSA NETO e GAMBI, 2013).

Interessante destacar, que no contexto da pesquisa o uso da maior parte dos *heritage assets* se dá de forma gratuita, no entanto para alguns indivíduos o seu uso pode valer muito (HAZELHENDERSON, 1996), e essa expressão de valor, geralmente pode estar

associada à felicidade. Dessa forma, não é desafiador pensar que exista uma correlação entre o uso dos bens culturais e o bem-estar subjetivo do indivíduo, e claro este de certa forma deve influenciar na valoração econômica dos ativos culturais.

Possível crítica à obtenção de dados é quanto à forma de coleta do nível de bem-estar, vez que este é manifestado pelo indivíduo calcado por critérios específicos e individuais (TORRES, 2012). No entanto, como já abordado, esse modo de interpretação do bem-estar subjetivo entre os indivíduos parece não variar muito de uma pessoa para outra, o que não envia os resultados.

Diante deste contexto, para equacionar o bem-estar deve se considerar emoções negativas e positivas, a autoestima, sensações ligadas a competência e criatividade, e práticas espirituais (BARBZA NETO e GAMBI, 2013). Tal mosaico de sentimentos e emoções sofrem flutuações durante a mesma experiência e assim, interferem na avaliação do bem cultural a que o indivíduo está exposto.

Aspectos como: otimismo e resiliência e emoções positivas podem ser tanto causa como consequência da felicidade, e sendo assim o modo como encara um evento no seu início e seu fim, pode mudar a depender destes fatores externos (FERRAZ, TAVARES e ZILBERMAN, 2007). Assim, espera-se medir comportamentos diversos a depender da frustração, por custos de utilidade perdido, sobre o evento ou a alegria pelo resultado a maior que o esperado, ou seja, ganhos inesperados.

A mensuração da felicidade também passa por dilema ético, ora haverá análise do foro íntimo do indivíduo. Em outra seara mensurar externalidades sobre a saúde e a vida humana, já se constituem atropelos morais, onde se pode mensurar aspectos de valor negativo, e assim justificar procedimentos como aborto, eutanásia, sentenças de morte, eliminação de aposentados, inválidos, deficientes mentais (BELLIA, 1996).

Independente de concepções e limites morais os estudos sobre felicidade e aplicação prática ganham espaço, como a concepção do *Gross Nationalhappiness*(GNH), ou Felicidade Interna Bruta (FIB), criado para medir o progresso social dos países, inspirado em valores espirituais budistas, medido pelas seguintes variáveis: 1) Satisfação Econômica; 2) Satisfação Ambiental; 3) Satisfação com o ambiente de Trabalho; 4) Saúde Física; 5) Saúde Mental; 6) Satisfação Social; 7) Satisfação Política (SCHAFANSKI, 2012).

Além do FIB, outras pesquisas são realizadas pelo mundo buscando captar o bem-estar subjetivo dos indivíduos: a 1) *General Social Survey* realiza inquérito com a avaliação da felicidade com a seguinte pergunta: “Levando-se em consideração todas as coisas como estão

hoje, você diria que está muito feliz, um pouco feliz ou nem tão feliz?"; 2) *World Values Survey* analisa há 30 anos a mudança de comportamentos e valores em 50 países, acrescenta um item a outra pergunta, pedindo que os indivíduos quantifiquem seu grau de satisfação com a vida em uma escala de 0 a 10; 3) *Gallup World Poll*, pesquisa realizada em 2005 e 2006, pede para que as pessoas se imaginem em uma escada com 10 degraus e estabeleça em que grau está com relação à satisfação com a vida, em momento posterior questiona como a pessoa se enxerga e qual degrau ocupará daqui a 5 anos (SCHAFANSKI, 2012).

Uma pesquisa que se pautou pela métrica dos Custos de Viagem foi utilizada variável psicológica, a fim de capturar essas sensações, em relação ao processo de valoração do bem (HAILU, BOXALL e MCFARLANE, 2005).

2.3 Ativos Culturais e Contabilidade

A etiqueta tradicional acadêmica impede muitos especialistas invadir os territórios das outras disciplinas. Assim a miopia dos profissionais contábeis dificilmente se verte a se inclinar com os problemas de valoração de bens culturais. Em países de origem anglo-saxônica o uso da contabilidade para exprimir o valor de bens culturais e trata-los como ativo é usado em larga medida. Na Nova Zelândia os defensores do gerencialismo parecem ter triunfado sobre a problemática cadeia de normatização dos organismos contábeis (HOOPER e KEARINS, 2005).

Novos padrões da contabilidade emergiram nas década de 50, com cientistas sociais e estatísticos, com cientistas naturais, começaram a procurar entender a natureza de maneira sistêmica e documentar os custos sociais destas economias complexas, como contabilidade verde, taxação e análises de ciclos de produtos (HENDERSON, 1996).

Mesmo assim, alguns contadores ignoram bens culturais, especialmente por não haver nenhuma metodologia ou método satisfatório a valoração destes ativos e que expressem valores financeiros objetivos (HOOPERS e KEARINS, 2005). A promoção do *accountability* não pode ser feito na esfera pública, como o é na esfera privada (MARQUES, 2012). No entanto, há empregos e toda uma economia que gravita em torno de bens culturais, como o turismo (IORGULESCU *et al*, 2011).

Esta temática de gerencialismo é mais voltada para gestão de políticas públicas, diversa da contabilidade tradicional que tem um enfoque mais fiscalista e com informações muito mais voltadas para bancos. E também por não haver dúvidas quanto à riqueza que os bens culturais demonstram para a comunidade (BARTON, 1999).

Mesmo assim, há objeções no sentido da falta de rigor e de profissionalismo neste desvio de padrões. Por não gerarem caixa líquido, o ceticismo e a função convencional da contabilidade para o tratamento de ativos, acabam por afastar a expectativa de mensuração destes ativos, justamente por entender que o ativo apenas se transforma em unidade monetária, e também para não obedecer grupos de pressão, o que deixaria a atividade eminentemente política (STANTON e STANTON, 1998).

Se contabilizados, os bens culturais podem facilitar comparações de informações entre os setores para decisão do que fazer e o comportamento do bem. Então por mais que não tenham valor comercial, mas teoricamente são ativos com valor, e para produzir serviços públicos eficientes na sua conservação, a informação contábil é requerida (BARTON, 2005). Ainda, possuem as seguintes características: são mantidos para fins sociais, suas operações são financiadas pelo governo a partir de impostos, devem ser mantidos em boas condições de gozo e para perpetuidade, não estão à venda, estão aberto ao público, e o público é estimulado a usá-lo (BARTON, 1999).

Por fim, é preciso entender novos enfoques de riqueza, tais como: capital natural, os ativos produzidos, os recursos humanos e o capital social (HENDERSON, 1996). Pautado por essa teoria neoclássica, os bens culturais ganham força quanto ao tratamento de registro e mensuração contábil.

2.3.1 Normas Contábeis para Ativos Culturais

Ativos Culturais são bens estudados mutuamente pela Contabilidade e pela Economia, ainda que sob enfoques diferentes, o ideal era que houvesse uma aproximação (COSENZA e LAURENCEL, 2011). Por isso destacam-se as normas contábeis que estimulam a valoração de ativos culturais por técnicas de valoração econômicas e multidisciplinar.

A norma internacional de contabilidade pública que trata dos ativos, IPAS 17 – *Property, Plant and Equipment*, não estabelece tratamento especial aos *heritage assets*. Apesar de não obrigar o reconhecimento destes ativos, determina que os critérios de reconhecimento sejam os mesmos dos demais ativos (MARQUES, 2012). Nova Zelândia e Reino Unido entendem que o reconhecimento destes bens nos demonstrativos contábeis representa uma melhora de gestão (NECO, RODRIGUES e SANTOS, 2011). Nos Estados Unidos, SFFAS 29, orienta o reconhecimento pelo custo de aquisição de benfeitorias, reconstrução ou renovação incorridos,

orienta a divulgação de detalhes em notas explicativas; já o Canadá, a norma PS 3150, orienta o reconhecimento dos ativos culturais nas demonstrações do Governo (MARQUES, 2012).

No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade diz que não cabe regime de depreciação a estes ativos e o MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público) determina que os ativos imobilizados devem ser mensurados pelo valor justo, com base em procedimento técnico ou valor patrimonial conforme os termos da doação, com as informações em notas explicativas (NECO, RODRIGUES e SANTOS, 2011).

Consoante à mensuração de bens públicos, a teoria neoclássica fornece as diretrizes utilizadas pela contabilidade para aferição de renda, avaliação de ativos e configuração do padrão corporativo das demonstrações. No entanto, a confiança nesta teoria resulta na contabilização de um mercado de aparências, em detrimento da essência (STANTON e STANTON, 1998). Mesmo que a intenção seja fornecer informações úteis aos usuários das informações financeiras do governo, esse tipo de reconhecimento, se o usuário for ingênuo, pode gerar uma percepção errada (STANTON e STANTON, 1997). Alguns países como Portugal, França e Espanha separam em suas demonstrações os *heritageassetse* os demais ativos (MARQUES, 2012), sendo uma forma de não contaminar um usuário e de manter certa prudência quanto às informações.

2.3.2 Mensuração de Ativos Culturais

Para a mensuração adequada do patrimônio cultural é necessário desenvolver uma consciência a respeito da manifestação cultural, entender que cultura e ambiente não tem um valor meramente cênico e social, mas também monetário (KING, 2003). Culturalmente, a noção da economia estava voltada para a “felicidade”, entendida como o consumo, e a idéia de valoração está associada somente a bens tangíveis (NOGUEIRA e MEDEIROS, 2009). A busca pela identificação dos valores culturais atribuídos aos bens jamais poderá traçar todos os significados atribuídos a eles, não há como conectar objetivamente necessidades e desejos correspondentes, haja vista o ativo em análise ser relativo, mutável e subjetivo (STEIGLEDER, 2010).

Cabe salientar, que toda contabilização de ativos é em algum aspecto viciada, especialmente envolvendo modelos econométricos, dada sua subjetividade (HINES, 1988).

As discussões que gravitam em torno da valoração destes ativos, e da visão econômica neoclássica, guardam paralelo com a discussão econômica do meio ambiente, que sofre diversas

críticas por seus pressupostos e a demasiada simplificação da realidade (SILVA *et al*, 2011). Isto gera uma assimetria dos valores dos ativos e externalidades, pois cada indivíduo terá um conjunto de preferências para valoração de qualquer bem ou serviço, incluindo a sua perspectiva do quadro atual (NOGUEIRA e MEDEIROS, 1999). Assim, há um reforço no teor das críticas já que a contabilidade carregaria um viés na medida e poderia gerar indicadores que não retratam adequadamente seu desempenho (STANTON e STANTON, 1997).

Throsby (2011) elucida que devemos, segundo a distinção de Adam Smith, diferenciar o valor de uso do valor de troca, destacando que o valor de determinado bem se concentra nas convicções do consumidor em apreciar as suas qualidades e não pode ser determinado pela observação do consumidor, ou pelo trabalho aplicado. Prossegue Throsby (2011) que a dualidade no valor dos bens culturais tem sido explorada nas mais diversas esferas da humanidade e das ciências sociais, buscando entender a distinção entre valor econômico e o valor cultural de bens e serviços culturais.

Contudo, na prática, é importante entender que nenhuma medida econômica é neutra, ou seja, são afetadas por outras teorias econômicas de produção e filosofia social (KUZNETS, 1972), tais como: forças sociais, custos de oportunidade e tendências culturais (MASON, 2000, apud FONSECA, 2008), e que a microeconomia produz valores marginais suscetíveis de mudanças, que estão ligados ao quadro atual, e sua perspectiva está atrelada a avaliação e alocação de recursos, seja para entender prioridades públicas ou para financiamento privado (MAZZANTI, 2003).

Nesse contexto, associar valores econômicos a culturais, embora não seja estranho ao universo da cultura, se ampara sobre premissas, mais pragmáticas, que simplificam os bens culturais a ativos, a fim de atender o cliente em potencial, estabelecendo um preço (STEIGLEDER, 2010). No entanto, o valor destes ativos não consegue ser representado completamente pelo preço, valor capturado, pois há outros capitais distinguíveis tais como o capital natural, humano e físico, que dão origem a um valor distinto a qualquer valoração comercial (THROSBY, 2011), tais como as obras de arte originais que possuem um conjunto de atributos que as distinguem de todos os outros bens (THROSBY, 1994).

Tais críticas e disposições contrárias à teoria neoclássica para valoração de ativos ambientais e culturais, especialmente ligados a contabilidade pública, devem ser alertadas devido a problemas de mensuração de ativos e deficiência de valor em uso como uma medida de valor econômico (SANTON e SANTON, 1998). Todavia, na prática, entendendo as insuficiências e a deficiência nos procedimentos que auferem o valor econômico, este pode ser uma medida que

proporcione compreensão para futuras decisões acerca do bem, sendo importante sua mensuração, conforme estudos recentes supramencionados adotaram, nas mais diversas mensurações de ativos ambientais e culturais.

Além disso, o valor econômico se divide em valor em uso, que decorre propriamente do uso do bem, e o valor de não uso. O valor de não uso abrange uma série de benefícios, incluindo: valores de existência, que se refere á existência, mesmo que não exista consumo; valores de opção, a escolha de indivíduos que não visitaram o local o poderem no futuro; valores de legado, ligado ao bem não porque ele terá valor no futuro, mas sim para gerações futuras (THROSBY, 2001, apud KING,2003). Ainda, há o valor altruísta, valor motivado pelo desejo que o local esteja disponível para outras pessoas visitarem (BETADE *et al*, 2004).

2.4 Técnicas de Valoração Econômicas

Os métodos de valoração econômica se classificam como métodos da função de produção, ou direto, e métodos da função de demanda, ou indireto (MOTTA, 1997).

A valoração de bens ambientais e culturais pelo método direto é comprometida, pois estes são bens não-transacionáveis (GUIA, 2008), o que confunde a percepção do usuário da informação. Ainda, cabe destacar, que devido a sua natureza os bens públicos têm um papel especial, se usados somente para satisfazer o conceito de bens patrimoniais, por vezes não será possível visualizar um preço, dado que estes bens promovem prestações sociais e não financeiras (BARTON, 2000).

As três metodologias tradicionalmente utilizadas pelo método direto são: métodos de produtividade marginal que seguem métricas de calculo de benefícios líquidos futuros; e o valor de bens substitutos para reposição, gastos defensivos ou custos evitados e custos de controle(MOTTA, 1997). Neco, Rodrigues e Santos (2013) utilizaram uma abordagem econométrica para o cálculo do valor justo dos bens culturais. No entanto, essa métrica se baseou em dados do mercado para comparação e utilização de modelo de regressão linear, para estimar obras de Cícero Dias, mesmo assim, em seus resultados, acentuou que a mensuração obtida ainda deve obedecer a relevância da informação e a objetividade, e ainda acrescenta que outros fatores, tais como IDH, poderiam compor seu modelo econométrico.

O enfoque do método direto segue em consonância com a literatura econômica convencional que sugere que o valor de determinado bem pode ser mensurado pela sua preservação, conservação ou utilização. No entanto, os bens culturais e ambientais não têm seu

valor ligado a um fluxo de benefícios monetários que se esperam deles, e sua mensuração leva em consideração um conjunto de preferências que não são usadas pelo método direito de valoração de ativos (NOGUEIRA e MEDEIROS, 1999).

Vale destacar que os principais argumentos contra a aplicação de metodologias diretas de avaliação de bens culturais tangem as seguintes questões: a dificuldade de se avaliar objetos únicos e insubstituíveis; o fato de não haver retorno financeiro pela manutenção dos ativos; o valor destes ativos tende a aumentar e não a depreciar com o tempo; sua inclusão nos relatórios contábeis pode não exercer qualquer relevância; o fato de existirem prioridades a estes bens na administração (HOOPER *et al*, 2005).

O valor do patrimônio cultural é concebido com uma boa mistura, multidisciplinar, multi-valor e ambiente multi-atributo, e ainda gera dois tipos de benefícios os de uso e de não-uso, sendo assim, é necessário o desenvolvimento de ferramentas de avaliação para este mercado (MAZZANTI, 2003), sendo necessário e como a maioria das pesquisas fazem valorar por métodos indiretos (THROSBY e WITHERS, 1986; LOOMIS, YORIZANE e LARSON, 2000; ORTIZ *et al*, 2001; SANZ, HERRERO e BEDATE, 2003; KING, 2003; BEDATE, HERRERO e SANZ, 2004; SALAZAR e MARQUES, 2004; LOOMIS, 2006; ANGELO e CARVALHO, 2007; BLAKEMORE e WILLIAMS, 2008; GUIA, 2008; FONSECA, 2008; MAIA e ROMEIRO, 2008; PACHECO, 2011; MARQUES, 2012; IORGULESCU *et al*, 2011).

Assim, a restrição que dificultou a avaliação de bens públicos foi superada por meio de técnicas de avaliação para bens não transacionais ou não mercantis (FONSECA e REBELO, 2010). Como já abordado aqui, e devido à semelhança entre os bens culturais e os bens ambientais, na valoração econômica, a Economia da Cultura tem se valido das ferramentas teóricas e metodológicas da Economia do Ambiente, do Bem-Estar e dos Recursos Naturais, que tem preferências reveladas na observação direta do comportamento dos indivíduos (GUIA, 2008).

Existem basicamente duas técnicas de valoração de bens: preferências reveladas, que envolvem a procura de pistas, estudo do comportamento do indivíduo; e de preferências declaradas, onde é simulado um cenário hipotético e são feitas inferências de valor. Segundo TUAN *et al* (2009) os bens do patrimônio cultural, em regra, são improváveis de substituição, tendo suas próprias características distintivas e singulares, e que valoração se beneficia de dois aspectos: 1) quanto mais homogêneo o ambiente, e a população afetada; e 2) mais informações possíveis e disponíveis, assim, assevera que os resultados discrepantes entre os países analisados Tailândia e Vietnã, são influenciados pela renda.

Dessa forma, o método indireto se mostra como a metodologia mais adequada para mensuração do patrimônio cultural vez que consegue captar possíveis assimetrias de formação no valor e identificar, mesmo que parcialmente o porquê destas diferenças, como no caso supramencionado.

Além do Método do Custo de Viagem e do Método de Valoração Contingente, modelos a serem tratados nos próximos tópicos, a terceira métrica comum no método indireto é o da precificação hedônica.

Método de precificação hedônica é utilizado principalmente no setor imobiliário, explicando porque o valor de duas propriedades comparáveis variará, dependendo das características dos seus ambientes levando em consideração externalidades positivas, exemplo baixo nível de poluição, e externalidades negativas, alto índice de criminalidade (IORGULESCO *et al*, 2011). Assim, busca captar preços implícitos e características que diferenciam determinados produtos (GUIA, 2008). Dessa forma, esse método busca captar a correlação entre o objeto em análise, a exemplo: livrarias e cinemas, com variáveis do ambiente, como bairro, ambiente, entre outros. No entanto não é comum sua aplicação para valorar bens culturais (FONSECA, 2008).

A percepção deste método não é adequada para a valoração de ativos culturais, pois busca relacionar situações de compra de bens transacionáveis, ou seja, deve criar um cenário comparativo ao indivíduo. Este deve incluir a possibilidade de gozar bens não transacionáveis, buscando entender o objeto em análise com elementos comparáveis, entendendo a gama de bens não transacionáveis que o circundam (FONSECA, 2008). Há também entraves quanto à grande demanda de informações (MOTTA, 1997), mesmo assim, para ativos culturais tais correlações de externalidades poderiam não fazer sentido.

Sendo assim, este método será descartado das análises, e não será feito qualquer tipo de valoração por seus métodos.

2.4.1 Método do Custo de Viagem

O Método do Custo de Viagem é baseado na teoria da procura do consumidor na qual o custo de oportunidade é um fator preponderante (PACHECO, 2011), e é dado pela análise do turista e suas características socioeconômicas. Cultura e turismo têm uma relação mútua e quando um bem cultural tem força, geralmente têm o poder de atrair e mercados de visitas, trabalho e turismo (OECD, 2009).

Esta metodologia procura avaliar o consumidor, com a observação de seus comportamentos e mensuração da perda de seus rendimentos alternativos, correlacionando as variáveis de tempo e o custo de oportunidade perdido. Como é um modelo que se baseia na observação, apenas permite inferir valores de uso do bem (GUIA, 2008). É importante que se avalie todas as informações disponíveis que permitem captar os fatores estudados (MOTTA, 1997).

O custo de oportunidade se traduz na restrição orçamentária, ou seja, em um cenário ideal o selecionado teria uma restrição devido o dispêndio de seu tempo, bem como envolve o orçamento desembolsado com a viagem (LOOMIS, YORIZANE e LARSON, 2000). Este método estima uma demanda com base nas atividades recreacionais, associadas complementarmente ao uso de variáveis socioeconômicas, e noções como custo de oportunidade, que é auferido com base nos custos de viagem para visitar o local. (MOTTA, 1997).

Esta metodologia é uma das mais antigas em valoração econômica, tendo suas primeiras publicações sido feitas em 1958, por Wood Trice (HANLEY e SPASH, apud MAIA e ROMEIRO, 2008), e deriva os benefícios econômicos de uma população: deslocamento, transporte, viagem, taxa de entrada, hospedagem, alimentação, entre outros, se estima o custo da viagem e se aplica a teoria econômica do excedente do consumidor para mensurar a disposição adicional a pagar da população (MAIA e ROMEIRO, 2008). Com esta relação simples do excedente do consumidor, pode-se inferir o valor de determinado bem (LOOMIS, 2000), conforme função demanda, descrita pelo modelo econométrico da expressão 2.

$$V = f(\text{custo da viagem, custo de oportunidade, substitutos, gostos, renda, orçamento total}) \quad (2)$$

Tal função relaciona a taxa de viagem (V), com variáveis independentes, tais como: custos da viagem, o tempo da viagem, custos de bens substitutos, gostos, renda e o orçamento total do tempo. Como aspectos importantes dessa função devemos incluir todo o tempo de exposição da pessoa ao local e excluir todos os custos de consumo e outros serviços não associados ao local (MOTTA, 1997).

A partir desta equação é possível estimar o aumento do custo da viagem, mantendo as demais variáveis constantes podemos estabelecer a relação inversa entre o número de visitas (Q) e os custos da viagem, *travelcost*, (MARQUES, 2012), conforme equação 3:

$$Q(\text{viagens}) = f(V) \quad (3)$$

O valor do tempo (V) tem sido considerado no método do custo de viagem, sob os seguintes requisitos: 1) valor zero e deste modo não incluído, sendo contrária a teoria econômica; 2) o custo de oportunidade do trabalho, e assim o tempo de lazer é valorizado como o salário fixo marginal; 3) uma parcela do salário, atentando para a propensão dos indivíduos a pagarem para não trabalhar (PACHECO, 2011).

Esta ferramenta apresenta alguns problemas práticos, tais como: 1) o excedente do consumidor subestima se o custo de oportunidade do tempo da viagem não é levado em conta, este também não pode ser escolhido de forma arbitrária; 2) no caso de viagens multi-destino, como solução dividir os custos pela quantidade de locais visitados; 3) existência de locais alternativos; 4) existem alguns custos que devem ser inclusos, a saber, taxas de estacionamento, manutenção do veículo, custos e taxas de entrada para o patrimônio; 5) o tempo da estadia; 6) levar em conta a qualidade do bem e o congestionamento, onde o número de visitantes é influenciado pela qualidade do local; 7) o método do custo de viagem atribui a mesma utilidade marginal para todos os visitantes independentemente da sua renda (BETADE *et al*, 2004).

Todavia, mesmo com todas as restrições citadas acima, a técnica do MCV, observando o comportamento dos consumidores, assim sendo, do mercado, ainda segue como sendo a ferramenta mais usada para avaliação de bens ambientais e culturais, visto que a valoração destes bens, nessa metodologia, parte da “qualidade” de seus consumidores.

Além disso, com a suposição de complementariedade, esse método não contempla custos de opção e existência e somente capta os valores de uso direto e indiretos associados à visita (MOTTA, 1997).

Como forma de adaptação as pesquisas que envolvem o MCV modificam suas equações e funções de demanda, quais sejam, Betade, Herrero e Sanz. (2004) utilizaram MCV zonal e individual; Poor e Smith (2004) MCV com três tipos de modelos, o linear, o semi-logarítmico e o logarítmico; Hailu, Boxall, Farlane (2005) introduziram ao método variáveis

psicológicas, que avaliavam o grau de afetividade com o local. E na maior parte das vezes, essas pesquisas utilizam a aplicação de questionários para obterem as informações.

É importante salientar que essa métrica se prende à renda, subavaliando o recurso ambiental ou cultural valorado em relação aos bens produzidos, e à necessidade de separar, dos custos de viagem, as parcelas referentes a outras atividades associadas, além de outras características como as viagens multipropósitos que devem ser ajustadas (BELLIA, 1996). Essa dificuldade de focar todos os valores em um único bem é um dos vieses que devem ser entendidos na aplicação do MCV. Tanto é assim que as pesquisas com MCV, não devem ter seus resultados estimados de uma pesquisa para outro local (MOTTA, 1997).

Outros problemas podem ser a exclusão dos não visitantes, ou que nunca irão visitar. Além de dispêndios que se acumulam em família que tem como norte principal a visita do bem ambiental. (BELLIA, 1996). Além de tratar quem gasta mais em transporte e vem de distâncias maiores de diferentes formas que não se traduzem na realidade, do custo de transporte e os gastos que reflitam o consumo do serviço (MOTTA, 1997).

2.4.2 Método de Valoração Contingente

Tradicionalmente, o método da valoração contingente é usado para estimar valores de bens públicos para os quais não haja mercado, construindo mercados hipotéticos (STAMPE, TOCHETTO e FLORISSI, 2008). É dividido em duas variações básicas: a Disposição a Pagar (DAP), com pagamento para medir a disponibilidade e a Disposição a Receber (DAA), como uma compensação da variação negativa (MOTTA, 1997).

Este método de avaliação aufere a disponibilidade em pagar do consumidor, criando uma curva de procura, já que geralmente para bens ambientais e culturais o valor de disponibilidade a pagar é maior que o efetivamente pago (PACHECO, 2011), devido seu valor estético e simbólico (SANZ, HERRERO e BEDATE, 2003). Apesar de mais fácil de ser aplicado e poder ser aplicado a um espectro mais amplo (MOTTA, 1997), exige grande nível de detalhamento tanto do bem avaliado, quanto dos entrevistados, que estão avaliando, extensa descrição das características socioculturais (IORGULESCO, *et al*, 2011).

É um método que consegue captar o valor de não uso do bem (valor da existência, opção, diversidade), e pode ser importante para entender a formação de valor para ativos culturais (KING, 2003). Há uma crítica quanto a captação do valor de existência, visto que estes bem não tem substitutos ou itens complementares (MOTTA, 1997). Outrossim, por ser

um método mais direto de mensuração, pode ser aplicado a um único indivíduo ou a múltiplos indivíduos (LOOMIS, 2006).

Inicialmente, era utilizado apenas para mensurar ativos ambientais, mas por se tratar de uma forma objetiva de mensuração, começou a ser utilizado para a mensuração de bens não transacionáveis, a fim de que o governo determinasse a conservação ou preservação dos mesmos (FONSECA, 2008). Pesquisas anteriores demonstram que uma boa estimação se mostra bem complicada pelo MVC, devido a exigência de se ter um alto nível de informações públicas, e ter um ênfase em bens substitutos, para o adequado uso de técnicas de estimação (NOONAN, 2002). Assim, o entrevistado pode ser atrapalhado pelo grau de realismo e pela familiaridade com o local (MOTTA, 1997).

Assim, apesar de ter uma metodologia flexível capaz mensurar o valor de praticamente qualquer bem, muitas vezes a percepção dos benefícios dos ativos intangíveis não são capturadas com essas inferências, vieses produzidos pelo próprio questionário e outros produzidos pelo próprio entrevistado, acabam que por impossibilitar a obtenção de bons resultados (STAMPE, TOCHETTO e FLORISSI, 2008). Quando a metodologia foi testada, quanto à disposição da forma de pagamento se a vista ou em parcelas e a forma de desembolso, se em dinheiro ou outra forma, gerou resultados discrepantes, isso se deve em parte por se trabalhar com um mercado hipotético que os entrevistados não têm convívio (BLACKMORE e WILLIAMS, 2008).

Além disso, existem bens culturais que extrapolam os limites dos residentes locais, representando mais valor para a comunidade internacional (STAMPE, TOCHETTO e FLORISSI, 2008).

Motta (1997) sintetiza os problemas do MVC; 1) Viés Estratégico, relacionado a percepção do entrevistado acerca da obrigação com o pagamento; 2) Viés Hipotético, como o mercado é hipotético, pode levar a valores que não revelam a verdadeira preferência; 3) Problema por toda Parte, o indivíduo contamina sua percepção com um problema similar; 4) Viés da Informação, informação dada no cenário hipotético altera a percepção do indivíduo; 5) Viés do Entrevistador e do Entrevistado, a forma como se comporta e se aparenta pode influenciar as pessoas; 6) Viés do Instrumento de Pagamento, os indivíduos não são totalmente indiferentes quanto ao veículo de pagamento associado a DAP; 7) Viés de ponto inicial, o lance inicial pode influenciar o final; 8) Viés da Obediência e Caridade, se manifesta no constrangimento das pessoas em manifestar opinião negativa; 9) Viés da Subaditividade, pesquisas com DAP, onde a soma de valores ambientais em conjunto é menor que a de

determinado bem em separado; 10) Viés da Sequência de Agregação, está ligado ao contexto econômico da valoração, quanto a medida DAP ou DAA, em que um bem é avaliado depois de outros bens.

Pelo exposto, resta que tal metodologia de avaliação é interessante para a captação do valor de não-uso, no entanto, devido as suas insuficiências e vieses produzidos, principalmente pela inabilidade das pessoas de compreensão e formação de valor de bens culturais, não é a melhor forma de mensuração de valor destes bens, caso não haja extensa explicação e nível de entendimento entre entrevistador e entrevistado.

2.5 Heurística da Ancoragem

Por vezes as decisões e julgamentos tomados pelos indivíduos em determinados cenários são enviesados. A psicologia econômica estuda o comportamento econômico dos indivíduos, grupos, governos, populações, procurando entender como o individuo influencia a economia e vice versa, se pautando por modelos descritivos, e não normativos, como faz a Economia, tendo como variáveis pensamentos, sentimentos, crenças, atitudes e expectativas (FERREIRA, 2008).

A avaliação de todos os fatores que embasam uma decisão, tais como, estimativa de problemas complexos, tem grande potencial de viés (BAZERMAN, 2004). Também é espantoso que a referência numérica que temos inicialmente para julgamentos que precisamos fazer daquele ponto em diante, mesmo quando não há relação alguma, aproxima a estimativa que irá ser feita com o número-referência, como é o viés da ancoragem (MOSCA, 2009). Assim, da necessidade identificada por estudiosos, de acrescentar enfoque mais abrangente à Economia, que sofreria de limitações para explicar o comportamento humano em algumas decisões, que divergissem a teoria neoclássica, que postula a racionalidade dos agentes econômicos, cresce a necessidade da interdisciplinaridade entre psicologia e economia (FERREIRA, 2008).

Uma maneira de fazer juízos em situações de incerteza é ancorar-se a uma informação que vem a mente, e ajustar a estimativa ao valor plausível, esta escolha é feita por trás de muitas decisões intuitivas (EPLEY e GILOVICH, 2005). Esse é o processo da heurística da ancoragem. O termo ancoragem tem sido utilizado para descrever uma série de fenômenos, inclusive a exposição a estímulos em julgamentos psicofísicos de outro estímulo, no qual a exposição a um estímulo ou situação muda a percepção das pessoas para classificação de dimensões (WILSON *et al*, 1996).

A etimologia da palavra heurística deriva da palavra grega *heureka*, que significa “descobri” ou “inventei”, e deve se entender por regra de bolso, ou atalhos mentais (FERREIRA, 2008).

Tversky e Kahneman (1974) elucidaram sobre os vieses cognitivos originados do uso de heurísticas de avaliação, que se pautam pela redução da complexidade da tarefa, tornando as operações de julgamento mais simples, incorrendo em erros de percepção e de avaliação, e classificaram as heurísticas em três grupos: 1) Heurística da Representatividade; 2) Heurística da disponibilidade e; 3) Heurística Ancoragem.

De acordo com Ferreira (2008) a heurística da ancoragem refere-se a um valor inicial, sugerido na resolução de um problema, que é tomado como ponto de partida e as estimativas finais, acabam se ajustando a esse ponto de partida, e produzem os seguintes vieses decorrentes: 1) Ajustamento Insuficiente, números dados antes da estimativa tem grande efeito sobre as estimativas posteriores; 2) Ancoragem com Extrapolação, quando a ordem dos dados altera a formulação do resultado; 3) Vieses na avaliação de eventos conjuntivos e disjuntivos, os indivíduos tendem a superestimar as possibilidades de eventos conjuntivos, e subestimar eventos disjuntivos; e 4) Ancoragem na avaliação de distribuições subjetivas de probabilidade, que denota que as pessoas tendem a confiar em seus conhecimentos, mesmo quando são insuficientes, e mesmo os melhores palpites da pessoa, são afetados por novos cálculos subjetivos que alteram suas previsões.

O ponto mais importante, sobre o problema da âncora, é que ela pode ser um possível responder à perguntas-alvo (WILSON *et al*, 1996), como em pesquisas com questionários. Em resumo, a pessoa tentará tornar suas estimativas de probabilidade compatíveis com seu conhecimento sobre o assunto, as leis de probabilidade e as próprias heurísticas e vieses, por meio de julgamentos intuitivos, não estando adstrito somente aos leigos, pesquisadores experientes também estão propensos a erros quando pensam intuitivamente (TVERSKY e KAHNEMAN, 1974).

A ancoragem também influencia o desejo de pagar por um produto, onde preços encontrados involuntariamente, *incidental prices*, podem servir como âncoras e afetar a decisão de compra de um produto futuro (NUNES e BOATWRIGHT, 2004), reforçando que as pessoas fazem estimativas partindo de um valor inicial que é ajustado para a resposta final (TVERSKY e KAHNEMAN, 1974). Assim, a análise adequada de dados econômicos passa pelo tratamento de dados que por vezes possam estar enviesados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Evento Cultural

O Evento escolhido neste Projeto é a Festa do Divino da cidade de Pirenópolis – GO. Todavia, poderia ter sido qualquer evento e manifestação cultural que possuísse as mesmas características, ser não-rival e não-excludente. Como exemplo de novos eventos: Carnaval de Diamantina (ou do Rio de Janeiro), Festa do Boi em Parintins, entre outros.

A manifestação cultural apreciada por esta pesquisa, a Festa do Divino, acontece na cidade de Pirenópolis, estado de Goiás. Município histórico, fundado em 1727, sendo importante centro urbano do estado entre os séculos XVIII e XIX, por conta da mineração de ouro, comércio e agricultura. O primeiro nome do município foi Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, e em 1890 mudou seu nome oficial para Pirenópolis, em homenagem a serra dos Pireneus, que circunda toda a cidade. A cidade é tombada pelo conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico, pois manteve conservada sua feição original e suas tradições, pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1988 (PIRENOPOLIS, 2015).

A Festa do Divino de Pirenópolis possui uma das mais significativas cavalhadas do Brasil, festa que envolve toda a população da cidade e virou símbolo e modelo por sua garbosidade e seriedade.

Trata-se de uma encenação ao ar livre que remonta a batalha entre Mouros, islâmicos, e os Cristãos. No século VI, houve um conflito conhecido como “A Batalha de Carlos Magno e os 12 pares da França”, uma batalha épica contra os sarracenos, islâmicos, pela defesa de um território, e acabou se tornando símbolo de resistência e avanços da religião cristã na luta por terras e novos fiéis. Já no século XVIII, a rainha Isabel, de Portugal, insistiu em uma representação teatral a ser encenada por cavaleiros. Foi introduzida no Brasil, a fim de catequizar índios e escravos pelos jesuítas, e os cavaleiros representam a renovação na fé no Divino Espírito Santo (PIRENOPOLIS, 2015).

Durante uma semana, a Banda de Couros, formada por um saxofonista, seguido de vários meninos com rústicos tambores de couro, executam cantigas melodiosas, percorrendo a cidade a pé, no prenúncio de que é chegada a hora do ensaio dos cavaleiros. Tanto o exército de mouros ou os dos cristãos na Festa do Divino, são constituídos por 12 cavaleiros, tendo no

mais alto posto o Rei, seguido pelo Embaixador e os dez cavaleiros restantes, que para subir de posto somente na seqüência hierárquica se houver desistência ou morte. Ainda, a cidade é tomada por Mascarados, pessoas que se vestem com máscaras, roupas coloridas, luvas e botas, são também personagens da festa, e representam o povo que não tem acesso a pompa dos cavaleiros, que representam a elite social, é uma forma irônica e debochada de fazer crítica aos poderosos do sistema (PIRENOPOLIS TUR, 2015).

3.2 Amostra ecoleta de dados

Esta pesquisa pode ser classificada quanto à natureza, como uma pesquisa aplicada, vez que visa solucionar problemas específicos; quanto ao seu objetivo pode ser classificada como descritiva vez que envolve a relações entre variáveis e aplicação de técnicas padronizadas, já utilizadas em outras pesquisas (THROSBY e WITHERS, 1986; LOOMIS, YORIZANE e LARSON, 2000; ORTIZ et al, 2001; BEDATE, HERRERO e SANZ, 2004; SALAZAR e MARQUES, 2004; LOOMIS, 2006; ANGELO e CARVALHO, 2007; BLAKEMORE e WILLIANS, 2008; GUIA, 2008; MAUGHAN e BIANCHINI, 2004; FONSECA, 2008; MAIA e ROMEIRO, 2008; PACHECO, 2011; MARQUES, 2012; IORGULESCU et al, 2011; VICENTE e FRUTOS, 2011; BARRIO, DEVESA e HERRERO, 2012; SILVA, 2000), como o uso padronizado de questionário para coleta de dados.

Acrescenta-se, também, que quanto à abordagem, a pesquisa pode ser classificada como predominantemente quantitativa, pois o instrumento de análise de dados e as variáveis expressas numericamente, buscando padrões estatísticos para atender os objetivos do trabalho. Sendo assim, também classificada como positivista. Contudo, não deixa de ter traços qualitativos, vez que a justificção da metodologia, as variáveis e entendimento dos resultados, têm uma relação dinâmica com o mundo que não pode ser traduzida apenas numericamente.

Trata-se de um trabalho empírico, que apresenta a técnica de coleta de dados na forma de questionário, que segue no apêndice deste trabalho, a ser respondido na presença do pesquisador (LAKATOS e MARCONI, 1991). Quanto ao método, pode ser classificada como um estudo de caso, uma forma de pesquisa social empírica a fim de relacionar um contexto local e real com o fenômeno a ser investigado (YIN, 1990).

O caso estudado diz respeito à mensuração da manifestação folclórica da Festa do Divino de Pirenópolis. Assim, será realizada a coleta de dados por meio de aplicação de questionários, entre turistas no período do evento no ano de 2014, durante o mês de junho.

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário com as perguntas semelhantes ao questionário que se encontra no Apêndice A, deste projeto. Este questionário foi aplicado em turistas que estiveram na cidade de Pirenópolis entre as datas da festividade, 06 a 08 de junho de 2014. Por meio deste traçaremos os perfis dos consumidores do evento e ele servirá de base para a quantificação numérica das variáveis.

Foram excluídos os questionários incompletos e de estrangeiros. Esta segunda exclusão deriva dos aspectos abordados por Fleming e Cook (2008), que responsabiliza a dificuldade do cálculo do deslocamento com outros meios de transporte e de estimação dos custos de viagem.

Foram aplicados 208 questionários, no entanto, a amostra final do trabalho foi composta por 198 questionários, em um total de 10 questionários excluídos, dois por motivos de incompletude e os demais por se tratar de turistas estrangeiros. Outras pesquisas válidas, que também utilizaram o método do Custo de Viagem utilizaram uma quantidade que encontra similaridade na quantidade de observações de outros estudos (KING, 2003; BLACKMORE e WILLIAMS, 2008; COFFMAN e BURNETT, 2009; HAKIM et al, 2011; SANTOS, 2006; MAIA e ROMEIRO, 2008; MCTERNAN, 2011; LOPES, 2014).

Os dois entrevistados que tiveram seus questionários excluídos por incompletude, se negaram a responder a pergunta sobre os rendimentos mensais. Um deles seria excluído pela segunda condição, pois era francês.

Além do francês de Paris, responderam aos questionários outros oito estrangeiros: um argentino de Buenos Aires, um cubano de Havana, dois norte-americanos de New Jersey, um inglês de Londres, um sueco residente em Londres e dois portugueses das cidades de Lisboa e Porto. Um dos possíveis motivos para esta presença de estrangeiro na amostra se deve a competição da Copa do Mundo FIFA de 2014, a qual o Brasil foi país-sede, e que ocorreu entre os dias 12 de junho a 13 de julho de 2014, sendo a Festa do Divino de Pirenópolis acontecido no final de semana que antecede a competição.

Excetuados Cuba e Suécia, os demais países estavam presentes na Copa: Argentina, Estados Unidos, Inglaterra e Portugal. Sendo possível, que a presença dos estrangeiros nesta

data em Pirenópolis – GO se devesse, em parte, pela realização da Copa do Mundo FIFA 2014, visto que o futebol, cultural e tradicionalmente, é o esporte mais popular do mundo.

Durante a aplicação do questionário, algumas pessoas se negaram a responder as perguntas ou a participar das entrevistas, em tese, por acharem que o procedimento teria alguma ligação com pesquisas eleitorais e que talvez as informações fossem ser usadas para de algum modo para este fim, cabendo ressaltar que no ano de 2014 foi um ano de eleições majoritárias no Brasil, para presidente, governadores, senadores e deputados.

Da amostra final, ou seja, dos 198 questionários válidos, os dados extraídos serão analisados conforme o modelo econométrico do Método do Custo de Viagem (MCV), pela abordagem individual, com inclusão da variável Felicidade e pela análise do Valor Contingente.

Quanto ao MCV, haverá variações nos modelos quanto à abordagem, usualmente feita. Será adicionada a variável psicológica da felicidade, ou bem-estar subjetivo, conforme outras pesquisas que se pautaram por essa escala psicométrica para apurar variáveis psicológicas e combiná-las ao modelo proposto do MCV (HAILU, BOXALL e MCFARLANE, 2005; PACHECO, 2010).

Quanto ao método de valoração contingente, a inferência dos valores se dará pela técnica da DAP do *open-ended*, buscando entender qual o valor que os entrevistados estariam dispostos a pagar pelo evento.

3.3 Questionário

A aplicação dos questionários na Festa do Divino da cidade de Pirenópolis – GO foi feita presencialmente, entre os dias 6 e 8 de junho de 2014, tendo como entrevistadores os autores deste trabalho.

O questionário foi elaborado em similaridade com outros questionários que já haviam sido apreciados em Comitês de Ética de outras universidades. Devido o decurso do calendário acadêmico e as etapas burocráticas o questionário não foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade de Brasília, sendo então o rigor de sua estruturação pautado na observação e estudo de outros questionários similares. Acontece que entre a preparação do questionário para a aplicação na Festa do Divino, com a aprovação do projeto de pesquisa pelo Programa

de Pós-Graduação, tínhamos apenas um mês, tempo insuficiente para submissão ao Comitê de Ética da Universidade, que tem um prazo médio superior ao tempo disponível há época.

O questionário foi elaborado com base em outros inquéritos elaborados por pesquisas da mesma natureza, que buscam valorar bens ambientais e culturais. Então, foi estruturado por 27 campos de informações, entre perguntas e apontamentos. Apesar do tamanho, houve a preocupação com a estética e simplicidade do questionário, a fim de que não inibisse a participação dos entrevistados, e que estes colaborassem com sua completude, tal preocupação é comum a outros trabalhos com aplicação de questionários, e segue os mesmos parâmetros de tamanho (HAIR *et al*, 2005; FONSECA, 2008; GUIA, 2008; PACHECO, 2011; LOPES, 2014; OLIVEIRA, 2014). Entre estas preocupações, o questionário foi estruturado para caber em apenas uma folha para não parecer cansativo aos respondentes, por isso alguns campos podem parecer pequenos para o que se prestam.

Como a Festa do Divino acontece pelas ruas de Pirenópolis, o questionário foi aplicado aos turistas em diversos pontos diferentes da cidade, em especial, em frente à principal igreja da cidade, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. No dia das Cavalhadas, no Estádio Multiuso – Campo das Cavalhadas - Cavalhódromo.

Na abordagem para aplicação dos questionários, era informado aos respondentes que se tratava de um questionário para pesquisa acadêmica para a Universidade de Brasília, que as respostas e informações seriam tratadas em caráter confidencial e sigiloso e que permaneceriam anônimas. Em mãos o entrevistador apresentava sua carteira de identidade acadêmica e uma civil, a fim de obter maior confiança dos respondentes.

Na fisiologia do questionário, há um pré-texto, comum a este tipo de abordagem, em que admoesta que as informações dadas são para pesquisa acadêmica, como em outros trabalhos (GUIA, 2008; FONSECA, 2008; PACHECO, 2011; OLIVEIRA, 2014), além de permitir que o respondente pudesse a qualquer tempo decidir não mais participar deste questionário sem dar explicações e que esta decisão não comportaria problemas. Esse pré-texto era lido sempre ao início de cada entrevista, além de perguntar se havia dúvidas sobre o que fora dito.

Após a análise de diversos estudos similares, foram realizadas simulações como pré-teste do questionário, a fim de analisar se seria necessário algum ajuste, e o questionário aplicado satisfaz a carga de informações necessárias à pesquisa.

O questionário é formado por questões de escala nominal, em que há escolhas nominais e escalas de *Likert*, em 4 ou 5 graus para as variáveis selecionadas, conforme outros estudos da área (HAILU, BOXALL e MCFARLANE, 2005; GUIA, 2008; FONSECA, 2008).

Um dos objetivos do questionário era instrumentalizar as informações para o processo de valoração econômica por meio do Método do Custo de Viagem, para tanto, em linha com outros estudos (POOR e SMITH, 2004; BEDATE *et al*, 2004; FONSECA, 2008; GUIA, 2008), as variáveis foram organizadas e estruturadas conforme Quadro 1.

Variável	Descrição/Justificativa
Estado de Residência ou País	Esta variável permite que se possa traçar a distância para instrumentalizar os custos de deslocamento do turista até o evento.
Viagem acompanhada	Esta variável é importante para ratear possíveis custos com transporte no deslocamento, além de amenizar custos com hospedagem e refeições.
Quantidade de noites na cidade	Esta fornece dados tanto para o cálculo do custo de oportunidade do indivíduo, quanto para calcular a média de custos diários.
Meio de Transporte de chegada	Esta variável permite que o turista destaque com quais meios de transporte chegou à cidade, podendo contar com a combinação de modais, para cálculo dos custos de deslocamento para a chegada.
Gasto diário	Esta pergunta visa compor o modelo de custo do indivíduo por estimação diária do turista, entre: hospedagem, alimentação, passeios, transporte e artesanatos.
Motivo Principal da Viagem	Esta pergunta serviu para ratear problemas ligados a viagens multi-propósitos e multi-destinos, ponderando o cálculo do custo de viagem pela quantidade de atrativos que o indivíduo indicava.

Quadro 1 - Caracterização dos custos de viagem
Fonte: Elaboração própria.

Outras variáveis não instrumentalizaram a métrica dos custos de viagem, tais como: 1) organização da viagem, esta variável foi inserida, pois em outras pesquisas foi utilizada para estimar custos com os gastos com agência de viagem (FONSECA, 2008), todavia, a característica do turista da cidade de Pirenópolis se tornou uma pergunta inócua, onde apenas dois respondentes utilizaram agência para compor a viagem, sendo 178 respondentes tendo feito seu próprio roteiro; e 2) hospedagem, apesar de fundamentar as características dos turistas e aprofundar o conhecimento dos seus comportamentos, o tipo de hospedagem não interferiu na estimativa dos custos de viagem, já que estes valores foram computados pela variável de gasto diário.

Ainda a fim de instrumentalizar o perfil socioeconômico do turista, foram realizadas perguntas para estimar as variáveis utilizadas na maior parte dos trabalhos de valoração econômica pelo método do custo de viagem (HAILU, BOXALL e MCFARLANE, 2005; GUIA, 2008; FONSECA, 2008; PACHECO, 2011; LOPES, 2014), apresentadas no Quadro 2.

Variável	Descrição/Justificativa
Gênero	Variável dicotômica em que é atribuído o valor 0 para Homem e 1 para Mulher. Apesar, de não existir uma explicação óbvia, trabalhos apontam para uma tendência de valoração cultural maior por parte das mulheres, e características como responsabilidade e sensibilidade cultural (FONSECA, 2008; LOPES, 2014; HAILU, BOXALL e MCFARLANE, 2005; OLIVEIRA, 2014).
Faixa Etária	Esta variável é indicada na maior parte dos estudos com um comportamento não linear, onde, apesar de indivíduo com o passar do tempo ter mais tempo e se inclinar ao gosto pelo conhecimento de culturas, adquire limitações físicas que não lhe permitem ter acesso a determinados tipo de cultura (GUIA, 2008; ENGLIN e CAMERON, 1996; MARQUES, 2012)
Escolaridade	Em regra, o gosto pela cultura cresce em correlação positiva com a elevação da formação acadêmica do indivíduo.
Rendimento	Quanto maior o rendimento, maior será a predisposição a pagar, por atividades culturais (FONSECA, 2008). Diverso de outros estudos a pergunta no questionário buscava entender a renda mensal familiar, e ponderar pela quantidade de pessoas, buscando o valor da renda mensal individual do entrevistado.

Quadro 2 - Variáveis socioeconômicas
Fonte: Elaboração própria.

Outras características socioeconômicas foram inquiridas, no entanto, não participaram do processo de valoração pelo método dos custos de viagem, a saber: 1) Estado Civil, onde o cenário familiar pode tender a criar menos propensão com gastos culturais; e 2) Local de Trabalho, entender a ocupação profissional do indivíduo, mas apenas para aspectos marginais, não participando de modelos econométricos.

Ainda foram investigados traços de Hábitos Culturais, não utilizados nos modelos econométricos, mas que dão suporte a análise qualitativa dos resultados, tais como: 1) Frequência de visitas à cidade de Pirenópolis; 2) Hábitos em visitar cidades históricas; 3) Indicação de atividades desenvolvidas na região que são demandadas pelo turista; 4) Se pretende retornar à Pirenópolis; e cinco campos para manifestação de opiniões em escala *Likert* de 1 a 4, onde é perguntado: 5) Nível de entendimento da Festa do Divino; 6) Grau de

satisfação por estar na Festa do Divino; e avaliação da 7) infra-estrutura da cidade; 8) atrativos da cidade; 9) serviços turísticos.

A pergunta da frequência de vezes na Festa do Divino será usada para quantificar a variável dependente do modelo econométrico do método dos custos de viagem. Em outros estudos (BARRIO, DEVESA e HERRERO, 2012; BLAKEMORE e WILLIAMS, 2008; CHOI *et al*, 2010; LOPES, 2014; ORTIZ, MOTTA e FERRAZ, 2000), essa variável aparece como sendo a taxa de visitação a determinado local.

Para medir a disposição a pagar a pergunta foi instrumentalizada da seguinte forma “*Qual a sua disposição a pagar pela Festa do Divino?*”. A técnica do *open-ended* foi utilizada para medir os lances ofertados (*bids*), de maneira aberta.

Pelo efeito da heurística da ancoragem, o comportamento médio das pessoas é ser avesso em especial à pergunta da DAP, e manifestar comentários e críticas que foram observados no campo de “Apontamento”. Esse campo permite ilações em aberto e atende a liberdade e participação dos entrevistados, que ficam engessados sobre as limitações e espaços do questionário, além de capturar determinados aspectos.

E por derradeiro, para a variável felicidade foi feita pergunta “*Em uma escala de 1 a 4, como avalia a sua felicidade por estar aqui?*”, em que a resposta deveria obedecer a essa escala *Likert*. Por um comportamento racional, à felicidade dos visitantes aumenta ou diminui conforme a utilidade marginal do bem usufruído, assim espera-se que esta variável, promova efeitos positivos na valoração de *heritageassets*.

3.4 Método dos Custos de Viagem

O modelo básico proposto do MCV segue a abordagem individual e se pauta por um cálculo de demanda de bens e serviços. O modelo proposto busca relacionar a taxa de visitação, quantidade de vezes na Festa do Divino (V_i), com variáveis socioeconômicas, tais como: Custo de Viagem (CV_i), Gênero (GEN_i), Faixa Etária (FET_i), Escolaridade (ESC_i), Renda Média Mensal (REN_i), e também com a variável de bem-estar, ou felicidade (FEL_i), e a estrutura do modelo pode ser adequadamente representada pela Equação 4.

$$V_i = \beta_0 + \beta_1 CV_i + \beta_2 GEN_i + \beta_3 FET_i + \beta_4 ESC_i + \beta_5 REN_i + \beta_6 FEL_i + \varepsilon \quad (4)$$

A abordagem do MCV pela abordagem individual, tem como pressuposto a relação negativa entre as variáveis CV_i e V_i , pois somente a partir desta relação é possível estimar a curva de demanda (LOPES, 2014).

O modelo econométrico está pautado por cálculos pela regressão de *Poisson*, pois assume-se que os valores da variável dependente (V_i) são sempre inteiros e positivos, e nestas circunstâncias parece ser o mais adequado para a função, conforme outros estudos sobre a mesma situação (ENGLIN e CAMERON, 1996; LOOMIS, YORIZANE e LARSON, 2000; WOOLRIDGE, 2006; LOPES, 2014).

Considerando a variável dependente a quantidade de vezes na Festa do Divino, o modelo proposto pelo método dos custos de viagem, tem como requisitos que o indivíduo entrevistado esteja fora de sua residência e consiste na tese que o dispêndio de tempo e dos custos de viagem representam uma espécie de ingresso ao bem cultural. Assim, com base neste entendimento e na descrição das variáveis no tópico anterior, tem-se no Quadro 3, o resumo dos valores esperados pelas variáveis independentes pela regressão de *Poisson*.

VARIÁVEIS		SINAL ESPERADO
CUSTO DE VIAGEM	CV	NEGATIVO
ESCOLARIDADE	ESC	POSITIVO
FAIXA ETÁRIA	FET	POSITIVO/NEGATIVO
FELICIDADE	FEL	POSITIVO
GÊNERO	GEN	POSITIVO
RENDA MÉDIA MENSAL	REN	POSITIVO

Quadro 3 - Sinal esperado das variáveis independentes
Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 3 demonstra sinteticamente as hipóteses com relação aos resultados obtidos pela regressão de *Poisson*.

Após a regressão, a fim de identificar problemas com a regressão foi aplicado o teste de Jarque-Bera a fim de identificar a normalidade dos resíduos da regressão, como também a estatística do Qui-quadrado a fim de identificar se o modelo proposto é válido para as proposições que se dedica, e a fim de detectar problemas de multicolinearidade foi feito o teste de fatores de inflacionamento de variância (FIV).

Transposta a verificação do modelo econométrico, os coeficientes das variáveis serão usados para calcular o excedente do consumidor, e assim valorar o evento sob a ótica da abordagem individual, com base no cálculo do excedente do consumidor para cada indivíduo, levando em consideração a população do local de origem dos indivíduos da amostra, chega-se a estimativa de benefícios líquidos, ou o valor agregado de consumo pelo bem cultural que se pretende valorar (MAIA e ROMEIRO, 2008; MARQUES, 2012), ou seja, o valor do bem.

3.4.1 Cálculo dos Custos de Viagem

O cálculo de viagem individual (CV_i) leva em consideração os custos incorridos pelo turista para a visitação do bem, neste caso para visitação da Festa do Divino. Para tanto, foram considerados como principais custos que habitualmente se tem uma viagem, tais como: gasto com deslocamento (DES), o custo de oportunidade (CO_i), e de estadia (EST), pode, ponderados pela quantidade de atrativos que o turista deseja visitar (QATR).

O gasto com deslocamento (DES), demonstrado na equação 5, foi obtido pela multiplicação da distância percorrida (DIST) pelo custo por quilometro (CKM), de acordo com o meio de transporte utilizado; ônibus, carro ou van.

Nos casos em que os turistas foram com outras pessoas de carro, foram rateados os custos relacionados ao deslocamento, dividindo o valor gasto para o deslocamento pelo número informado de pessoas que ocupavam o veículo (OV), a fim de evitar superestimação dos valores. A dimensão e a composição do grupo podem influenciar as despesas efetuadas na viagem, só há a efetiva partilha quando há divisão das despesas com transporte, no caso das excursões devem ser tratadas como visitas independentes (FONSECA, 2008).

Nos casos em que há combinação de transportes, fora acrescido o valor do transporte aéreo, calculado pela multiplicação entre a distância aérea (DISTa) e o indicador *yield* da Agência Nacional de Aviação Civil (CKMa).

$$DES_i = \frac{DIST \times CKM}{OV} + DISTa \times CKMa \quad (5)$$

Para o cálculo do deslocamento foram utilizadas informações de fontes oficiais do governo, como Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, Agência Nacional de Transporte Terrestres – ANTT e Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

A informação do valor pago por passageiro de ônibus divulgado na Resolução da ANTT, em seu site, considerando ônibus normais, sem serviços diferenciados, executivo.

Para os passageiros de avião foi usado o indicador denominado *yield* disponível no Anuário Aéreo da ANAC (2013).

Quanto ao valor do transporte via carro foi atribuído o cálculo conforme, custos obtidos na ANTT e métrica de cálculo já validada por outras pesquisas, em que conta os gastos com combustível, óleo e desgastes do pneu (MARQUES, 2012; ABREU, SILVA e JUNIOR, 2008; MALTA, COSTA e COSTA, 2012).

Tabela 1 - Custo de deslocamento por quilômetro para período de junho/2014

Tipo de Transporte	R\$/KM
Carro	0,34800
Ônibus e van	0,193877
Avião	0,39175

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pela ANAC e ANTT, considerado o período de 06 a 08 de junho de 2014.

A distância percorrida foi apurada pelo sítio eletrônico do DENATRAN, que informa a menor quilometragem pelas rodovias brasileiras entre duas cidades.

Quanto ao custo de oportunidade (CO_i), que indica o valor das alternativas que os visitantes declinam quando estão usufruindo o bem em questão (FONSECA, 2008). Este valor não valora diretamente o bem cultural em questão, mas sim a escolha do uso alternativo do indivíduo. A valoração do tempo não é trivial, sendo assim o custo de oportunidade é uma boa medida para valoração do custo de oportunidade do lazer (MOTTA, 1997). Assim, fora estimado o rendimento diário individual (REN_{di}) e para concluir o valor do CO_i , fora multiplicado pela quantidade de dias na cidade (Di).

No entanto, alguns estudos ponderaram essa noção como exata do custo de oportunidade do tempo como sendo um terço da REN_{di} (MALTA *et al*, 2012; LOPES, 2014). Assim, a métrica de cálculo do Custo de Oportunidade do tempo é representada pela equação 6. Essa ponderação encontra supedâneo, pois uma das premissas do método é que os custos incorridos na viagem são exclusivamente destinados a viagem (BEDATE, HERRERO e SANZ, 2003).

$$CO_i = \frac{\left(\frac{REN_{di}}{30}\right) x D_i}{3} \quad (6)$$

O gasto com estadia (EST), indicado pela equação 7, foi estimado multiplicando os gastos diários na cidade (GDIA), que foram medidos por pergunta direta de gasto diário do turista, pelo número de dias na cidade (D_i), variável encontrada perguntando a quantidade de noites que o turista ficaria na cidade.

$$EST_i = GDIA_i x D_i \quad (7)$$

Insta ressaltar que, na prática, os turistas que visitam a cidade de Pirenópolis, por vezes tem outras motivações, além da Festa do Divino, para estarem ali. No questionário organizado, além de propor a pergunta de forma direta, como motivo da viagem, ainda foram coletados dados de atividades marginais. Assim, tratar a viagem de todos os indivíduos considerando apenas a Festa do Divino, poderia enviesar o modelo. Esta restrição refere-se à possibilidade do turista em ter mais de um propósito na viagem. Logo, apresenta-se problemas com viagens que possuem mais de uma atração.

A maioria dos turistas, apesar de terem outras atividades como entre as principais: conhecer cachoeiras e participar de um evento esportivo, que acontecia na cidade na mesma data, estava na cidade também pela Festa do Divino. Assim, quando foi indicado que havia outro atrativo para a viagem houve o rateio dos custos de viagem entre os atrativos. Assim, a variável da quantidade de atrativos (QATR) foi ajustada sempre que o principal foco do turista não fosse a Festa do Divino.

Esta ponderação e ajuste, usando a variável quantidade de atrativos ($QATR_i$) para dividir os demais custos incorridos na viagem, se apresenta como alternativa já utilizada em pesquisas anteriores (GUM e MARTIN, 1975; LOOMIS, YORIZANE e LARSON, 2000), e foi utilizada conforme se observa na Equação 8, que demonstra o cálculo do Custo de Viagem.

$$CV_i = \frac{DES_i + CO_i + EST_i}{QATR_i} \quad (8)$$

3.4.2 Variáveis Socioeconômicas

A caracterização socioeconômica do visitante é feita por características pessoais e dados essenciais dos consumidores de bens culturais (FONSECA, 2008). As variáveis socioeconômicas escolhidas para compor o modelo foram: gênero (GEN), faixa etária (FET), escolaridade (ESC) e renda média mensal (REN), também utilizadas em outros estudos similares (GUIA, 2008; FONSECA, 2008; BEDATE, HERRERO e SANZ, 2004; BLAKEMORE e WILLIAMS, 2008; LOPES, 2014).

A variável gênero é binária a qual representa o sexo dos participantes 1 para mulheres e zero para homem. Apesar de não parecer ter uma razão clara para esperar uma discrepância entre resultados pelo gênero, pesquisas sugerem que há maior participação do sexo feminino na avaliação de bens culturais (FONSECA, 2008; GUIA, 2008; STEIGLEDER, 2010), esta diferença em parte é explicada pelo processo educativo os meninos mais canalizados para atividades físicas e as meninas para atividades artísticas (GRAY, 2003 *apud* FONSECA, 2008).

Com a variável faixa etária o que o modelo espera entender é a tendência de que com o tempo as pessoas têm uma situação não tão ativa no mercado de trabalho e o gosto pelo conhecimento de culturas e tradições acaba aflorando, o que lhes permite despende mais tempo em atividades de contemplação cultural e artística. Por outro lado, pode também impor limitações físicas, como a dificuldade de deslocamento. Os dados foram plotados por cinco escalões etários, conforme outras pesquisas já elaboradas nesse sentido, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Faixa Etária

Faixa da resposta	Valor Considerado
15 a 20 anos	1
21 a 30 anos	2
31 a 45 anos	3
45 a 65 anos	4
Acima de 65 anos	5

Fonte: Elaboração própria.

Para a variável escolaridade é esperado um sinal positivo, pois quanto maior a educação formal, tanto maior deveria ser a inclinação por manifestações culturais. Assim, foi atribuída uma escala de 1 a 5, conforme o Tabela 3.

Tabela 3 - Escolaridade

Faixa da resposta	Valor Considerado
Fundamental (1° ao 9°ano)	1
Médio (2° grau)	2
Superior Incompleto	3
Superior (3° grau)	4
Pós-graduação	5

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, a última variável socioeconômica é a renda, que tem a tendência de ter sinal positivo com relação à taxa de visitação e pela predisposição a pagar por este tipo de manifestações, e de gostos pelas artes (FONSECA, 2010). A pergunta foi formulada de forma aberta e questionava a renda familiar, e quantas pessoas compunham esse núcleo familiar, e logo a renda foi ponderada. Após a ponderação da renda, para usa-la no modelo econométrico foram estruturadas faixas e um valor fixo de renda para cada faixa, conforme Tabela 4, os valores médios da renda, seguem as faixas sociais classificadas pelo IBGE (2014).

Tabela 4 - Renda

Renda Ponderada	Valor Considerado
Até R\$ 1.449,99	R\$ 725,00
De R\$ 1.450,00 a R\$ 2.899,99	R\$ 2.175,00
De R\$ 2.900,00 a R\$ 7.249,99	R\$ 5.075,00
De R\$ 7.250,00 a R\$ 14.499,99	R\$ 10.875,00
R\$ 14.500 ou mais	R\$ 14.500,00

Fonte: Elaboração própria.

3.4.3 Variável Bem-Estar

Diversos estudos correlacionam a felicidade às mais diversas variáveis possíveis como relação com o nível da qualidade do ar e renda (LEVINSON, 2012), e a relação com a poluição se mostra estatisticamente significativa no bem-estar subjetivo, felicidade (WELSCH, 2006), além de outros que se reportam ao consumo, renda e outras variáveis (CORBI e MENEZES-FILHO, 2006; TORRES, 2012; FERRAS, TAVARES e ZILBERMAN, 2007; BARBOSA NETO e GAMBI, 2013).

O termo bem-estar para a economia, se refere à identificação e alocação de recursos de forma socialmente eficientes e há uma tendência à procura da melhor escolha (BELLIA, 1996). Assim, esta variável se associa a dependência do valor do excedente do consumidor com o nível do bem-estar e os serviços propostos pelos serviços culturais e ambientais, é o consumo destes bens pelo indivíduo, que lhe prove satisfação (MOTTA, 1997).

Interessante destacar, que no contexto da pesquisa o uso da maior parte dos *heritage assets* se dá de forma gratuita. No entanto para alguns indivíduos o seu uso pode valer muito e lhe proporcionar uma sensação maior do que pra outrem (HAZELHENDERSON, 1996). Dessa forma, não é desafiador pensar que exista uma correlação entre o uso dos bens culturais e o bem-estar subjetivo do indivíduo, e, claro, este de certa forma deve influenciar na valoração econômica dos ativos culturais.

A variável felicidade foi medida por meio de pergunta aberta, onde o entrevistado classificava seu nível de felicidade em uma escala de 1 a 4, o que denota o mesmo formato de medição de outras pesquisas (HAILU, BOXALL e MCFARLANE, 2005). Espera-se que o sinal de relação entre a o número de *Vie* a variável felicidade tenha uma relação positiva, ou seja, que a felicidade valore positivamente os bens culturais. Então, há expectativa hipotética que se tem sobre a análise do bem-estar é que quanto maiores os níveis de bem-estar declarados, maior serão os valores e a influência na valoração que o indivíduo do bem cultural em análise.

3.4.4 Cálculo do Excedente do Consumidor

O método do custo de viagem é um método que estima a demanda de atividades recreacionais, associadas ao uso de um bem, e os valores econômicos (preços-sombras), e permite captar a disposição a pagar (ou aceitar) dos agentes econômicos em relação àquele recurso (MOTTA, 1997). Assim, a variação entre o montante que os indivíduos pagam e o

montante ao qual estão dispostos a pagar, é chamada de excedente do consumidor (FONSECA, 2008; VARIAN, 1993).

Realizadas as regressões, deve-se proceder ao cálculo do excedente do consumidor, uma estimativa do valor agregado, da área abaixo da curva de demanda e acima da linha de preço, ou do benefício líquido direto dos serviços do bem cultural aos consumidores, turistas (MAIA e ROMEIRO, 2008), conforme figura 1.

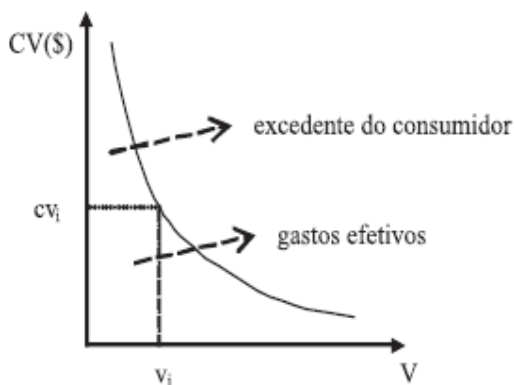


Figura 1 - Excedente do Consumidor
Fonte: Maia e Romeiro (2008)

Transposta a validação estatística do modelo estimado, passamos aos efeitos marginais, e como estamos diante de uma função procura, podemos determinar o excedente do consumidor, na hipótese de *ceterisparibus* (GUIA, 2008). Pode ser calculada pela expressão dada pela equação 9, utilizada em outras pesquisas (MOTTA, 1998; GUIA, 2008; MAIA e ROMEIRO, 2008).

$$EC_i = \int_{CV_i}^{CV_{max}} e^{\beta_0 + \beta_1 CV_i + \beta_2 GEN_i + \beta_3 FET_i + \beta_4 ESC_i + \beta_5 REN_i + \beta_6 FEL_i} dCV \quad (9)$$

Calculada a média do excedente do consumidor, pode-se estimar o valor agregado de consumo dos bens culturais de cada indivíduo para a Festa do Divino de Pirinópolis – GO, a qual é objeto de valoração, de acordo com o modelo econométrico descrito pela equação 10, utilizado nas mesmas pesquisas suscitadas anteriormente (GUIA, 2008; MAIA e ROMEIRO, 2008; LOPES, 2014).

$$EC_i = - \frac{\beta_0 + \beta_1 CV_i + \beta_2 GEN_i + \beta_3 FET_i + \beta_4 ESC_i + \beta_5 REN_i + \beta_6 FEL_i}{\beta_1} \quad (10)$$

3.5 Valoração Contingente

Este estudo, também, buscou avaliar a disponibilidade dos entrevistados em desembolsar como uma espécie de pagamento um valor para participar da Festa do Divino, por ser uma manifestação cultural que ocorre ao mesmo tempo em toda cidade, a questão foi feita de maneira aberta, e a articulação da explicação, conduzia o entrevistado a entender que o valor a ser pago pelo serviço, deveria funcionar como um ingresso, para poder usufruir da Festa do Divino. Assim, o Método de Valoração Contingente por um cenário hipotético elucida preferências de pagamentos das pessoas, e tem como facilitador sua construção a partir de pergunta simples (SALAZAR e MARQUES, 2004).

Em meio ao questionário, há a pergunta “Qual é a sua disposição a pagar pela Festa do Divino?”. Esta forma de pergunta produz uma variável contínua de lances (*bids*) e o valor esperado pela disposição a pagar pode ser estimado pela média aritmética (MOTTA, 1997). Diverso do MCV, a técnica DAP é mais direta e pode ser aplicada a viagens com um único propósito ou com vários propósitos distintos (LOOMIS, 2006).

Um dos fatores preocupantes com a DAP, no formato *open-ended*, é a formação de *outliers* devido a lances muito altos, que podem aumentar muito os intervalos da amostra (BELLUZZO, 1999). Normalmente estas pesquisas no formato *open-ended* incluem uma significativa proporção de respostas que são consideradas muito altas, respostas não compatíveis com a interpretação dos dados, causando problemas na análise, esse problema é evitado pelo método Referendo (STAMPE, TOCCHETTO e FLORISSI, 2008). Todavia, é impossível aplicar o método do Referendo, pois na valoração do evento não é possível aplicar um segundo questionário, face ao tempo.

Dessa forma, a fim de evitar problemas na análise da amostra, esta será testada analisando a simetria da curva de distribuição de frequência e será medido o coeficiente de variação da amostra, com intuito de entender o grau de dispersão dos dados.

Habitualmente, os *outliers* severos nesse tipo de técnica são os com os valores muito alto e podem ser corrigidos pelas técnicas: 1) do *stem-and-leaf* ou; 2) do *box plot* ou caixa de bigodes (CUNHA, MACHADO e FILHO, 2002).

Será utilizada a ferramenta do *boxplot* ou caixa de bigodes. Essa técnica se assenta na mediana e nos quartis, e todos os resultados acima dos limites superiores e inferiores determinados pelas diferenças entre os quartis, multiplicados pela amplitude, que podem variar entre 1,5 e 3 amplitudes, e os *outliers* são considerados severos quando se situam a mais de 3 amplitudes interquartis (MACHADO, 2011). O modelo gráfico pode ser representado conforme a Figura 2.

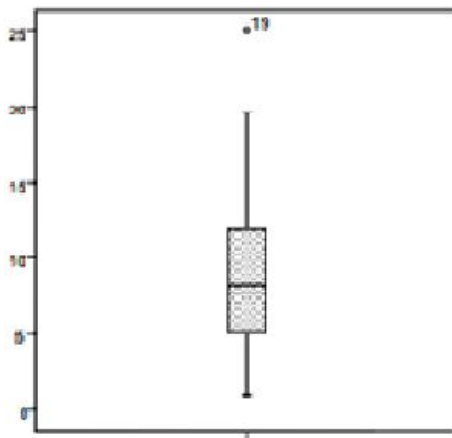


Figura 2 - *Box Plot* ou Caixa de Bigodes
Fonte: Machado (2011)

Caso seja necessário usar a técnica do *boxplot* na amostra selecionada, será utilizado a amplitude de 1,5 e depois será retomado o teste do coeficiente de variação dos dados, a fim de se trabalhar com uma amostra segura.

Além destas duas premissas, será analisada a variância da amostra, pois a variância alta na DAP está associada a erros aleatórios, sendo assim, quanto menor a variância, maior será a confiabilidade da amostra (MOTTA, 1997).

Ainda, a fim de evitar problemas, como suscitado no referencial teórico desta pesquisa, também há a necessidade de afastar vieses de predição numérica. Assim, como o evento é gratuito, o valor inicial disponível aos turistas é a gratuidade dos serviços. Logo, entre os respondentes que optaram pelo valor zero, o fizeram por três motivos: 1) reconhecer que o valor é zero; 2) por conta da heurística e aversão à mudanças; ou 3) não terem captado de forma adequada a pergunta.

Assim também serão excluídos da proposta os respondentes que responderam a DAP iguais a zero. E ainda em linha com estudos que excluem DAP iguais a zero.

3.5.1 Estimativa da Função de Disposição a Pagar

Assim, por derradeiro, em terceira etapa, será estimada a regressão a fim de avaliar o grau de influência e participação das variáveis independentes na formação do valor econômico da DAP para a Festa do Divino.

As pesquisas que envolvem análise da DAP, por modelos de regressão utilizam os modelos econométricos *logit* (PACHECO, 2011; OLIVEIRA, 2014; SNOWBALL, 2005), para equações onde a variável dependente assuma valores binários.

Fora adotado para a variável dependente DAP, o valor 1, sempre que o valor dado pelo respondente fosse igual ou superior a média encontrada, e o valor 0, para os valores inferiores a média.

Quando a variável dependente assume valores binários, poderia ser utilizado o modelo de probabilidade linear (MPL). Contudo, pela não normalidade dos erros, presença de heterocedasticidade, possibilidade de a variável dependente assumir valores fora da faixa de intervalo entre 0 – 1 e valores de R² baixos, por isso foi escolhido o modelo *logit* (GUJARATI e PORTER, 2011), representado pela equação 11.

$$L_i DAP = \beta_0 + \beta_1 GEN_i + \beta_2 FET_i + \beta_3 ESC_i + \beta_4 REN_i + \beta_6 FEL_i + \varepsilon \quad (11)$$

Após a regressão, para atestar a validade do modelo, a interpretação das variáveis com base em seu nível de significância, e análise do R² de McFadden, além dos testes de fatores de inflacionamento da variância (FIV).

Como hipótese relacionadas aos impactos das variáveis dependentes esboçou-se o Quadro 5, com o resumo dos sinais esperados após a regressão.

VARIÁVEIS INDEPENDENTES		SINAL ESPERADO
GÊNERO	GEN	POSITIVO
FAIXA ETÁRIA	FET	POSITIVO
ESCOLARIDADE	ESC	POSITIVO
RENDA MÉDIA MENSAL	REN	POSITIVO
FELICIDADE	FEL	POSITIVO

Quadro 4 - Sinal Esperado para as variáveis independentes no Método DAP
Fonte: Machado (2011)

Entre as hipóteses esperadas para o sinal da DAP, a única alteração em relação ao MCV, se dá na variável independente faixa etária (*FET*), pois em outros estudos a hipótese formulada é de que pessoas mais velhas tem uma inclinação maior ao novo pagamento, até por atrelar conceitos como conforto (OLIVEIRA, 2014).

3.5.2 Estimativa do Valor da Festa do Divino pela DAP

Motta (1997) elucida que a disposição a pagar total (*DAPT*), pode ser estimada pela disposição a pagar média (*DAPM_i*) multiplicada por uma estimativa da proporção populacional dispostos a pagar, uma quantia *i* correspondente *DAPM_i*, conforme equação 12.

$$DAPT = \sum_{i=1}^y DAPM_i \left(\frac{n_i}{N} \right) X \quad (12)$$

Onde: *n_i* é o número de entrevistados dispostos a pagar *DAPM_i*; *N* é o número total de pessoas entrevistadas e *X* a população. De acordo com o Plano Municipal de Turismo – Pirenópolis – Goiás (2012), a população da cidade é de aproximadamente 23.141 habitantes e a quantidade de turistas na época da festa é estimada em aproximadamente 10 mil turistas, estes quantitativos servirão de base para o cálculo da *DAPT*.

4ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1Análise Descritiva

A fim de se obter uma visão panorâmica e abrangente do estudo, antes de se misturar aos resultados do quantitativo estatístico, se faz necessário estruturar os dados e entender a natureza destes que deram ensejo aos resultados. Assim, dos 208 questionários aplicados, restaram 198 que serão aproveitados, e a seguir, as descrições das variáveis.

A distribuição de gênero dos entrevistados da amostra do trabalho está assinalada no Gráfico 1, que foi de 47% para o gênero feminino e 53% para o gênero masculino. Esses números vão de encontro a outras pesquisas que valoram bens culturais onde se tem uma maior parte dos participantes sendo do sexo feminino, pois, em geral, participam de mais atividades culturais que os homens (Gray, 2003; FONSECA, 2008; MARQUES, 2012).

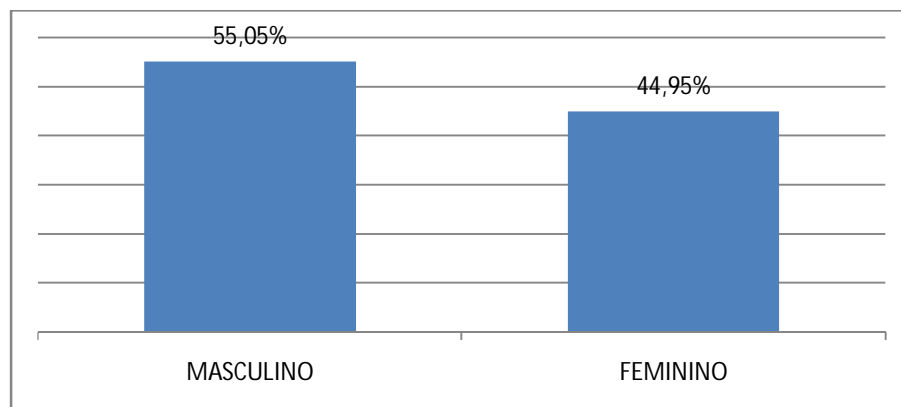


Gráfico 1 – Gênero
Fonte: Elaboração própria.

Quanto à origem dos turistas, conforme o Gráfico 2, observamos que o Distrito Federal com 36% e Goiás com 35%, são as duas unidades federativas com o maior percentual de visitas, responsáveis por 71% da amostra, fato também explicado devido à proximidade geográfica das duas unidades federativas. Outros estados também se destacaram em número de turistas como Rio de Janeiro com 7%, e São Paulo e Minas Gerais ambos com 6% cada. Estes cinco estados são responsáveis por 90% da amostra.

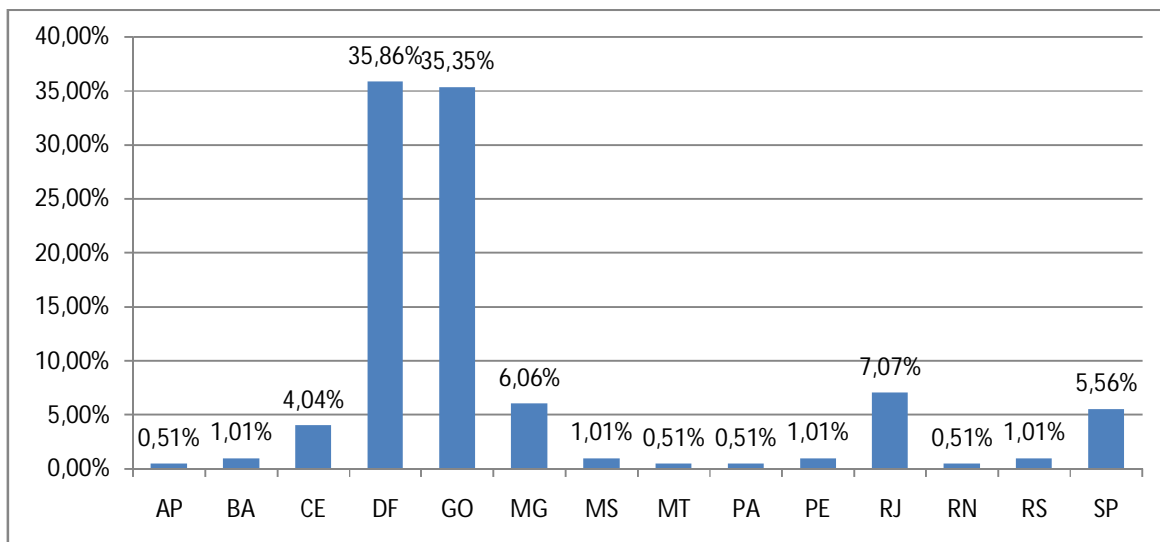


Gráfico 2 - Origem dos turistas
Fonte: Elaboração Própria.

Quanto à variável escolaridade se espera que haja uma relação entre um maior nível de escolaridade e atração por manifestações culturais, conforme pesquisas da área (FONSECA, 2008; GUIA, 2008; MARQUES, 2012). A maioria esmagadora dos entrevistados declarou possuir ao menos Ensino Superior, perfazendo um total de 54% dos entrevistados. Seguido por 23% dos que possuíam Pós-Graduação. Outros 8% declararam possuir ensino superior incompleto, e apenas 14% ensino médio e em última posição ensino fundamental, com a representatividade de apenas 1% dos entrevistados.

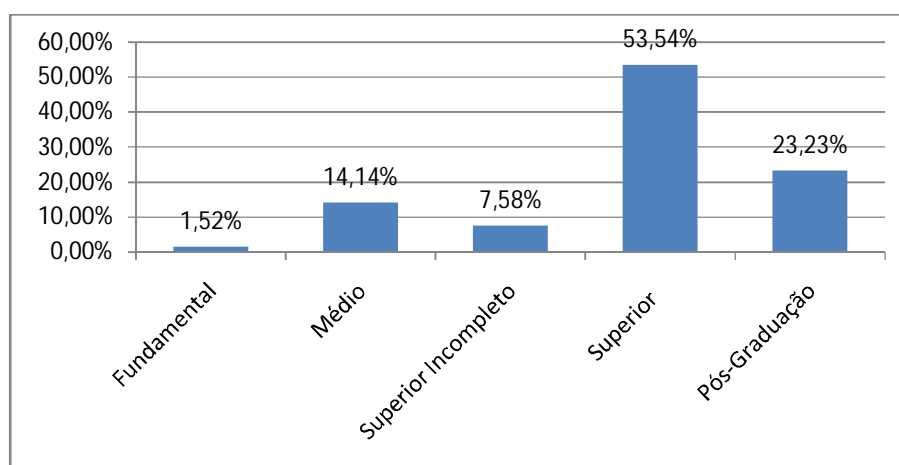


Gráfico 3 - Escolaridade
Fonte: Elaboração Própria.

Este resultado para a variável escolaridade encontra amparo no já formulado anteriormente. No entanto, chama atenção, o número de representantes que possuem ao

menos o ensino superior, perfazendo um total de 77% dos entrevistados, somados aos que tem o Ensino superior incompleto representam 85% da amostra.

Quanto à faixa etária, apesar de haver maior concentração na faixa entre 31 a 45 anos representados por 39% da amostra, conforme Gráfico 4, esta é seguida pela faixa de 45 a 65 anos (30%) e pela faixa de 21 a 30 anos (28%), o que demonstra uma distribuição quase equitativa da amostra. Apenas 2% dos entrevistados declararam ter mais de 65 anos, e 1% menos de 20 anos.

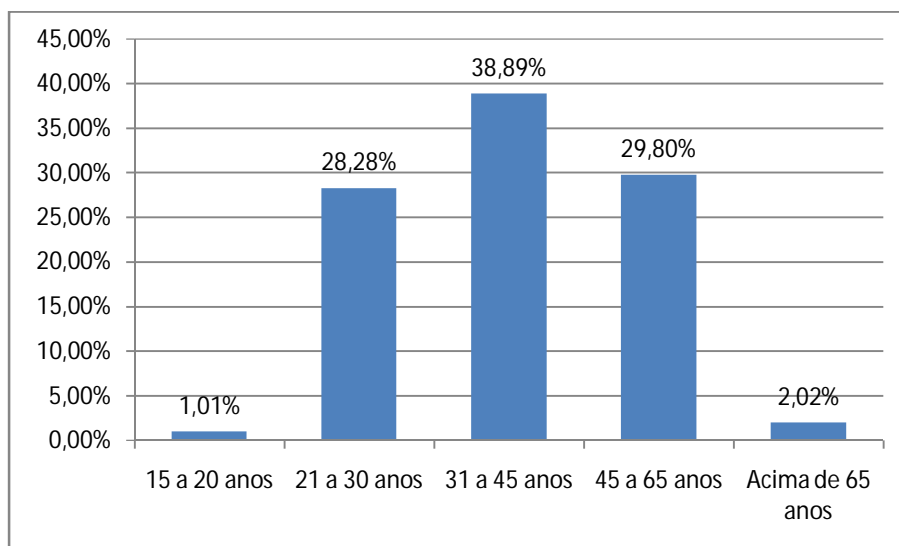


Gráfico 4 - Faixa Etária
Fonte: Elaboração Própria.

Era esperado, como em outras pesquisas que este tipo de pesquisa contasse com um maior número de turistas com idades já mais avançadas, o que convergiria com a máxima que consoante à idade aumentasse, haveria maior disposição de tempo e gosto pelos bens culturais (FONSECA, 2008; MARQUES, 2012). Contudo, não parece ser o resultado que faça conversão com essas pesquisas, visto que acima de 45 anos, são representados por 32% da amostra. Uma possível explicação é que a cidade de Pirenópolis possui atrações marginais, como seu deslocamento prescinde caminhadas em sol a pino, a cidade estava muito cheia e com muito trânsito, podendo estas variáveis terem desestimulado o turismo de pessoas com idades mais avançadas, entre outras características como uma falta de conforto do evento.

Mesmo assim, há uma distribuição sem uma concentração acentuada entre as faixas etárias.

Para os meios de transporte para se chegar à cidade de Pirenópolis o questionário foi elaborado a fim de permitir que o turista pudesse, se fosse necessário, combinar e indicar os meios de transporte para chegar à cidade. Assim, consideramos Carro, Ônibus, Van e Avião, além da combinação entre os modais. Os resultados estão no Gráfico 5.

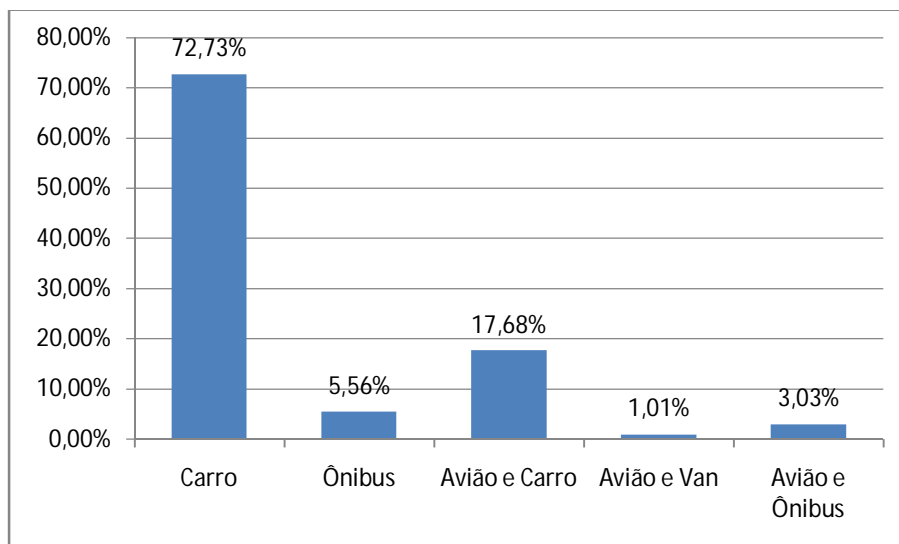


Gráfico 5 - Meio de Transporte de chegada
Fonte: Elaboração Própria.

O meio de transporte mais comum para chegar à cidade de Pirenópolis, foi o carro (73%), e se considerado a combinação entre Avião e Carro (18%), temos 91% dos entrevistados tendo carro como meio de transporte para chegar à cidade. Em seguida temos o modal Ônibus (5%) e se considerado a combinação entre Avião e Ônibus (3%), o que perfaz uma pequena parcela do total de entrevistados de 8% que usaram ônibus em alguma parte do percurso.

Considerando que não há voos comerciais para a cidade de Pirenópolis, o meio de transporte por Avião só pode ser evidenciado por combinação. Somadas todas as combinações possíveis, entre carro, van e ônibus, 22% dos entrevistados se deslocaram para a cidade, usando avião, em sua totalidade os voos tinham como destino Brasília ou Goiânia.

Se considerarmos que 71% dos entrevistados eram oriundos do Distrito Federal ou de Goiás e em sua totalidade não usavam o modal avião, apenas 29% da amostra tinha a possibilidade de usar a combinação com o modal avião, deste percentual, apenas 7% não usaram Avião para deslocamento até Pirenópolis, considerando o dado supramencionado de 22% dos entrevistados terem combinado em seu deslocamento o modal avião.

Quanto à ocupação profissional dos turistas entrevistados, há também um comportamento equitativo de distribuição, mas vale destacar que 31% declararam trabalhar em empresas privadas e 30% como servidores públicos, sendo as duas ocupações mais frequentes. Ainda há um número expressivo de profissionais liberais com (17%), de empresários (9%) e estudantes (6%). Na outra ponta há desempregados com apenas 0,5%.

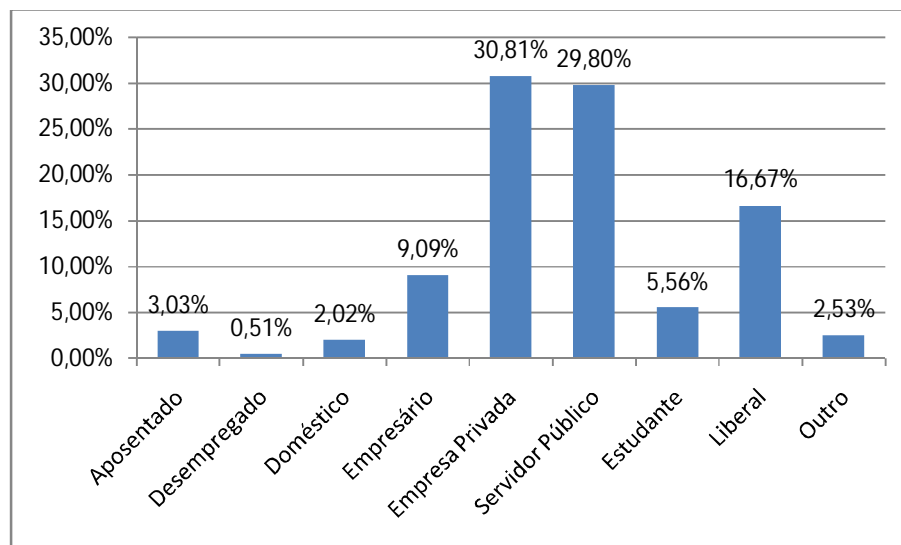


Gráfico 6 - Ocupação Profissional
Fonte: Elaboração Própria.

Quanto à variável renda, a média da amostra foi de R\$ 6.832,73, em valores monetários para o ano de 2014, e pode-se observar que 88% dos turistas tem uma percepção média mensal de ao menos R\$ 2.900,00, conforme Gráfico 7.

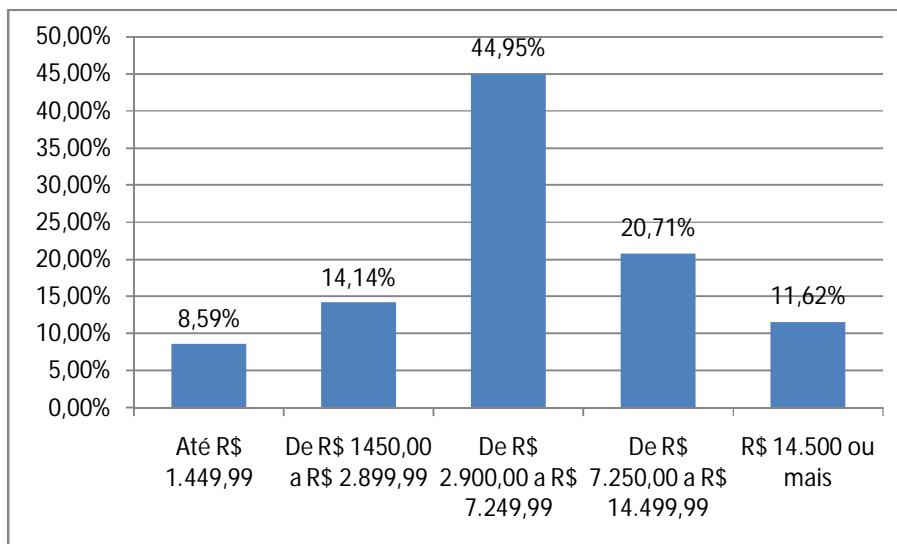


Gráfico 7 - Renda
Fonte: Elaboração Própria.

Este resultado está em linha com a tendência retratada em outros estudos que quanto maior a percepção de renda, maior a disponibilidade para valoração de bens culturais e ambientais. A fim de entender a percepção de renda como elevada, basta observar que 33% dos entrevistados têm percepção de renda mensal superior a R\$ 7.250,00.

Quanto à hospedagem, 53% dos entrevistados se hospedaram em pousadas, conforme Gráfico 8. Mas cumpre destacar que boa parte dos turistas (28%) ficou em casas de amigos ou familiares, o restante se dividiu entre Hotel (10%) e outro modo de hospedagem (9%).

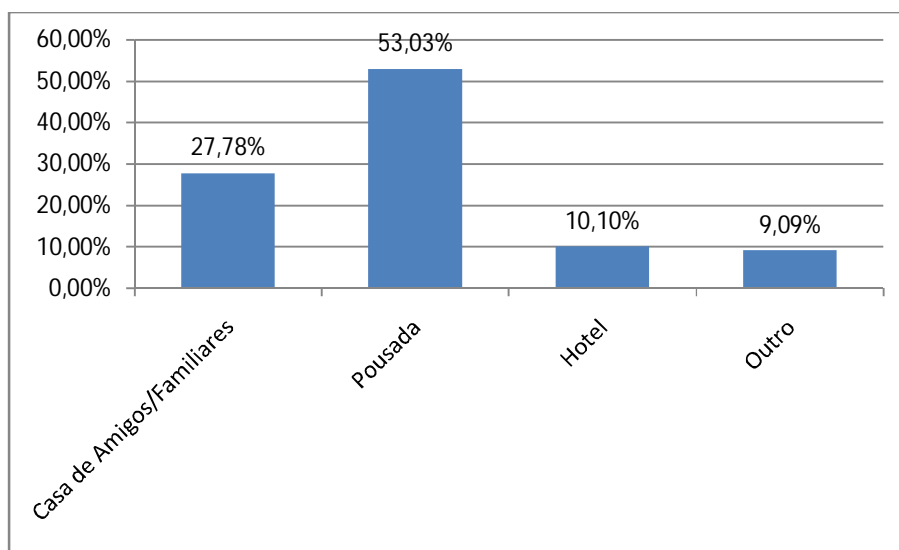


Gráfico 8 - Hospedagem
Fonte: Elaboração Própria.

Quanto ao número de vezes do entrevistado na Festa do Divino, a grande maioria (65%) visitava o evento pela primeira vez, conforme descrito no Gráfico 9. As demais frequências se distribuíram de forma equitativa, mas não superior a 10%. Todavia, considerando os turistas que já visitaram o evento acima de 10 vezes, encontraremos um percentual de 14%, que demonstra a tradição e importância da Festa.

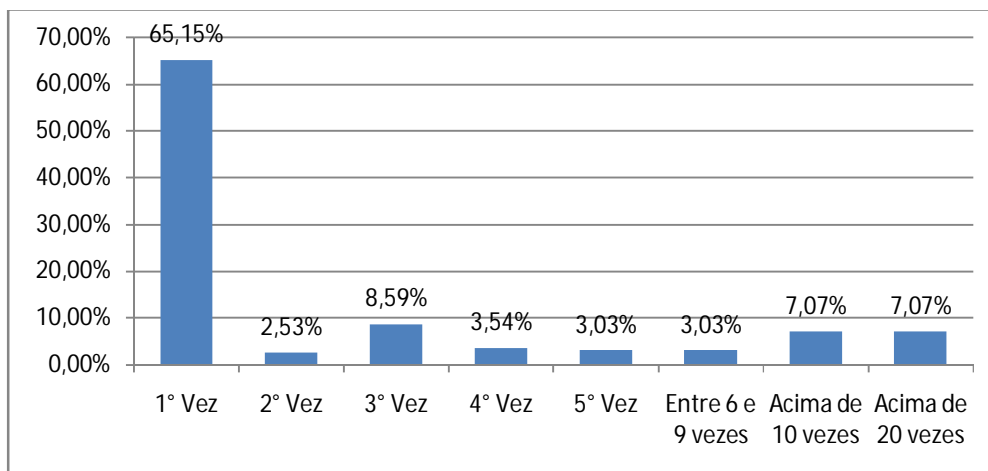


Gráfico 9 - Número de vezes na Festa do Divino
Fonte: Elaboração Própria.

Quanto ao entendimento da Festa do Divino, houve uma distribuição equilibrada entre os turistas, entre os quatro níveis de entendimento elencados, conforme descrito no Gráfico 10.

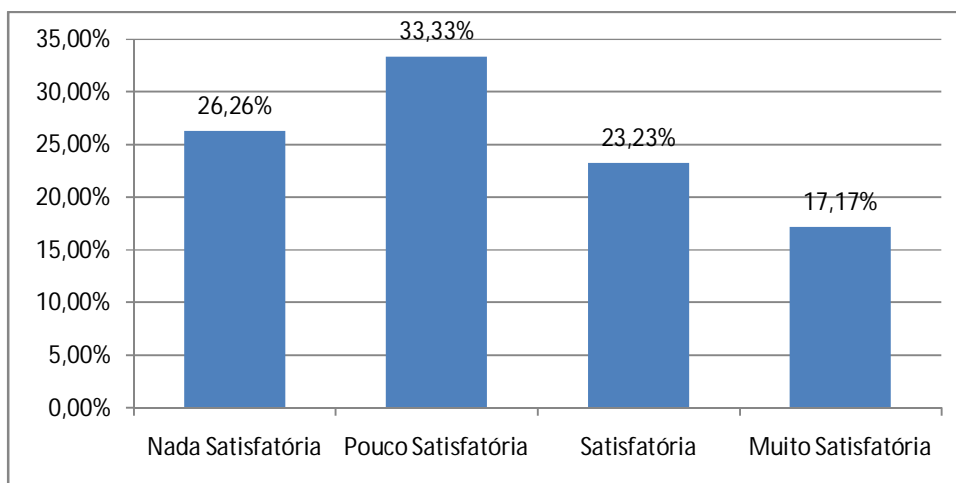


Gráfico 10 - Entendimento sobre a Festa do Divino
Fonte: Elaboração Própria.

Estes resultados convergem, na medida que 60% dos entrevistados dizem ter um entendimento entre Nadaou Pouco satisfatório, e há 65% dos turistas que estão na Festa pela primeira vez. Já na outra ponta 17% declaram ter um entendimento Muito Satisfatório, enquanto os turistas que já vieram mais de 10 vezes representam 14% da amostra.

A cidade de Pirenópolis é turística e possui um arremedo de atrativos entre a Festa do Divino que era a principal atração da época ligada à parte religiosa e esotérica da cidade, ao mesmo tempo convivía com seu potencial de ecoturismo, passeio em cachoeiras, turismo rural, turismo cultural, gastronomia e cachoeiras. Os respondentes fizeram uma avaliação da cidade quanto aos atrativos, em uma escala de 1 a 4, conforme Gráfico 11.

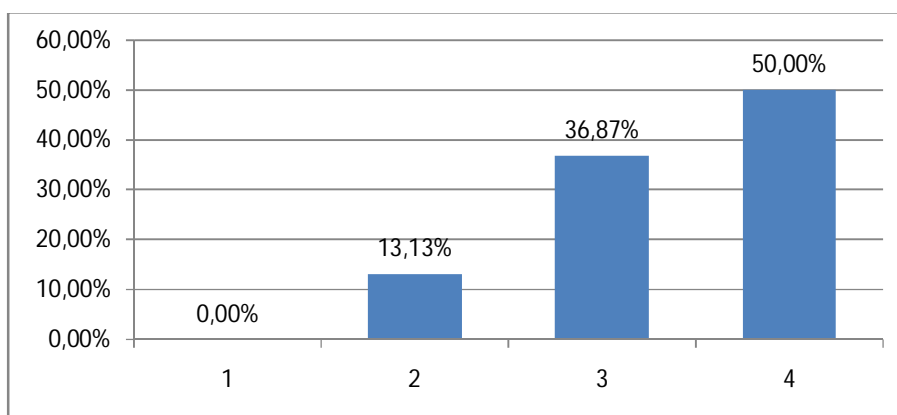


Gráfico 11 - Atrativos da Cidade de Pirenópolis
Fonte: Elaboração Própria.

Assim, outra pergunta do questionário visava entender a motivação do turista estar participando naquele momento na cidade de Pirenópolis na Festa do Divino, onde havia a possibilidade de responder entre Festa do Divino, Cachoeiras, Ambas ou indicar outro motivo, o resultado está plotado no Gráfico 12.

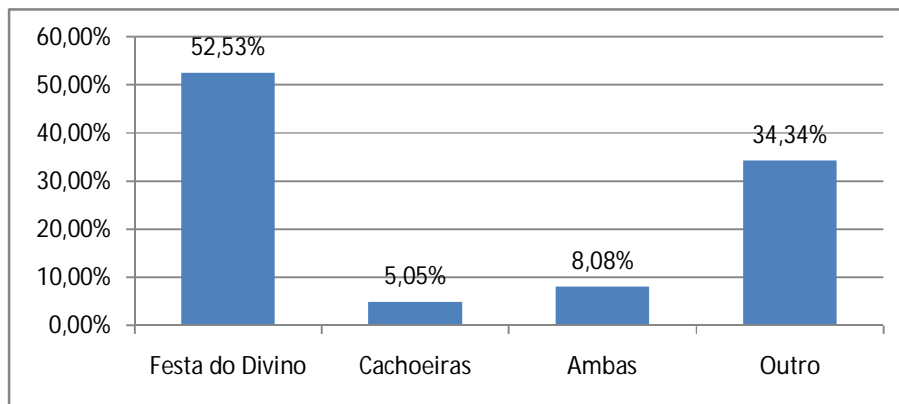


Gráfico 12- Motivo da Viagem à Pirenópolis
Fonte: Elaboração Própria.

A maior parte dos entrevistados tinha como motivo principal, ou seja, como fator norteador da viagem a Festa do Divino, mas usufruindo de outros atrativos, aos que tinham como motivação exclusiva, no sentido de estarem ali somente para a Festa, resultou em 53% dos respondentes. Outros 8% dividiram sua motivação entre cachoeiras e a Festa do Divino, apenas 5% dos respondentes respondeu exclusivamente cachoeiras. Como já dito devido o potencial turístico e os eventos que dividem a cidade outros 34% dos respondentes, apesar de estarem participando ao tempo do questionário da Festa do Divino, tinham outras motivações para visitar a cidade.

Além disso, os respondentes avaliaram a Infra-Estrutura e os Serviços Turísticos fornecidos pela cidade, conforme Gráficos 13 e 14.

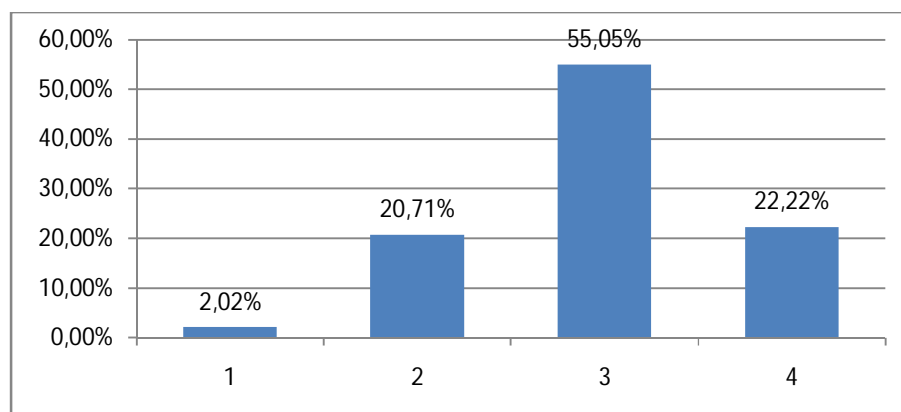


Gráfico 13 - Infra-Estrutura da Cidade de Pirenópolis
Fonte: Elaboração Própria.

A cidade de Pirenópolis, de acordo foi avaliada positivamente entre 77% dos respondentes dos questionários, quanto ao quesito infraestrutura.

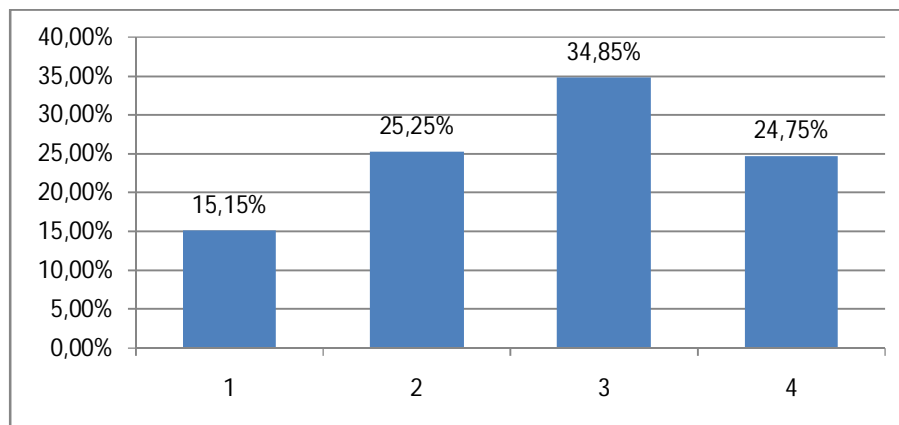


Gráfico 14 - Serviços Turísticos da Cidade de Pirenópolis
Fonte: Elaboração Própria.

A atividade de serviços turísticos foi mal avaliada por 40% dos entrevistados, tendo por norte que a cidade tem como atividade principal o turismo, é um indicador que acentua certa insatisfação do turista quanto a rede de serviços turísticos.

4.2 Método dos Custos de Viagem Individual

Seguindo a lógica da abordagem suscitada na metodologia deste trabalho, neste tópico serão apresentados os resultados da valoração do método do custo de viagem individual, pelo modelo de regressão *Poisson*, e por meio dos coeficientes encontrados nessa regressão, será estimado o valor do excedente do consumidor, que consiste em calcular benefícios marginais do bem em análise.

Os dados coletados nos questionários foram organizados e registrados em planilhas eletrônicas, no *Microsoft Excel 2014*, em seguida a parte estatística da regressão foi feita com auxílio do software *Gretl – GnuRegression, Econometrics and Time-series Library*.

Os resultados estimados pela regressão de *Poisson*, de acordo com a equação 4 apresentada na metodologia deste trabalho, estão na Tabela 6.

Tabela 5 - Resultados da Regressão de *Poisson*

Modelo 2: Poisson, usando as observações 1-198					
Variável dependente: FREQ					
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>z</i>	<i>p-valor</i>	
const	-0,928588	0,339339	-2,7365	0,00621	***
CV	-0,000363518	5,85885e-05	-6,2046	<0,00001	***
GEN	0,369765	0,0689616	5,3619	<0,00001	***
FET	0,413131	0,0417956	9,8846	<0,00001	***
ESC	-0,0713904	0,0342845	-2,0823	0,03732	**
REND	-5,65116e-05	9,79513e-06	-5 7694	<0,00001	***
FEL	0,563267	0,0852143	6,6100	<0,00001	***
Média var. dependente	4,414141	D.P. var. dependente		8,182574	
Soma r ² s.d. quadrados	11566,23	E.P. da regressão		7,781785	
R-quadrado de McFadden	0,131330	R-quadrado ajustado		0,124666	
Log da verossimilhança	-912,5699	Crítério de Akaike		1839,140	
Crítério de Schwarz	1862,158	Crítério Hannan-Quinn		1848,457	
Teste de excesso de dispersão: Qui-quadrado(1) = 40,8273 [0,0000]					

Fonte: Elaboração Própria.

O valor da estatística Qui-quadrado foi de 40,827 para o teste de dispersão do modelo de *Poisson* proporcionando um p-valor menor que 5%, o que sugere que o modelo segue a

distribuição de *Poisson*. Ainda, o teste de *Jarque-Bera* apresentou o valor de 2691,19, com um p-valor menor que 5%, rejeitando a normalidade dos resíduos.

Por fim, para verificar a existência de multicolinearidade foi feito o teste de fatores de inflacionamento da variância (FIV), que sugere que não há problemas no modelo estimado, conforme os dados da tabela 6, onde nenhum valor foi superior a 10. A maior variação calculada foi de 1,256.

Tabela 6 - Resultados do Teste de Fatores de Inflacionamento da Variância

Variável	FIV
CV	1,174
GEN	1,011
FET	1,091
ESC	1,177
REND	1,256
FEL	1,041

Fonte: Elaboração Própria.

Ainda, a fim de validar o modelo o sinal esperado para a variável *CV* (custo de viagem) foi encontrado em sentido negativo e significativo ao nível de 5%, o que permite que se possa calcular o excedente do consumidor e fazer a estimação e valoração da Festa do Divino. O que corrobora com o modelo proposto com a pesquisa para a valoração do bem cultural em questão. O valor máximo para esta variável foi de R\$ 4.731,34, e o mínimo de R\$ 22,58, o que representa uma variação de 20.853,68%, grandes variações foram encontradas em (ORTIZ *et al*, 2000; LOOMIS, YORIZANE e LARSON, 2000; ALBERINI e LONGO, 2005) e a média de R\$ 766.62.

Transposta a robustez estatística do modelo, no quadro 05 há o resumo das hipóteses dos sinais esperados pela regressão de *Poisson* e os sinais encontrados.

VARIÁVEIS INDEPENDENTES		SINAL	
		ESPERADO	ENCONTRADO
β_1	CV	NEGATIVO	NEGATIVO
β_2	GEN	POSITIVO	POSITIVO
β_3	FET	POSITIVO/NEGATIVO	POSITIVO
β_4	ESC	POSITIVO	NEGATIVO
β_5	REN	POSITIVO	NEGATIVO
β_6	FEL	POSITIVO	POSITIVO

Quadro 5 - Resumo das hipóteses da regressão de *Poisson* comparando sinais esperados das variáveis independentes
Fonte: Elaboração Própria.

Conforme se depreende do confronto entre resultados esperados e encontrados, observa-se que a variável *FET* (faixa etária) teve sinal positivo, corroborando o sinal esperado para a variável que, contudo, fora analisada também, no tópico 4.1, onde mais velhos possuem uma maior influência na taxa de visitação de bens culturais.

Nesta mesma esteira as variáveis *GEN* (gênero) e *FEL* (felicidade) foram obtidos sinais positivos, tendo por conclusão que mulheres, como rezou a hipótese, possuem mais inclinação à valoração do bem e que o bem-estar subjetivo da pessoa tende a contribuir com os benefícios do bem analisado.

Já para as variáveis *ESC* (escolaridade) e *REND* (renda), há resultados que descrevem a natureza do evento. Por se tratar de manifestação religiosa e popular, além de gratuita, resta ainda a observação da escolaridade sobre a fé, sem que possua impacto relevante na correlação do crescimento, bem como o aspecto renda, por conflitar tanto com o aspecto religioso, como também popular e gratuito do evento. Assim, contextualizando os aspectos socioeconômicos distantes e destoantes a esta natureza podem não exercer benefícios de valoração positiva ao bem.

Transposta essa análise das variáveis, por meio dos parâmetros estimados na regressão de *Poisson*, foi possível estimar a curva de demanda, conforme já elaborado em outros estudos (XUE *et al*, 2000; GUIA, 2008; MAIA e ROMEIRO, 2008; MARQUES, 2012; LOPES, 2014), conforme equação e modelos já demonstrados na metodologia, utilizando equações 8 e 9, calculadas no software *Microsoft Excel 2014*.

O resultado obtido para o valor médio aproximado por visitante foi de R\$ 22.248,91 e para a Festa do Divino no valor de R\$ 4.405.284,91. A interpretação desses valores devem respeitar o período e o grupo de pessoas analisadas, visto que somente responderam aos

questionários os turistas que visitavam a cidade e estavam participando da Festa do Divino, e foram excluídos desta análise os moradores da cidade.

4.3 Método da Valoração Contingente

Parte do questionário os entrevistados deveriam manifestar a sua disposição a pagar pelo evento, de acordo com a técnica *open-ended*, a resposta gerará determinado valor X.

Após o alinhamento desses valores ofertados pelo questionário, encontraremos um valor médio que será a DAP em análise, conforme pesquisas (OLIVEIRA, 2014; LARSON e FARBER, 2010; LEVINE, *et al.* 2000), para tanto foi construída uma distribuição de frequência conforme Tabela

De acordo com os valores ofertados foi construída uma distribuição de frequência conforme Quadro 2, com os valores que poderiam ser pagos a partir da percepção do turista para participar da Festa do Divino, conforme outras pesquisas (LARSON e FARBER, 2010; LEVINE, *et al.*, 2000; OLIVEIRA, 2014).

Quadro 2 – Distribuição de Frequências

Classe	Intervalo de Classe	Ponto Médio	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Cumulativa
1	R\$ 0	R\$ 0,00	43	21,72%	43
2	R\$ 1 -- R\$ 40	R\$20,00	99	50,00%	142
3	R\$ 41 -- R\$ 80	R\$60,00	29	14,65%	171
4	R\$ 81 -- R\$ 120	R\$100,00	8	4,04%	179
5	R\$ 121 -- R\$ 160	R\$140,00	1	0,51%	180
6	R\$ 161 -- R\$ 200	R\$180,00	4	2,02%	184
7	R\$ 201 -- R\$ 240	R\$220,00	0	0,00%	184
8	R\$ 241 -- R\$ 280	R\$260,00	2	1,01%	186
9	R\$ 281 -- R\$ 320	R\$300,00	4	2,02%	190
10	R\$ 321 -- R\$ 360	R\$340,00	0	0,00%	190
11	R\$ 360 -- R\$ 400	R\$380,00	0	0,00%	190
12	R\$ 401 -- R\$ 440	R\$420,00	0	0,00%	190
13	R\$ 441 -- R\$ 480	R\$460,00	1	0,51%	191
14	R\$ 481 -- R\$ 520	R\$500,00	2	1,01%	193
15	R\$ 521 -- R\$ 560	R\$540,00	0	0,00%	193
16	R\$ 561 -- R\$ 600	R\$580,00	1	0,51%	194
17	R\$ 601 -- R\$ 2000	R\$620,00	4	2,02%	198

Fonte: Elaboração Própria.

A última classe, a fim de evitar que *outliers*, desequilbrassem a amostra foi considerada o valor médio de R\$ 620,00, como ponto médio. Para entender graficamente o comportamento da distribuição foi construído um histograma com os pontos médios, conforme Gráfico 12, para levantamento das inferências inerentes a distribuição dos resultados.

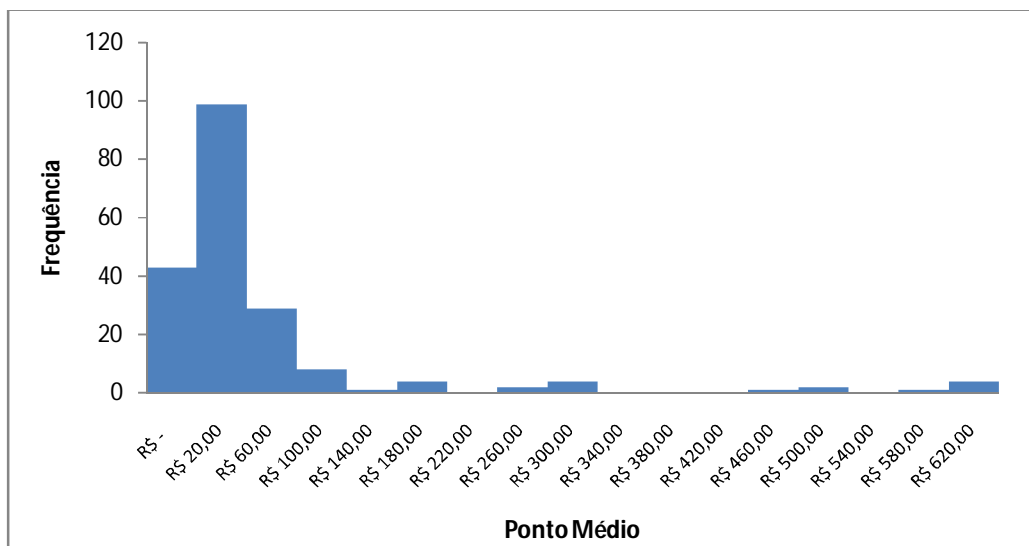


Gráfico 15 - Histograma caracterizado pelos pontos médios
Fonte: Elaboração Própria.

Depreende-se da análise do gráfico do histograma, combinada com a análise da tabela de distribuição de frequências que a DAP tende a se concentrar até a valores de R\$ 100,00, nas primeiras quatro classes da amostra.

Para a amostra de 198 questionários a média foi de R\$ 68,38, com desvio padrão de R\$ 192,36, tendo como mediana o valor de R\$ 20,00 e moda de R\$ 0. Tal distribuição de frequência já observada em outros trabalhos do tipo *open-ended*(OLIVEIRA, 2014), tem uma assimetria na distribuição de frequência à direita ($média > mediana > moda$), conforme demonstrado no Gráfico 13.

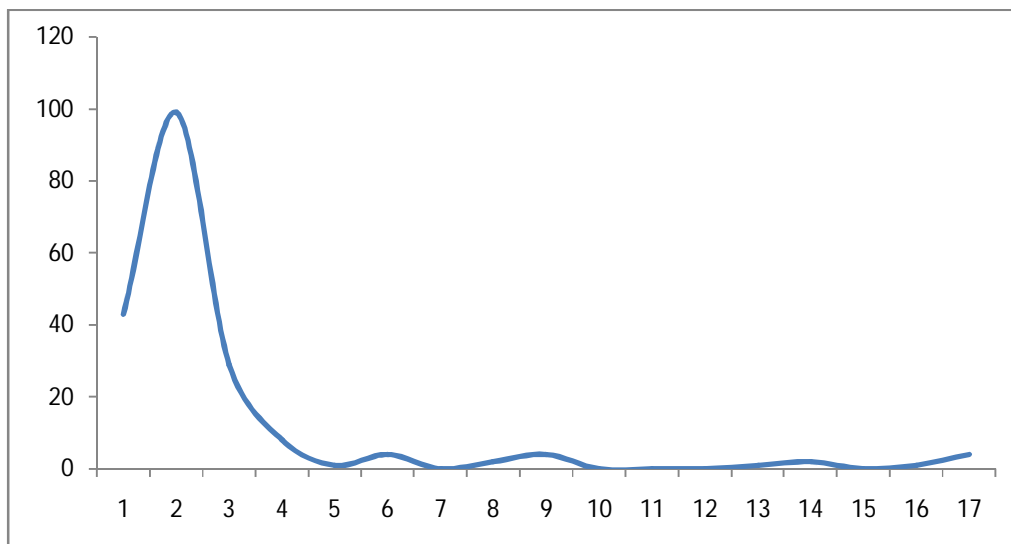


Gráfico 16 - Forma de distribuição de Frequência
Fonte: Elaboração Própria.

Considerando o desvio padrão em R\$ 192,36 e a variância amostral em 37.004,36, o coeficiente de variação resultou em um 181,32%, o que denota alto grau de dispersão. Em parte essa dispersão pode ser explicada por um estado psicológico dos indivíduos e pelas diferentes percepções sobre o evento.

Conforme descrito na metodologia, no questionário há um espaço para comentários e sugestões que permitem aos entrevistados manifestarem suas percepções quanto a determinadas perguntas. Durante a aplicação deste questionário, a pergunta que mais revoltou e mexeu com os entrevistados era a sua disposição a pagar pela Festa do Divino. Sendo assim, foram agrupadas as indagações mais comuns que, especialmente, se ligam a pergunta da disposição a pagar pelo evento.

Tabela 7 - Comentários livres sobre à DAP

Comentário	Frequência	%
<i>“Impossível atribuir valor”</i>	17	8,59
<i>“Deve ser acessível ao povo”</i>	5	2,53
<i>“Comparando a outro evento”</i>	3	1,52
<i>“Ser impossível atribuir valor, e ter uma natureza inestimável”</i>	2	1,01

Fonte: Elaboração Própria.

Para quase 10% dos entrevistados é impossível atribuir valor a um evento cultural, quanto mais à Festa do Divino. Inclusive, boa parte dos respondentes se mostrou irritado com

essa pergunta. Uns deixaram de atribuir, e 2 atribuíram valores altos, no sentido do preço da festa ser inestimável. Estes entrevistados podem ter se negado a auferir preço ao evento, por realmente não enxergar um valor nesta manifestação (HENDERSON, 1996).

Adicionalmente um dos entrevistados atribuiu o valor de R\$ 2.000 como DAP, o fez com a explicação de fito religioso, indagando ser seu dízimo. Estes *outliers* indicam e fornecem características importantes sobre o modelo e sobre a análise feita, e simplesmente omiti-los seria uma incompatibilidade (BARNETT e LEWIS, 1995).

Outro grupo de entrevistados seguiu no sentido inverso, e justificou o baixo valor ou um valor razoável à DAP, para que o bem fosse acessível a todos, já que a Festa do Divino é uma manifestação cultural do povo e, por esta razão, deve ser acessível. Como alegação também justificavam que se o valor fosse importante a festa perderia um pouco do sentido.

Para os três entrevistados que fizeram comparações, como a da técnica dos preços hedônicos, para mensurar o valor da Festa e lhe dar um preço, 1) um deles citou a Exposição Pecuária de Goiânia, como referência; 2) outro citou o exemplo de Fernando de Noronha e cobrança para preservação e controle dos bens; 3) e o derradeiro comparou a cidade com Parati e estabeleceu um valor.

Mesmo com as elucidações, o coeficiente da variação ainda é elevado, e a análise de dados se deve pautar por estatísticas mais robustas. O ajuste dos resultados obtidos pela DAP, deve se pautar pela análise gráfica, a detecção dos verdadeiros *outliers* e a estrutura de dados, e no caso em tela pode ser feito pela técnica gráfica do *boxplot* (caixa de bigodes) (CUNHA, MACHADO e FILHO, 2002).

Por meio do uso da técnica da caixa de bigodes, foram utilizadas 1,5 amplitudes inter-quartis acima do terceiro e abaixo do primeiro quartil. Assim, como em outras pesquisas (CUNHA, MACHADO e FILHO, 2002) foram eliminados apenas os valores extremos, por mais que na estrutura de dados, combinada com a análise das manifestações e percepções alguns pontos mínimos também tenham sido potenciais *outliers*, o que também corrobora com a correção da aguda simetria à direita da distribuição de frequência. Os resultados da análise da caixa de bigode se encontra na tabela 8.

Tabela 8 - Resultados da Técnica *Box Plot*(Caixa de bigodes)

1° Quartil	R\$10,00
Limite Inferior	R\$-50,00
Mínimo	R\$ 0,00
Média	R\$ 68,38
Moda	R\$ 0,00
Mediana	R\$20,00
Máximo	R\$ 2.00,00
Limite Superior	R\$110,00
3° Quartil	R\$50,00

Fonte: Elaboração Própria.

Assim, com o limite superior em R\$ 110,00, a amostra passa a ser formada por 179 observações, com a média de R\$ 23,68, mediana R\$ 20,00 e moda R\$ 0,00, então a assimetria a direita da dispersão dos dados resta mantida. No entanto, o gráfico 13 a assimetria resta amenizada com o uso da técnica da caixa de bigodes.

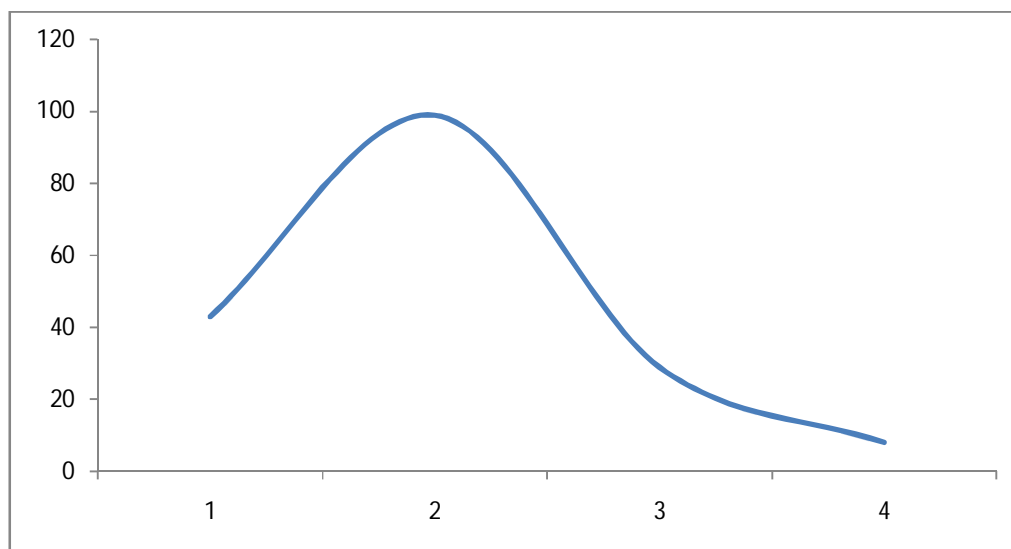


Gráfico 17 - Forma de distribuição da Frequência excluídos outliers

Fonte: Elaboração Própria.

O novo desvio padrão é de R\$ 24,32 e a variância amostral em 591,32, o coeficiente de variação resultou em 2,68%, representando baixo grau de dispersão. Assim, a representatividade do modelo proposto com a exclusão dos *outliers* severos, propõe um modelo razoável para a proposição da DAP obtidas pelos questionários.

Assim, o valor a ser utilizado como parâmetro para fundamentar a estatística da DAP, será a média de R\$ 23,68 (vinte e três reais e sessenta e oito centavos), em linha com o teorema do Pareto Eficiente e já utilizados em outros estudos do mesmo gênero (BELLUZO, 1999; OLIVEIRA, 2014).

Em pesquisas com a técnica DAP, geralmente pontos extremos são potenciais *outliers*, eliminados os severos pela técnica do *boxplot*, outros pontos podem ser eliminados de acordo com as características da amostra, como o fizeram outros estudos com DAP (CUNHA, 2002; PACHECO, 2011). Os indivíduos fazem estimativas a partir do marco inicial, ajustando a resposta final (KAHNEMAN e TVERSKY, 1974). Assim, o lance zero para a DAP *opened*, pode sofrer dos processos de ancoragem. Devido a impossibilidade de dissociar a ideia dos zeros formulados com ou sem ancoragem, opta-se por remover da amostra as DAP com a ideia de zero, por estarem enviesadas.

Eliminados os resultados para DAP igual a zero, ficamos com uma amostra com 136 observações, com DAP média de R\$ 31,17, desvio padrão de 23,46, mediana de R\$ 22,50 e moda de R\$ 10,00. A variância amostral assumiu o valor de 544,56.

Seguindo o roteiro exposto na metodologia, com o auxílio do auxílio do software estatístico *Gretl – GnuRegression, Econometrics and Time-series Library*, foram estimados os coeficientes da regressão *logit* para os dados com a DAP, conforme equação 11, os resultados estimados por esta regressão, estão apresentados no Quadro 5.

Modelo 1: Logit, usando as observações 1-136					
Variável dependente: DAP					
Erros padrão baseados na Hessiana					
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>z</i>	<i>p-valor</i>	
const	-3,99611	1,58408	-2,5227	0,01165	**
GEN	-0,25 154	0,398489	-0,6378	0,52361	
FET	0,769746	0,251191	3,0644	0,00218	***
ESC	-0,15163	0,211011	-0,7186	0,4 239	
FEL	0,50456	0,400708	1,2592	0,20797	
REN	0,617754	0,459337	1,3449	0,17866	
Média var. depend nte	0,330882	D.P. var. dependente	0,4722	0	
R-quadrado de McFadden	0,103202	R-quadrado ajustado	0,033703		
Log da verossimilhança	-77,42332	Critéri de Akaike	166,8466		
Critério de Schwarz	184,3226	Critério Han an-Quinn	173,9484		
Número de casos 'corretamente previstos' = 96 (70,6%)					
f(beta'x) na média das variáveis independentes = 0,472					
Teste de razão de verossimilhança: Qui-quadrado(5) = 17,8194 [0,0032]					

Quadro 6 - Resultados da Regressão Logit da DAP

Fonte: Elaboração Própria.

O valor da estatística Qui-quadrado foi de 17,81 com um p-valor menor que 5%, o que sugere que o modelo *logit* está adequado para estimação dos valores dos coeficientes das variáveis. O R² de McFadden que trata dos resultados equivocados, se comporta em um valor pequeno. Quanto a existência de multicolinearidade foi feito o teste de fatores de

inflacionamento da variância (FIV), com resultado plotados na Tabela 9, com variação máxima de 1,220, o que afasta a existência de multicolinearidade.

Tabela 9 - Teste de Inflacionamento da variância para a regressão *logit*

Variável	FIV
GEN	1,029
FET	1,064
ESC	1,212
REND	1,220
FEL	1,052

Fonte: Elaboração Própria.

O quadro 6 retrata a relação obtida entre as hipóteses de sinais esperados e os resultados encontrados pela regressão *logit* para os resultados obtidos.

VARIÁVEIS INDEPENDENTES		SINAL	
		ESPERADO	ENCONTRADO
β_1	GEN	POSITIVO	NEGATIVO
β_2	FET	POSITIVO	POSITIVO
β_3	ESC	POSITIVO	NEGATIVO
β_4	REN	POSITIVO	POSITIVO
β_5	FEL	POSITIVO	POSITIVO

Quadro 7 - Resumo das hipóteses da DAP comparando sinais esperados

Fonte: Elaboração Própria.

Para a variável gênero (*GEN*) foi encontrada uma relação inversa, na qual enfatiza que homens estão mais inclinados a fazer pagamentos acima da média para eventos culturais. Já para a variável faixa etária (*FET*) teve sinal positivo, em linha com a formulação teórica, onde pessoas mais velhas tendem a ter uma inclinação maior a desembolsos para aquisição de cultura. Já a variável escolaridade (*ESC*) teve sinal diverso do esperado, em contrassenso de quanto maior o nível de escolaridade maior seria a disposição a pagar, resultado semelhante já foi obtido em estudos da mesma natureza (OLIVEIRA, 2014).

Já para as variáveis renda (*REN*) e felicidade (*FEL*) foram obtidos sinais positivos em linha com a hipótese formulada, o que coaduna com a idéia de quanto maior a disposição de renda, maior seria a capacidade em utilizá-la para reforço da utilidade em cultura, bem como,

quanto maiores os níveis de felicidades, estado de bem-estar, que o indivíduo sensato tende a manter, maior será a disposição a pagar pelo bem.

Com aplicação da equação 11, chegamos ao valor do evento por meio da métrica de medição da disposição a pagar total (*DAPT*), no valor de R\$ 341.793,44 (trezentos e quarenta e um mil, setecentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos), que representa o valor da Festa do Divino pela ótica da valoração contingente.

4.4 Relação entre os resultados

O entendimento e a exploração dos valores auferidos pelo MCV e pela MVC, deve se pautar pela compreensão de como os valores foram construídos. Assim, a medida quantitativa só tem real valor se munida dos termos qualitativos que deram ensejo ao seu resultado, que compõem o entendimento da DAP criada por ambos os métodos.

Este estudo tinha por objetivo analisar o valor do evento cultural, Festa do Divino de Pirenópolis – GO. Para tanto, pautou-se na utilização de duas técnicas de valoração econômicas, onde os dados foram obtidos por meio de aplicação de questionários e a seleção de dados para montar os modelos econométricos de estimação. Além disso, acrescenta a variável felicidade para entender se o ânimo do bem-estar subjetivo tende a imprimir um maior anseio de valoração de bens culturais.

Pela técnica MCV, utilizando a ótica do excedente do consumidor o valor estimado para a Festa do Divino foi de R\$ 4.405.284,91 (quatro milhões quatrocentos e cinco mil, duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos), este valor de forma isolada, não parece munir muitas informações, e carrega nele aspectos, que mantém seu valor como: tradição e outros. Além disso, este valor pode ter sofrido uma distorção devido ao cálculo dos custos de viagem, em especial ao custo de oportunidade que no Brasil, devido a legislação trabalhista, diverge de como é calculado na Europa ou Estados Unidos, onde emanam a maior parte de estudos com a métrica dos custos de viagem.

Ao gestor público fazer a leitura isolada desse valor, pode parecer não fornecer muitas informações. No entanto, ter o entendimento do valor da festa, e aplicar qualquer tipo de valoração e atualização de valores, pode produzir uma capacidade de ganhos intelectuais com essa informação, desde que atualizada adequadamente.

Pela técnica do DAP, feita por meio da metodologia *open-ended*, chegou ao valor médio de disposição a pagar de R\$ 31,17 (trinta e um reais e dezessete centavos), ora mesmo que seja inata a impossibilidade de cobrança para as manifestações do divino, visto que ocorrem por toda parte e em ambiente público, aos gestores públicos deve caber o entendimento da medida. Para o valor da DAPT, ou seja, da disposição a pagar da festa foi encontrado o valor de R\$ 341.793,44 (trezentos e quarenta e um mil setecentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos).

Em ambos os modelos houve influência positiva da felicidade nos aspectos de valoração reforçando as hipóteses formuladas na metodologia do trabalho. E as hipóteses de sinais esperados das variáveis independentes após a regressão seguiram em sua maior parte as hipóteses formuladas. Para a DAP, houve divergência quanto a variável gênero, e predição do modelo se inclina a elucidar que homens tendem a dispor de maior intenção de pagar por eventos culturais. Já para MCV, a variável renda não seguiu o sinal esperado, no entanto outros estudos encontraram divergências similares na predição do sinal da renda (Outros estudos). Contudo, a variável escolaridade destoou e em ambos os modelos não conclui a hipótese de sinais esperados, possível explicação é de que como se trata de um evento religioso, a inclinação cultural pode estar muito mais ligada com sentimentos religiosos do que por razões intelectuais, está muito mais ligado ao estado emocional do que racional do indivíduo.

Ainda em observância ao valor do custo da Festa do Divino para o poder público, que consoante ao Anexo 1 deste trabalho, declaração emitida pelo secretário de cultura do Município, o valor dos gastos com a festa é de cerca de R\$ 300 mil reais. Este valor é considerado para todo o período do evento. Enquanto as métricas do MVC e MCV, a estimativa se deu para o período de aplicação dos questionários.

Depreende-se que o poder público da cidade de Pirenópolis, entende a importância do investimento e no gasto público para manter as características do evento cultural, em especial, com o apoio desprendido a esta pesquisa.

Nesta esteira, tanto o MVC como o MCV se apresentaram como solução para mensurações de ativos públicos culturais, e instrumento de análise de ativos para a contabilidade. É importante destacar, que os métodos capturam valores diferentes, devido suas perspectivas e possibilidades de cenários, enquanto o MCV tende a capturar o valor de uso, o MVC captura também o valor de opção e existência.

Ambos os modelos são de fácil aplicação, contudo o processo de estimação da DAP, possui menos rigor formal, já o método do custo de viagem pode apresentar valores enviesados por ter a cidade de Pirenópolis, diversos atrativos turísticos.

Para a gestão pública é importante entender os valores apresentados por essas métricas a fim de haver comparabilidade entre os resultados de políticas propostas e para tanto necessita da contabilidade como ferramenta para entender, mensurar e administrar estes bens intangíveis. A depender dos objetivos em análise, e como a cidade de Pirenópolis tem diversos atrativos, é interessante adotar métricas para valorar os demais ativos ao mesmo tempo a fim de que a mensuração não sofra com vieses. Bem como entender a perspectivas desses valores em função do gasto público para manutenção destes bens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valoração de bens ambientais e culturais tem por norte se ajustar aos novos procedimentos e realidades enfrentadas pela contabilidade e pela gestão pública. E segue na esteira que enfoca a necessidade e influência desses bens na nossa qualidade de vida, e das interações e interesse das pessoas e da sociedade pela sua preservação.

Esta pesquisa teve por escopo valorar a Festa do Divino de Pirenópolis – GO, e aprofundar sobre os aspectos da valoração econômica dos bens culturais, para tanto não se pautou apenas por aspectos socioeconômicos, e tem por norte tomar novos elementos psicológicos e íntimos de indivíduo, a fim de prover maior compreensão aos resultados.

Outrossim, foram aplicados o método dos custos de viagem na abordagem individual e o método de valoração contingente por meio de DAP *open-ended*, com a variável de bem-estar subjetivo, felicidade e entender o seu efeito sobre os processos de valoração dos bens culturais. Os resultados se mostraram consistentes e comprovaram o processo de valoração positiva para o ânimo da felicidade, propondo novos conceitos de foro íntimo para valoração de bens culturais.

Neste eixo, pesquisas de valoração devem se inclinar para aspectos multidisciplinares para valoração de bens culturais e ambientais, e a inclusão de variáveis psicológicas e outros aspectos acabam por dinamizar o processo de mensuração destes bens e diferenciação de análises meramente matemáticas e monetárias, em que pesam somente a capacidade monetária dos indivíduos. Tendo como perspectiva, que além da parte quantitativa, os processos de valoração se pautem por mecanismos de análise descritiva e por variáveis psicométricas e outras, a fim de obter dados marginais que ajudam a explicar os resultados obtidos pelas métricas de valoração.

Logo, a combinação entre aspectos de valoração de MCV e MVC combinados com aspectos socioeconômicos e psicológicos dos indivíduos pode agregar para decisão dos gestores, e se feito dessa forma, o valor contabilizado no ativo imobilizado da prefeitura, está não só em consonância com o IPSA 17, mas nutre o entendimento do usuário da informação. Apesar da discrepância entre os resultados: R\$ 4.405.284,91, para a técnica do método do custo de viagem e R\$ 341.793,44, para a técnica da valoração contingente. Tais resultados fornecem base para a demonstração e registro contábil de bens culturais, em especial, para

comparativo com os gastos públicos, que segundo a declaração do secretário foi de R\$ 300.000,00.

Como limitações do trabalho para a técnica dos custos de viagem, tem-se que a cidade de Pirenópolis possui diversos apelos turísticos o que dificulta a individualização dos valores despendidos unicamente para a Festa do Divino. Ainda, eventos como a Copa do Mundo atraem turistas com um elevado poder aquisitivo como retratado na análise descritiva dessa pesquisa, acabam por superestimar o método dos custos de viagem que se pauta pelo custo de oportunidade dos indivíduos que tende a ser maior, conforme seu poder aquisitivo. Além dos aspectos já assinalados, como limitação para a técnica da valoração contingente, podemos ressaltar que a técnica *open-ended*, como em outros trabalhos, baliza resultados para uma segunda aplicação via referendo. Pela impossibilidade de aplicação do questionário no formato referendo, o mesmo não foi debatido.

Como sugestão para pesquisas futuras envolvendo questionários para valoração pelo MCV ou MVC, poder-se-ia acrescer perguntas e pontos envolvendo variáveis psicológicas, tanto para restrição da amostra de lances para a DAP, quanto para melhor compreensão do deslocamento e das necessidades do cálculo do MCV. Ainda, realizar estudo envolvendo eventos na mesma cidade e contrapor os resultados variados aos gestores da cidade, a fim de entender se estes resultados poderiam facilitar na gestão da prefeitura. Além disso, fazer um segundo estágio da DAP, que é o referendo, perguntando aos turistas se estariam dispostos a pagar o valor encontrado R\$ 31,17 (trinta e um reais e dezessete centavos) para desfrutar da Festa do Divino.

Como Pirenópolis é uma cidade turística, a valoração desses bens culturais, e também os ambientais, é de fundamental importância para que se estruturam políticas de gestão e planejamento, que resolvam pequenos problemas marginais, ou que permitam escolhas técnicas no âmbito político, como a prioridade de investimentos em determinadas despesas. Espera-se que os resultados sejam aproveitados pelos gestores da cidade.

Espera-se que os efeitos teóricos dessa pesquisa possam se dissipar para a prática da contabilidade pública, e que os gestores de municípios, como Pirenópolis, possam contribuir profissionalmente para suas cidades formalizando incentivando este tipo de valoração e buscando compreender os resultados fornecidos por estas métricas.

REFERÊNCIAS

ANDREW, A.; PITT, M. Asset valuation of specialized public sector listed buildings by depreciated replacement cost. **Journal of Property Investment & Finance**, v. 19, n. 6, pp. 627-636, 2000.

ANGELO, P.G.; CARVALHO, A. R. Recreational value of the Araguaia river, Aruanã region, as estimated by the travel cost method. **Acta Scientiarum Biological Sciences**. Maringá, v. 29, pp. 421-428, out. 2007.

ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres. Disponível em <https://appweb.antt.gov.br/sgp/src.br.gov.antt/apresentacao/consultas/CoeficienteTarifario.asp>. Acesso em 07 de mar. de 2015.

BARBOZA NETO, A. B.; GAMBI, T. R. F. Pensar além do PIB. **II CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**. Belo Horizonte, de 8 a 11 de out., 2013.

BARNETT, V. LEWIS, T. **Outliers in statistical data**. Chichester. John Wiley, 1995.

BARRIO, M. J.; DEVESA, M.; HERRERO, L. C. Evaluating intangible cultural heritage: the case of cultural festivals. **City, Culture and Society**, v. 3, p. 235-244, dec., 2012.

BARTON, A. D. Accounting for public heritage facilities: assets or liabilities of the government? **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 13 n.2, pp. 219-235, 2000.

BARTON, A. The conceptual arguments concerning accounting for public heritage assets: a note. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 18, n.3, pp. 434-440, 2005.

BAZERMAN, M. **Processo Decisório: para cursos de administração e economia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BEDATE, A.; HERRERO, L. C.; SANZ, J. A. Economic Valuation of a contemporary art museum: correction of hypothetical bias using a certainty question. **Journal Cult Econ**, v. 33, pp. 185-199. 2009.

BEDATE, A.; HERRERO, L. C.; SANZ, J.A. Economic valuation of the cultural heritage: application to four case studies in Spain. **Journal of Cultural Heritage**, v. 5, pp. 101-111. 2004.

BELLIA, V. **Introdução à economia do meio ambiente**. Brasília, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1996.

BELLUZZO, W. J. Avaliação contingente para a valoração de projetos de conservação e melhoria dos recursos hídricos. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 29, n. 1, pp. 113-136, 1999.

- BENDASSOLLI, P. F. Felicidade e trabalho. **GVexecutivo**, v.6, n. 4m p. 57-61, 2007.
- BLAKEMORE, F.; WILLIAMS, A. British tourists' valuation of a Turkish beach using contingent valuation and travel costs methods. **Journal of Coastal Research**, v. 25, n. 6, pp. 1469-1460, 2008.
- CARNEGIE, G. D.; WEST, B.P. Making accounting accountable in the public sector. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 16, pp. 905-928, 2005.
- CHOI, A. S.; BRENT, W. R.; PAPANDREA, F.; BENNETT, J. Economic valuation of cultural heritage sites: A choice modeling approach. **Tourism Management**. v. 31, pp 213-220, 2010.
- CLINCH, J. P.; SCHLEGELMILCH, K.; SPRENGER, R.; TRIEBSWETTER, U. **Greening the Budget: budgetary policies for environmental improvement**. MPG Books, Bodmin, Cornwall, 2002.
- CORBI, R. B.; MENEZES-FILHO, N. A. Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 4, p. 518-536, out-dez, 2006.
- CORTE, V. D.; SAVASTANO, I.; STORLAZZI, A. Service innovation in cultural heritages management and valorization. **Internacional Journal of Quality and Service Sciences**. v. 1, n. 3, pp. 225-240, 2009.
- COSENZA, J. P.; LAURENCEL, L. C. Análise epistemológica da valoração como constructo para decisões estratégicas: óticas contábil e econômica. **UEM – Paraná**, v. 30, n. 3, p. 60-78, set/dez, 2011.
- CUNHA, U. S.; MACHADO, S. A.; FILHO, A. F. Uso de Análise exploratória de dados e de regressão robusta na avaliação do crescimento de espécies comerciais de terra firme da Amazônia. **R. Arvore**. Viçosa – MG, v. 26, n. 4, p. 391-402, 2002.
- DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito. Rotas Cidades. Disponível em www.rotasdacidades.com.br. Acesso em 07 de mar. de 2015.
- DIENER, E.; EUNKOOK SUH, M. A. R. K. Subjective well-being and age: An international analysis. **Annual review of gerontology and geriatrics**, v. 17, p. 304-324, 1997.
- DI PIETRO, M. S. Z. Função Social da Propriedade Pública. **Revista Eletrônica de Direito do Estado**. p. 561-572, 2006.
- DPA & URS FOR OXFORD INSPIRES. **The Economic Impact of the Cultural and Creative Industries in Oxfordshire**. 2010.
- ENGLIN, J. CAMERON, T. A. Augmenting travel cost models with contingent behavior data. **Environmental and Resource Economics**, v. 7, n.2, p. 133-147, 1996.
- EPLEY, N.; GILOVICH, T. The anchoring-and-adjustment heuristic Why the adjustments are insufficient. **Psychological science**, v. 17, n. 4, p. 311-318, 2006.

ESCALEIRA, J. No Palco entre o Mercado e o Estado. **Reflexões sobre a Economia das Artes do Espectáculo**, 2001.

FERRAZ, R. B.; TAVARES, H.; ZILBERMAN, M. L. Felicidade: uma revisão. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 34, n. 5, p. 234-242, 2007.

FERREIRA, V. R. M. **Psicologia econômica: como o comportamento econômico influencia nossas decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FLEMING, C. M.; COOK, A. The recreational value of Lake McKenzie, Fraser Island: An applications of the travel cost method. **Tourism Management**. v. 29, i. 6, Dec., pp. 1197-1205, 2008.

FONSECA, S. M. S. R. da. **Valoração e procura de património cultural: o museu de Lamego**. Dissertação (Mestrado em Economia das Organizações) - Programa de Mestrado em Economia das Organizações da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Portugal, Vila Real, 2008.

FONSECA, S.; REBELO, J. Economic valuation of cultural heritage: Application to a museum located in the Alto Douro Wine Region– World Heritage Site. **PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 8, n. 2, pp. 339-350, 2010.

GIANNETTI, E. **Felicidade: diálogos sobre o bem-estar na civilização**. São Paulo, Companhia de Letras, 2002.

GIANNETTI, E. **O valor do amanhã: ensaio sobre a natureza dos juro**s. São Paulo, Companhia de Letras, 2005.

GUIA, A. T. B. **A Valoração econômica de Bens Culturais: Uma aplicação a monumentos da cidade de Tomar**. Dissertação (Mestrado em Economia das Organizações) - Programa de Mestrado em Economia das Organizações da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Portugal, Vila Real, 2008.

GUJARATI, D.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campos, 2011.

HAILU, G.; BOXALL, P. C.; MCFARLANE, B. L. The Influence of Place Attachment on Recreation Demand, **Journal of Economic Psychology**. v. 26, p. 581-598. 2005.

HAIR, J. F.; BABIN, B.; Money, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**, Bookman, Porto Alegre, 2005.

HENDERSON, H. **Building a Win-Win World – Life Beyond Global Economic Warfare**. Ed. Cultrix, São Paulo – SP, 1996.

HERRERO, L. C.; GÓMEZ-VEGA, M. Cultural resources as a factor in cultural tourism attractiveness: Performance analysis of regional destinations in Spain. **18th International Conference of the ACEI**. Montreal, Canada, June 24-27, 2014.

HERRERO, L. C.; SANZ, J. A.; DEVESA, M. Measuring the economic value and social viability of a cultural festival as a tourism prototype. **Tourism Economics**, v. 17, p. 639-653, 2011.

HICKS, J. **Value and capital**. 2. Ed. Oxford University Press, 1946.

HINES, R. D. Financial accounting: In communicating reality, we construct reality. **Accounting, Organizations and Society**, v. 13, I 3, p. 251-261, 1988.

HOOPER, K.; KEARINS, K.; GREEN, R. Knowing “the price of everything and the value of nothing”: accounting for heritage assets. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 18, n.3, pp. 410-433, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 07 de março de 2015.

IPSASB - INTERNATIONAL PUBLIC SECTOR ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **IPAS 17: Property, Plant and Equipament**. London, 2011.

INSTITUTO DE TURISMO RESPONSABLE. Diálogo sobre turismo, diversidad cultural y desarrollo sostenible, **Forum Barcelona**, 2004.

IORGULESCU, F.; ALEXANDRU, F.; CRETAN, G. C.; KAGITCI, M.; IACOB, M. Considerations regarding the Valuation and Valorization of Cultural Heritage. **Theoretical and Applied Economics**. v. XVIII, n. 12, p. 15-32, 2011.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Judgment under uncertainty: heuristics and biases. **Science**, v. 185, n. 4157, p. 1124-1131, 1974.

KAHNEMAN, D.; DIENER, E.; SCHWARZ, N. **Well-Being: Foundations of Hedonic Psychology**. 1999.

KING, E. Accounting for Culture: A Social Cost-Benefit Analysis of The Stan Rogers Folk Festival. Dalhousie University Halifax, Nova Scotia, 2003.

KUZNETS, S. **Quantitative research: trends and problems, (Fiftieth Anniversary Colloquium VII)**, National Bureau of Economic Research, New York, NY. 1972. Disponível em: <<http://www.nber.org/chapters/c4287.pdf>>. Acesso em 30 de janeiro de 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LANDRIANI, L.; POZZOLI, M. **Management and valuation of heritage assets: a comparative analysis between Italy and USA**. Springer, New York, 2014.

LARSON, R., FARBER, B. **Estatística aplicada**. São Paulo: Pearson, 2010.

LAYARD, R. Happiness: lessons form a New Science. **London: Allen Lane**, 2005.

LEVINE, D. M.; BERENSON, M. L.; STEPHAN, D. **Estatística: Teoria e aplicações usando microsoftexcel em português**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

LEVINSON, A. Valuing public goods using happiness data: The case of air quality. **Journal of Public Economics**, v. 96, p. 869-880, oct. 2012.

LOOMIS, J. A Comparison of the effect of multiple destination trips on recreation benefits as estimated by travel cost and contingent valuation methods. **Journal of Leisure Research**, v.38, n. 1,p. 46-60, 2006.

LOOMIS, J.; TADJION, O.; WATSON, P.; WILSON, J.; DAVIES, S.; THILMANY, D. A Hybrid individual-zonal travel cost model for estimating the consumer surplus of golfing in Colorado. **Journal of Sports Economics**, v. 10, n. 2, pp. 155-167, 2009.

LOOMIS, J.; YORIZANE, S.; LARSON, D. Testing significance of multi-destination and multi-purpose trip effects in a travel cost method demand model for whale watching trips. **AgriculturalandResourceEconomicsReview**, v; 29, n. 2, pp. 183-191, 2000.

LOPES, F. J. **Métrica de valoração ambiental: estudo aplicado na reserva ambiental da Chapada dos Veadeiros**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – ProgramaMultiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis. Brasília, 2014.

LYUBOMIRSKY, S.; Why are somepeoplehappierthanothers? The role of cognitive and motivationalprocesses in well-being. **American psychologist**, v. 56, n. 3, p. 239, 2001.

LYUBOMIRSKY, S.; SHELDON, K. M.; SCHKADE, D. Pursuinghappiness: Thearchitecture of sustainablechange. **Review of general psychology**, v. 9, n. 2, p. 111, 2005.

MACHADO, M. J. C. V. Variáveis Contingenciais aos métodos de valoração de Produtos: Estudo Empírico em PME's industriais portuguesas. Lisboa, 2011.

MADDISON, D.; FOSTER, T. Valuing congestion costs in the British Museum.**Oxford EconomicPapers**, n. 55, pp.173-190, 2003.

MAIA, A. G.; ROMEIRO, A. R. Validade e confiabilidade do método de custo de viagem: um estudo aplicado ao Parque Nacional da Serra Geral. **Economia Aplicada**, v. 12, n. 1, p. 103-123, JAN EIRO-MARÇO 2008.

MALTA, R.R.; COSTA, N.M.C. da; COSTA, V. C. **Valoração Econômica dos Serviços Recreativos e Ecoturísticos em uma Unidade de Conservação – O Caso do Parque Nacional da Tijuca** (Rio de Janeiro – RJ) – Brasil. 2012. Disponível em: <http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo62.pdf> Acesso em: 10/01/2013.

MAZZANTI, M. Valuing cultural heritage in a multi-attribute framework microeconomic perspectives and policy implications.**The JournalofSocio-Economics**. v. 32, pp. 549-569, 2003.

MARQUES, M. de M. **Mensuração de Ativos Culturais: uma aplicação do método do custo de viagem em bens públicos culturais do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em

Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis. Brasília, 2012.

MAUGHAN, C.; BIANCHINI, F. The economic and social impact of cultural festivals in the East Midlands of England. **Arts Council England**, De Montfort University, Leicester, 2004.

MCKERCHER, B.; CROS, H. **Cultural Tourism: the partnership between tourism and cultural heritage management**. THHP, New York – London – Oxford, 2002.

MCTERNAN, James A. **The economic value of whitewater sports in the Cache la Poudre Canyon, Colorado**. Tese (Doutorado) – Colorado State University. Fort Collins, 2011.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. Malheiros Editores, 23° ed., São Paulo – SP, 1998.

MIQUILUCHI J.; GONÇALVES, M. G. C. Estudo Exploratório acerca da Subjetividade na Mensuração do Sentimento de Felicidade no Trabalho: A visão de Funcionários de uma Agência Bancária do Interior do Estado de São Paulo. **Universitas**, Ano 5, nº 8, 2012.

MOSCA, A. **Finanças comportamentais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MOTTA, R. S. D. **Manual para Valoração Econômica de Recursos Ambientais**. Rio de Janeiro, setembro, 1997.

NECO, L. A. do N.; RODRIGUES, R. N.; SANTOS, A. A. **Mensuração de bens culturais pelo valor Justo: Uma proposição de estimação pela abordagem de mercado com base na regressão linear múltipla**. 2011. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/ppgcontabeis/images/documentos/Artigo2011/luis%20neco.pdf>> acesso em 30 de janeiro de 2014.

NOGUEIRA, J. M.; MEDEIROS, J. A. A. de. Quanto vale aquilo que não tem valor? Valor de existência, economia e meio ambiente. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 16, n. 3, pp. 59-83, 1999.

NOONAN, D. **Contigent Valuation Studies in the Arts and Culture: An Annotated Bibliography**. University of Chicago Cultural Policy Center working paper 11, 2002.

NOONAN, D. S. Valuing Arts and Culture: A Research Agenda for Contigent Valuation. **The Journal of Arts Management, Law and Society**, v.34, n. 3, p. 205-221, 2002.

NUNES, J. C.; BOATWRIGHT, P. Incidental prices and their effect on willingness to pay. **Journal of Marketing Research**, v. 41 (4), p. 457-466, 2004.

OECD–ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **The Impact of Culture on Tourism**. 2009.

OLIVEIRA, W. R. **Disposição a pagar pelo ensino na universidade pública federal: uma aplicação da valoração contingente no curso de ciências contábeis da universidade de Brasília**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Brasília, 2014.

ORTIZ, R. A.; MOTTA, R. S. da.; FERRAZ, C. A estimação do valor ambiental do Parque Nacional do Iguazu através do método de custo de viagem. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.30, n. 3, pp. 355-382, 2000.

PACHECO, J. L. de O. **Valor Económico da Reserva Florestal de Recreio do Pinhal da Paz**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza) – Universidade dos Açores. Portugal, Ponta Delgada, 2011.

PALLOT, J. Infrastructure accounting for local authorities: technical management and political context. **Financial Accountability & Management**, v. 13, n. 3, pp. 225-242, 1997.

PEREIRA, C. A. A. Um panorama histórico-conceitual acerca das subdimensões de qualidade de vida e do bem-estar subjetivo. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**.(Rio J. 1979), v. 49, n. 4, p. 32-48, 1997.

PLANO MUNICIPAL DE TURÍSTICO DE PIRENÓPOLIS. Plano Municipal de Turismo Pirenópolis – Goiás 2012-2016. Prefeitura de Pirenópolis – GO, 2012.

PIRENOPOLIS. Disponível em <http://www.pirenopolis.com.br>. Acesso em 30 de janeiro de 2014.

PIRENOPOLIS TUR. Disponível em <http://www.pirenopolis.tur.br>. Acesso em 30 de janeiro de 2014.

RIGANTI, P. From Cultural Tourism to Cultural E-Tourism: Issues and Challenges to economic Valuation in the Information Era. **47th Congress of the European Regional Science Association**. Paris, 29 de agosto a 2 de setembro, 2007.

RIGANTI, P.; NIJKAMP, P. **Benefit transfers of cultural heritage values: How far can we go?** 245th Congress of the European Regional Science Association. Vrije Universiteit Amsterdam, 23-27 agosto, 2005.

RODRIGUES, A.; SILVA, J. A. O papel das características sociodemográficas na felicidade; The role of sociodemographic characteristics on happiness. **Psico USF**, v. 15, n. 1, p. 113-123, 2010.

SALAZAR, S. D. S.; MARQUES, J. M. Valuing cultural heritage: the social benefits of restoring and old Arab tower. **Journal of Cultural Heritage**. v. 6, pp. 69-77, 2005.

SANZ, J. A.; HERRERO, L. C.; BEDATE, A. M. Contingent Valuation and Semiparametric Methods: A Case Study of the National Museum of Sculpture in Valladolid, Spain. **Journal of Cultural Economics**. 241-257, 2003.

SCHAFRANSKI, M. **Medicina da Felicidade**. Ed. Matrix, São Paulo – SP, 2012.

SILVA, M. Sustainable Tourism Development in the Caribbean Identifying Measuring Instruments. **Workshop on Environment Statistics for CARICOM Member Countries**. Belize City, Belize, agosto, 2000.

SILVA, N. Q. A. da; MULLER, C. A. da S.; LEITE, H. C. T. Nova contabilidade pública: potenciais benefícios de valoração dos *heritageassets* para sustentabilidade ambiental. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 2, n. 2, p. 19-32, 2013.

SNOWBALL, J. D. The Economic Valuation of cultural events in developing countries: combining market and non-market valuation techniques at the South African national arts festival. Tese (Doutorado) para título de Doctor of Philosophy na Rhodes University. Abril, 2005.

STAMPE, M. Z.; TOCCHETTO, D. G.; FLORISSI, S. Utilizando a metodologia de valoração contingente para estimar os benefícios gerados aos usuários pela Feira do Livro de Porto Alegre. XXXVI Encontro Nacional de Economia – ANPEC, 2008, Porto Alegre. **Anais... XXXVI Encontro Nacional de Economia – ANPEC**, Porto Alegre, 2008.

STANTON, P. J.; STANTON, P.A. Governmental accounting for heritage assets: economic, social implications. **International Journal of Social Economics**, v. 24, n. 7/8/9, pp. 988-1006, 1997.

STANTON P. STANTON J. The questionable economics of governmental accounting. **Economics of governmental accounting**. v. 11, n. 2, pp. 191-203, 1998.

STEIGLEDER, A. M. Critérios de Valoração econômica dos danos a bens culturais materiais. **Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico**. p. 56-82, 2010.

THROSBY, D. The Political Economy of Art: Ruskin and Contemporary Cultural Economics. 2011. Disponível em: <<http://hope.dukejournals.org/content/43/2/275.short>> acesso em 30 de janeiro de 2014.

THROSBY, D. The production and consumption of the Arts: A View of Cultural Economics. **Journal of Economic Literature**. v. 32, n. 1, pp. 1-29, 1994.

THROSBY, D. e WITHERS, G. Strategic Bias and Demand for Public Goods. **Journal of Public Economics**, 31. 1986.

TORRES, P. A. **EM BUSCA DA FELICIDADE: uma pesquisa sobre o Bem-Estar no Consumo**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

TUAN, T. H.; SEENPRACHAWONG, U.; NAVRUD, S. Comparing cultural heritage values in South East Asia – Possibilities and difficulties in cross-country transfers of economic values. **Journal of Cultural Heritage**. v. 10, pp 9-21, 2009.

VARIAN, H. R. **Microeconomia: princípios básicos**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

VECCO, M. A definition of cultural heritage: From the tangible to the intangible. **Journal of Cultural Heritage**. v. 11, pp. 321-324, 2010.

VICENTE, E.; FRUTOS, P. Application of the travel cost method to estimate the economic value of cultural goods: Blockbuster art exhibitions. **Hacienda Pública Española, Revista de Economía Pública**. 196, 37-63, 2011.

WELSCH, H. Ecological Economics. **Ecological Economics**.v. 58, p. 801-813, jul. 2006.

WILSON, T. D.; HOUSTON, C. E.; ETLING, K. M.; BREKKE, N. et al. A new look at anchoring effects: basic anchoring and its antecedents. **Journal of Experimental Psychology: General**, v. 125, n. 4, p. 387, 1996.

YIN, R. K. Case study research: design and methods. EUA: Sage Publications, 1990.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO PIRENÓPOLIS – GO

Confirmo, ao completar este questionário, que entendi que minhas respostas serão utilizadas para pesquisa acadêmica. Também entendi que as informações que eu fornecer serão mantidas de maneira confidencial e que permanecerão anônimas. Também entendo que minha participação neste questionário é minha decisão pessoal e que posso decidir não participar deste questionário a qualquer momento e sem dar explicações. A decisão de não participar não irá prejudicar minha relação com os pesquisadores deste estudo.

1. Qual seu Estado de residência? _____ Ou país? _____	
2. Sexo: () Masculino () Feminino	3. Estado Civil: Solteiro () Casado () Separado () Divorciado () União Estável () Outro ()
4. Faixa Etária: 15 – 20 () 21 – 30 () 31 – 45 () 45 – 65 () Acima 65 ()	5. Escolaridade: () Fundamental (1° a 9° ano) () Médio (2° grau) () Superior Incompleto () Superior (3° grau) () Pós-Graduação
6. Qual é a sua renda mensal familiar? _____ Quantas pessoas moram com você: _____ Renda per capita _____	7. Local de Trabalho: () Empresa Privada () Estudante () Emprego Público () Aposentado () Profissional Liberal () Doméstico () Empresário () Outro
8. Viaja acompanhado? () Não () Sim 008.1) Se sim, quantas pessoas o acompanham? _____	
9. Quantas noites passará na cidade? _____	10. Como organizou a Viagem? () Internet () Agência de viagem () Outros () Você montou
11. Qual o meio de transporte que utilizou para se deslocar até à cidade de Pirenópolis? () Carro () Ônibus () Moto () Van () Avião () Combinação () Outros.	12. Qual o meio de transporte que utiliza na cidade? () Carro alugado () Ônibus () Táxi () Van () A pé () Veículo Emprestado () Moto () Outros
13. É sua primeira vez na Festa do Divino? Sim () Não () Se não, quantas vezes já veio? _____	
14. Periodicidade que vem a Pirenópolis: () 1 vez ao ano () 2 e 3 vezes ao ano () 4 e 5 vezes ao ano () mais de 5 vezes ao ano	15. Onde está hospedado? () Casa de amigos/familiares () Pousada () Hotel () Flat () Albergue () Camping () Outros.
16. Tem o hábito visitar cidades para conhecer sua história? () Não () Sim 016.1) Se sim, quantas viagens faz por ano? _____	
17. Quanto gasta por dia em Pirenópolis? (Inclua despesas com hospedagem, alimentação, passeios, transporte na cidade, artesanato)	18. Qual é o motivo principal da viagem? () Visitar Cachoeiras () Festa do Divino () Ambas () Outro. _____
19. Qual seu nível de entendimento da Festa do Divino? () Muito satisfatório () Pouco satisfatório () Satisfatório () Nada satisfatório	
20. Atividades desenvolvidas na região: () Caminhadas () City tour () Passeio as cachoeiras () Gastronomia () Religião/esoterismo/misticismo () Turismo rural/ecoturismo () Turismo Cultural () Outros.	21. Pretende retornar? () Sim () Não Por que? _____
22. Em uma escala de 1 a 4, qual é seu grau de satisfação com o investimento feito para estar aqui?	23. Qual a sua disposição a pagar pela Festa do Divino? _____
24. Em uma escala de 1 a 4, como avalia: () Infra-estrutura da cidade () Atrativos da Cidade () Serviços Turísticos	
26. Em uma escala de 1 a 4, como avalia a sua felicidade por estar aqui?	27. Apontamento

ANEXO 1



Prefeitura Municipal de Pirenópolis
Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude

DECLARAÇÃO

A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude – SMCELJ declara que a Festa do Divino Espírito Santo e Cavalhadas de Pirenópolis possui público estimado de 20.000 participantes segundo dados da Polícia Militar (2014) e valor de custo direto total de R\$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais) segundo dados desta Secretaria (2014).

Sem mais para o momento, firmo o presente.

Pirenópolis, 21 de Julho de 2015

A handwritten signature in blue ink, which appears to read "Brandão Sobrinho". The signature is fluid and cursive, with a prominent initial "B".

João Luiz Teixeira Brandão Sobrinho
Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude